



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Defesa do Consumidor

Relatório de Atividades
2025



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Relatório de Atividades

**Brasília
2025**

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
56ª Legislatura (2023-2026) – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Hugo Motta

1º Vice-Presidente

Altineu Côrtes

2º Vice-Presidente

Elmar Nascimento

1º Secretário

Carlos Veras

2º Secretário

Lula da Fonte

3º Secretário

Delegada Katarina

4º Secretário

Sergio Souza

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Antônio Carlos Rodrigues

2º Suplente

Paulo Folleto

3º Suplente

Dr. Victor Linhalis

4º Suplente

Paulo Alexandre Barbosa

Diretor-Geral

Guilherme Barbosa Brandão

Secretário-Geral da Mesa

Lucas Ribeiro Almeida Júnior

Câmara dos Deputados

Comissão de Defesa do Consumidor

Projeto gráfico e diagramação: Denise Rocha Mariano

2025

Disponível em meio eletrônico: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdc/relatorios-de-atividades>

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Defesa do Consumidor.

Relatório de atividades 2025 [recurso eletrônico] / Comissão de Defesa do Consumidor – Brasília: Câmara dos Deputados, 2026.

Versão E-book.

Modo de acesso: bd.camara.leg.br

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Defesa do Consumidor, relatório, 2025. I.
Título.

CDU 342.532(81) (047)

Bibliotecária: **Fabyola Lima Madeira – CRB1: 2109**

Endereço: Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso
Nacional - Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - Brasil –
CEP 70160-900 <https://www.camara.leg.br/>

EXPEDIENTE

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Daniel Almeida (PCdo B/BA)

1º Vice-Presidente: Paulão (PT/AL)

2º Vice-Presidente: não há

3º Vice-Presidente: Celso Russomanno (REPUBLICANOS/SP)

TITULARES

André Ferreira (PL/PE)

Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)

Celso Russomanno (REPUBLICANOS/SP)

Daniel Almeida (PCdoB/BA)

Felipe Carreras (PSB/PE)

Jorge Braz (REPUBLICANOS/RJ)

Ossesio Silva (REPUBLICANOS/PE)

Paulão (PT/AL)

Paulo Pimenta (PT/RS)

Tiago Dimas (PODE/TO)

SUPLENTE

Cabo Gilberto (PL/PB)

Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO)

Carlos Sampaio (PSD/SP)

Dimas Fabiano (PP/MG)

Duarte Jr. (PSB/MA)

Fausto Jr. (UNIÃO/MG)

Fábio Teruel (MDB/SP)

Gilson Marques (NOVO/SC)

Gisela Simona (UNIÃO/MT)

João Curi (MDB/SP)

Julia Zanatta (PL/SC)

Junio Amaral (PL/MG)

Márcio Marinho (REPUBLICANOS/BA)

Nílto Tatto (PT/SP)

Ribamar Silva (PSDB/SP)

Roberto Monteiro Pai (PL/RJ)

Rodrigo Gambale (PODE/SP)

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

Weliton Prado (SOLIDARIEDADE/MG)

Zé Vitor (SOLIDARIEDADE/MG)

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor do Departamento de Comissões: Flávio Bôsko Soares

Diretor da Coordenação de Comissões Permanentes: Marcelo Brandão Lapa

CORPO TÉCNICO DA COMISSÃO

Secretária-Executiva: Lilian de Cássia Albuquerque Santos

Carla Rodrigues de Medeiros

Fabiano José da Costa

Marcus Achilles Santana Soares e Barros

Maria de Fátima Vieira Ornelas

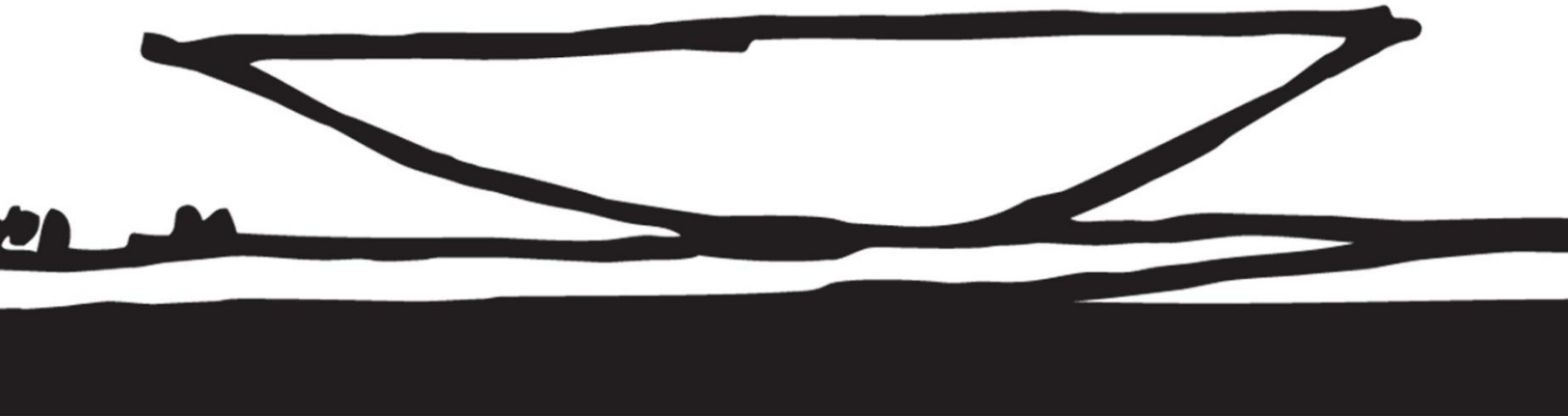
Mônica Rodrigues Campello

Patrícia Borges de Carvalho



SUMÁRIO

Apresentação	06
Presidência	08
Membros	09
Representação	12
Resultados	13
Proposições	14
Requerimentos	33
Sessão Solene	56
Audiências públicas	58
CDC na imprensa	99
Relatorias	106
Emendas orçamentárias	181



APRESENTAÇÃO

O ano de 2025 representou um marco para a Comissão de Defesa do Consumidor com a celebração dos 35 anos do Código de Defesa do Consumidor, implantado pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. O evento mereceu especial atenção no nosso colegiado, com a realização de sessão solene alusiva à data e impressão de uma edição comemorativa do CDC. A sessão solene contou com a presença do relator do Código - o parlamentar constituinte, advogado e empresário Joaci Góes - além do presidente do Superior Tribunal de Justiça e um dos autores do anteprojeto, ministro Herman Benjamin.

Tínhamos muito a celebrar. O CDC representou um verdadeiro paradigma nas relações de consumo, trazendo instrumentos como a inversão do ônus da prova e o reconhecimento da vulnerabilidade em favor do consumidor, a responsabilidade objetiva dos fornecedores por vícios e defeitos e a proteção contra práticas abusivas e cláusulas leoninas. O CDC foi o mecanismo que impulsionou a criação em massa dos PROCONs em todo o território nacional, o estabelecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), a consolidação das Defensorias Públicas especializadas e uma atuação mais efetiva do Ministério Público na defesa coletiva. Além dos resultados institucionais, houve melhoria na qualidade de produtos e serviços, redução de práticas abusivas no mercado, fortalecimento da economia por meio da confiança do consumidor, combate à publicidade enganosa e democratização do acesso à justiça consumerista.

Nessas três décadas e meia, o CDC soube se modernizar sem abrir mão de sua essência. As inovações tecnológicas foram o motor das principais alterações do Código e das legislações correlatas. A Lei Geral de Proteção de Dados e a Lei do Superendividamento são exemplos de premências destinadas a torná-lo capaz de responder aos desafios da modernidade trazida por realidades como o comércio eletrônico, a responsabilidade das plataformas digitais e o consentimento expresso para uso de informações pessoais. O legado do CDC também atravessou fronteiras, e as legislações consumeristas da Argentina, Colômbia, Uruguai, Equador, Chile, México e Peru são fortemente inspiradas na experiência brasileira.

Durante o ano passado, a Comissão se debruçou sobre as mais diversas áreas. Foram aprovados 64 pareceres a projetos de lei, com ênfase em propostas sobre energia elétrica, instituições financeiras, planos de saúde, turismo, bem-estar animal, uso indevido de Inteligência Artificial, comércio eletrônico e

combustíveis, entre outras. No mesmo período, realizamos 23 audiências públicas destinadas a debater assuntos como as dificuldades dos estudantes junto ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), as práticas abusivas dos planos de saúde, a qualidade e preço dos combustíveis comercializados no Brasil, a combinação de preços de passagens pelas empresas aéreas Latam, Gol e Azul, a fiscalização dos suplementos alimentares, os impactos da fusão entre as empresas Petz e Cobasi e os danos dos agrotóxicos na saúde reprodutiva.

Dois temas receberam especial atenção da Comissão: as consequências da liquidação extrajudicial do Banco Master e a popularização desenfreada das BETs. No primeiro caso, a intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil e a prisão de Daniel Vercaro, dono da instituição, tornaram mais grave a situação dos milhares de correntistas e investidores, que agora viam suas economias ameaçadas por uma gestão temerária e fraudulenta. Fica claro que a existência do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que oferece seguro com cobertura de até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ por instituição, não é uma solução que contemple valores que excedem esse limite, obrigando os correntistas a entrarem na fila da liquidação. Já em relação às BETs, a ausência de uma regulamentação adequada pode resultar na potencialização das práticas abusivas e estimular o endividamento das famílias, agravando os problemas sociais. Atualmente, tramitam na Comissão 16 projetos de lei sobre o assunto, a maioria sob minha relatoria, destinados a regular o segmento das apostas de quotas fixas, manter a transparência e lisura nas BETs e garantir que os direitos do consumidor sejam respeitados.

Nosso engajamento como legisladores, porém, está longe de ser considerado cristalizado. Realidades como a Inteligência Artificial, a transparência algorítmica em plataformas, compras internacionais online, fraudes digitais, a obsolescência programada e o consumo sustentável, entre outras, exigirão que nosso colegiado e seus membros estejam permanentemente atualizados.

Gostaria de agradecer ao meu partido, o PC do B, pela confiança para conduzir um colegiado intimamente ligado à população brasileira, em especial aos menos favorecidos. Aos membros da nossa Comissão, minha gratidão. Procurei pautar minha presidência pelo entendimento e pelo diálogo na condução dos trabalhos, respeitando os posicionamentos de todos os integrantes. Por fim, à equipe da Comissão de Defesa do Consumidor - na pessoa da secretária-executiva, Lilian - e toda a sua equipe, meu reconhecimento.

Deputado Federal Daniel Almeida

Presidente

PRESIDÊNCIA DA CDC

**DANIEL
ALMEIDA**
Presidente



PAULÃO
1º Vice-Presidente



**CELSON
RUSSOMANNO**
3º Vice-Presidente

MEMBROS TITULARES



André Ferreira
(PL/PE)



Aureo Ribeiro
(Solidariedade/RJ)



Celso Russomanno
(Republicanos/SP)



Daniel Almeida
(PT/BA)



Felipe Carreras
(PSB/PE)



Jorge Braz
(REPUBLICANOS/RJ)



Ossesio Silva
(REPUBLICANOS/PE)



Paulo Pimenta
(PT/RS)



Paulão
(PT/AL)



Tiago Dimas
(PODE/TO)

MEMBROS DA CDC

MEMBROS SUPLENTE



Cabo Gilberto Silva
(PL/PB)



Carlos Henrique Gaguim
(UNIÃO/TO)



Carlos Sampaio
(PSD/SP)



Dimas Fabiano
(PP/MG)



Duarte Jr
(PSB/MA)



Fábio Teruel
(MDB/SP)



Fausto Jr.
(UNIÃO/AM)



Gisela Simona
(UNIÃO/MT)



Gilson Marques
(NOVO/SC)

MEMBROS SUPLENTE



João Cury
(MDB/SP)



Julia Zanatta
(PL/SC)



Junio Amaral
(PL/MG)



Márcio Marinho
(REPUBLICANOS /BA)



Nilto Tatto
(PT/SP)



Ribamar Silva
(PSD/SP)



Roberto Monteiro Pai
(PL/RJ)



Rodrigo Gambale
(PODE/SP)



Vinicius Carvalho
(REPUBLICANOS/SP)



Weliton Prado
(SOLIDARIEDADE/MG)



Zé Victor
(PL/MG)

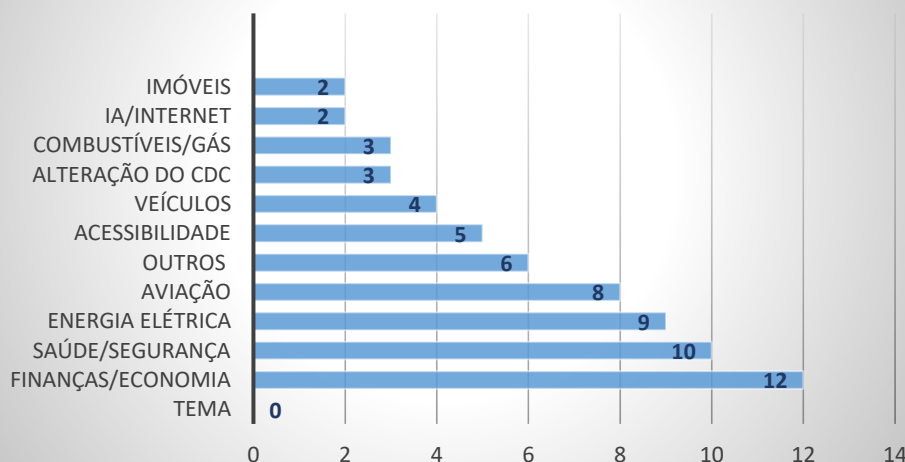
REPRESENTAÇÃO

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) é composta por 24 vagas para membros titulares e 24 para suplentes. As vagas da Comissão estão distribuídas entre os partidos políticos que compõem a Câmara dos Deputados, conforme indicação das Lideranças, obedecendo o que dispõe o Regimento Interno acerca da proporcionalidade partidária.

Estados representados na CDC



Representação por Estado

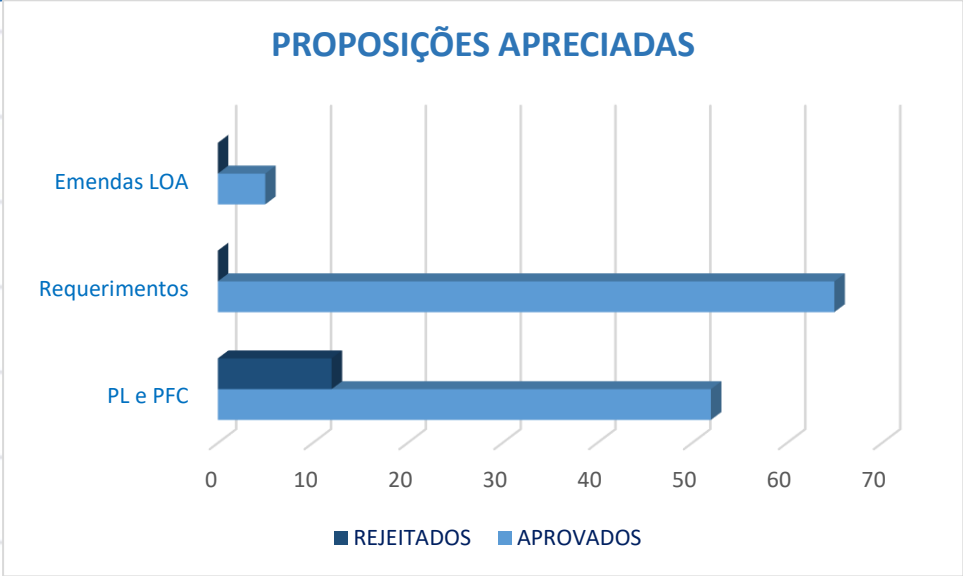


44 reuniões realizadas

Em 2025, a Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) realizou 44 reuniões, sendo uma de instalação e eleição de Presidente e de Vice-Presidentes; 21 deliberativas, objetivando a análise de proposições legislativas; e 23 audiências públicas, sendo 4 conjuntas com outras comissões.

Proposições legislativas

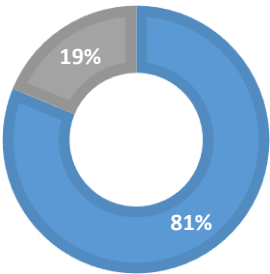
No ano de 2025, a Comissão de Defesa do Consumidor apreciou 129 matérias, sendo 64 Projetos de Lei e Propostas de Fiscalização e Controle (principais e apensados), 65 requerimentos e cinco emendas à Lei Orçamentária Anual.



PROPOSIÇÕES

PROJETOS DE LEI E PFCS

■ APROVADAS ■ REJEITADAS

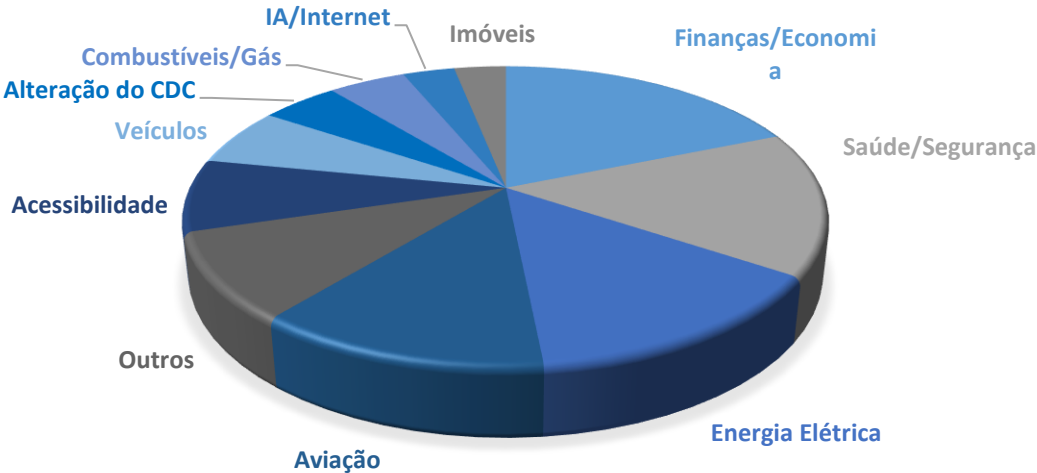


Temas recorrentes

Neste ano, 64 projetos de lei foram apreciados pela Comissão de Defesa do Consumidor. Desses, 52 foram aprovados e 12 rejeitados.

Entre os temas mais recorrentes estão Finanças e Economia, Saúde e Segurança, Energia Elétrica, Aviação, Alterações do Código do Consumidor e Acessibilidade.

TEMAS RECORRENTES



PROPOSIÇÕES APROVADAS

PL 4756/2023 FAUSTO SANTOS JR. - Proíbe a cobrança da fatura de energia elétrica através de protesto em cartório antes de decorridos 90 (noventa) dias de atraso do pagamento.
Aprovada em 26/03/25.

RELATOR: Gisela Simona
PARECER: pela aprovação, com substitutivo
Encaminhado à CCJC

PL 4366/2021 ANGELA AMIN - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para determinar que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) explique periodicamente, em linguagem acessível à população, as variações no valor das tarifas de energia elétrica.
Aprovada em 07/05/25.

RELATOR: Aureo Ribeiro
PARECER: pela aprovação, com emenda
Encaminhado à CCJC

PL 4371/2023 DUARTE JR. - Torna obrigatória a distribuição das datas de vencimento opcionais para débitos com concessionárias de serviço público entre a primeira e a segunda quinzena do mês.
Aprovada em 07/05/25.

RELATOR: Aureo Ribeiro
PARECER: pela aprovação
Encaminhado à CASP

PL 6041/2023 PASTOR HENRIQUE VIEIRA - Estabelece a obrigatoriedade das concessionárias de energia elétrica criarem planos de contingência para lidar com as ondas de calor e outros eventos climáticos extremos.

Aprovada em 07/05/25.

RELATOR: Gisela Simona

PARECER: pela aprovação e pela rejeição do apensado

Encaminhado à CME

PDL 395/2024

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL - Aprova o texto do Acordo sobre Comércio Eletrônico do MERCOSUL, firmado em Montevideu, em 29 de abril de 2021.

Aprovada em 28/05/25.

RELATOR: Paulão

PARECER: Pela aprovação

Encaminhado à CCOM

PL 5325/2019

SENADO FEDERAL - ZEQUINHA MARINHO - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica que excederem os níveis regulatórios estabelecidos nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Aprovada em 28/05/25.

RELATOR: Weliton Prado

PARECER: Pela aprovação, com substitutivo

Encaminhado à CME

PL 560/2021

EDUARDO COSTA - Estabelece limite para cobertura tarifária de perdas não técnicas na distribuição de energia elétrica; altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 5.655, de 20 de maio de 1971, para obtenção de modicidade tarifária; e dá outras providências.

Aprovada em 28/05/25.

RELATOR: Weliton Prado

PARECER: Pela aprovação, com substitutivo

Encaminhado à CME

PL 4071/2021	<p>MARIANA CARVALHO - Assegura ao consumidor a realização de saques, pagamentos e transferências em qualquer agência da instituição financeira de que seja correntista, nos mesmos limites individuais autorizados junto à agência de cadastro ou de relacionamento para as referidas operações.</p> <p>Aprovada em 28/05/25.</p> <p>RELATOR: Aureo Ribeiro PARECER: Pela aprovação Encaminhado à CFT</p>
PL 4436/2023	<p>ACÁCIO FAVACHO - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.</p> <p>Aprovada em 28/05/25.</p> <p>RELATOR: Weliton Prado PARECER: Pela aprovação, com substitutivo Encaminhado à CME</p>
PL 4782/2023	<p>DEFENSOR STÉLIO DENER - Acrescenta art. 10-A à Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, que “Dispõe sobre as atividades das agências de turismo”, com o objetivo de assegurar ao adquirente de bilhete de passagem aérea e de demais serviços e atividades de viagem ou de turismo a emissão do respectivo comprovante no prazo máximo de vinte e quatro horas, a contar da confirmação do pagamento.</p> <p>Aprovada em 28/05/25.</p> <p>RELATOR: Duarte Jr PARECER: Pela aprovação, com substitutivo Encaminhado à CTUR</p>
PL 4855/2023	<p>CABO GILBERTO SILVA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer normas de proteção ao consumidor de serviços de turismo.</p> <p>Aprovada em 28/05/25.</p>

RELATOR: Duarte Jr
PARECER: Pela aprovação, com substitutivo
Encaminhado à CTUR

PL 5066/2023

PEZENTI - "Dispõe sobre a regulamentação do padrão de identidade e qualidade de produto alimentício formulado à base de alho triturado."

Aprovada em 28/05/25.

RELATOR: Gisela Simona
PARECER: Pela aprovação
Encaminhado à CAPADR

PL 57/2024

JADYEL ALENCAR - Altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Política Nacional do Turismo) e 12.974, de 15 de maio de 2014 (Lei das Agências de Turismo) para criar mecanismos nas relações consumeristas e atribuir responsabilidades aos prestadores de serviços na forma que especifica.

Aprovada em 28/05/25.

RELATOR: Duarte Jr
PARECER: Pela aprovação, com substitutivo
Encaminhado à CTUR

PL 1455/2024

FÁBIO TERUEL - Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Banhista, Tosador e Esteticista de animais domésticos e regulamenta os estabelecimentos comerciais onde tais atividades são desenvolvidas, visando o bem-estar dos animais.

Aprovada em 28/05/25.

RELATOR: Duarte Jr.
PARECER: Pela aprovação
Encaminhado à CMADS

PL 1744/2024

MARCOS SOARES - Autoriza a comercialização de álcool etílico 70% ou superior na forma líquida em todo o território nacional.

Aprovada em 28/05/25.

RELATOR: Aureo Ribeiro

PARECER: Pela aprovação

Encaminhado à CSAUDE

PL 2844/2024

BRUNO GANEM - Proíbe, em todo território nacional, a fabricação e a importação de papéis térmicos que contenham em sua composição Bisfenol A (BPA) e Bisfenol S (BPS) com concentração igual ou superior a 0,02% de seu peso.

Aprovada em 28/05/25.

RELATOR: Nilto Tatto

PARECER: Pela aprovação

Encaminhado à CSAUDE

PL 107/2020

OTONI DE PAULA - Dispõe sobre a emissão virtual de cartão de crédito adicional para utilização exclusiva em transações realizadas no comércio eletrônico.

Aprovada em 11/06/25.

RELATOR: Celso Russomanno

PARECER: Pela aprovação, com substitutivo

Encaminhado à CFT

PL 4191/2020

OSSESIO SILVA - Dispõe a obrigação da exposição do preço de custo de produtos essenciais ao consumidor, e dá outras providências.

Aprovada em 11/06/25.

RELATOR: Gilson Marques

PARECER: Pela aprovação

Encaminhado à CCJC

PL 1582/2023

ZÉ TROVÃO - Dispõe sobre a emissão virtual de cartão de crédito adicional para utilização exclusiva em transações realizadas no comércio eletrônico e pune fraudes.

Aprovada em 11/06/25.

RELATOR: Celso Russomanno

PARECER: Pela aprovação, com substitutivo

Encaminhado à CFT

PL 2931/2024

MARCOS TAVARES - Estabelece o direito dos consumidores com deficiência visual de solicitar contratos em braille, sem custo extra, visando garantir a acessibilidade e a inclusão nas relações de consumo.

Aprovada em 02/07/25.

RELATOR: João Cury

PARECER: Pela aprovação, na forma do substitutivo da CPD

Encaminhado à CFT

PL 4444/2024

VICENTINHO JÚNIOR - Estabelece que operadoras de planos de saúde devem assegurar a internação em unidades externas, públicas ou privadas, em casos de indisponibilidade de leitos próprios ou conveniados, garantindo o atendimento imediato em situações de urgência e emergência.

Aprovada em 02/07/25.

RELATOR: João Cury

PARECER: Pela aprovação

Encaminhado à CSAUDE

PFC 9/2025

DANIEL ALMEIDA - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle a fim de apurar o valor efetivo das renúncias de receita tributária decorrentes da aplicação do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – PERSE, com especial atenção à forma como grandes conglomerados vêm se apropriando do benefício, à regularidade dos processos de habilitação e ao impacto dessa política sobre o consumidor final.

Aprovado Relatório Prévio em 09/07/25.

RELATOR: Felipe Carreras

PARECER: Pela implementação

PL 2632/2023	<p>FRED LINHARES - Estabelece o crédito responsável e assegura a garantia do mínimo existencial para os endividados.</p> <p>Aprovada em 09/07/25.</p> <p>RELATOR: Duarte Jr</p> <p>PARECER: Pela aprovação, com substitutivo</p> <p>Encaminhado à CFT</p>
PL 5101/2023	<p>ROSANA VALLE - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre as informações acerca da data da última calibração e o prazo de sua validade, inseridas nos equipamentos de radioterapia.</p> <p>Aprovada em 09/07/25.</p> <p>RELATOR: Aureo Ribeiro</p> <p>PARECER: Pela aprovação</p> <p>Encaminhado à CCJC</p>
PL 6119/2023	<p>KIM KATAGUIRI - Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o uso fraudulento de inteligência artificial.</p> <p>Aprovada em 09/07/25.</p> <p>RELATOR: Gisela Simona</p> <p>PARECER: Pela aprovação, com substitutivo</p> <p>Encaminhado à CCJC</p>
PL 112/2024	<p>EDUARDO DA FONTE - Dispõe sobre obrigatoriedade às instituições financeiras de informarem aos clientes ou seus parentes, em caso de falecimento do titular, sobre saldos em contas bancárias inativas há mais de doze meses.</p> <p>Aprovada em 09/07/25.</p> <p>RELATOR: Márcio Marinho</p> <p>PARECER: Pela aprovação, com substitutivo</p> <p>Encaminhado à CCJC</p>

PL 896/2024	<p>SAULLO VIANNA - Dispõe sobre a Proteção contra Deepfakes e dá outras providências.</p> <p>Aprovada em 09/07/25.</p> <p>RELATOR: Gisela Simona</p> <p>PARECER: Pela aprovação, com substitutivo</p> <p>Encaminhado à CCJC</p>
PL 1157/2024	<p>DANIEL AGROBOM - Altera o art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que “Dispõe sobre a oferta e as formas de afiação de preços de produtos e serviços para o consumidor”, para fins de obrigar os estabelecimentos a disporem os preços dos produtos de forma a possibilitar a sua clara identificação por consumidores pessoas idosas ou com deficiência.</p> <p>Aprovada em 09/07/25.</p> <p>RELATOR: Roberto Monteiro Pai</p> <p>PARECER: Pela aprovação do PL e pela rejeição da emenda</p> <p>Encaminhado à CCJC</p>
PL 1285/2023	<p>LUIZ ANTONIO CORRÊA - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre a inserção da data de validade, de modo visível, nos rótulos dos medicamentos.</p> <p>Aprovada em 20/08/25.</p> <p>RELATOR: Ossésio Silva</p> <p>PARECER: Pela aprovação</p> <p>Encaminhado à CCJC</p>
PL 4272/2019	<p>SEVERINO PESSOA - Altera a Lei n.º 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor, para proibir o consumo e a venda de bebidas alcoólicas nos campeonatos profissionais de futebol de âmbito nacional.</p> <p>Aprovada em 27/08/25.</p> <p>RELATOR: Julia Zanatta</p> <p>PARECER: Pela aprovação, com substitutivo</p>

Encaminhado à CCJC

PL 3052/2020

GILBERTO ABRAMO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de informar aos consumidores dos termos da norma ABNT nº 14.207 de 6 de fevereiro de 2009, que trata dos boxes de banheiro fabricados com vidros de segurança.

Aprovada em 27/08/25.

RELATOR: Roberto Monteiro Pai

PARECER: Pela aprovação na forma do substitutivo da CDE

Encaminhado à CCJC

PL 3812/2021

ABOU ANNI - Dispõe sobre a venda, em leilão, de veículos inundados provenientes de enchentes e dá outras providências.

Aprovada em 27/08/25.

RELATOR: Márcio Marinho

PARECER: Pela aprovação, com substitutivo

Encaminhado à CCJC

PL 871/2022

MÁRCIO LABRE - Dá nova redação ao art. 22 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

Aprovada em 27/08/25.

RELATOR: Gilson Marques

PARECER: Pela aprovação, com substitutivo

Encaminhado à CCJC

PL 1918/2023

CAPITÃO AUGUSTO - Dispõe sobre a autorização da venda e consumo de bebidas alcoólicas em estádios de futebol durante jogos de torcida única.

Aprovada em 27/08/25.

RELATOR: Julia Zanatta

PARECER: Pela aprovação, com substitutivo

Encaminhado à CCJC

PL 3694/2023	<p>GUILHERME BOULOS - Dispõe sobre a isenção de cobranças de matrícula em cursos sem data de início definido nas instituições de ensino superior privadas.</p> <p>Aprovada em 27/08/25.</p> <p>RELATOR: Paulão</p> <p>PARECER: Pela aprovação</p> <p>Encaminhado à CE</p>
PL 3793/2023	<p>MAX LEMOS - Dispõe sobre a proibição da venda, distribuição e utilização de bebidas alcoólicas em garrafas de vidro em volta de estádios de futebol, ginásios de esportes e estabelecimentos congêneres, à uma distancia de 500 metros de suas entradas.</p> <p>Aprovada em 27/08/25.</p> <p>RELATOR: Julia Zanatta</p> <p>PARECER: Pela aprovação, com substitutivo</p> <p>Encaminhado à CCJC</p>
PL 4573/2023	<p>MARCOS TAVARES - Dispõe sobre a proibição de execução de leilões de veículos automotores terrestres que foram sinistrados como perda total e dá outras providências.</p> <p>Aprovada em 27/08/25.</p> <p>RELATOR: Márcio Marinho</p> <p>PARECER: Pela aprovação, com substitutivo</p> <p>Encaminhado à CCJC</p>
PL 447/2024	<p>LUCIANO ALVES - Dispõe sobre a realização de leilões de veículos automotores apreendidos, classificados por motivo, causa, origem e tipo de sinistro, e dá outras providências.</p> <p>Aprovada em 27/08/25.</p> <p>RELATOR: Márcio Marinho</p> <p>PARECER: Pela aprovação, com substitutivo</p> <p>Encaminhado à CCJC</p>

PL 2480/2024	<p>AUREO RIBEIRO - Altera a Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003, para dispor sobre a prioridade ao idoso em Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC por telefone, no âmbito dos fornecedores de serviços regulados pelo Poder Público federal.</p> <p>Aprovada em 27/08/25.</p> <p>RELATOR: Nilto Tatto</p> <p>PARECER: Pela aprovação, na forma do substitutivo da CIDOSO</p> <p>Encaminhado à CCJC</p>
PL 4917/2024	<p>ROMERO RODRIGUES - Acrescenta art. 48-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, com o objetivo de proibir os fornecedores de modificar, sem o prévio consentimento do consumidor, a data contratualmente pactuada para o vencimento das faturas de serviços de prestação continuada.</p> <p>Aprovada em 27/08/25.</p> <p>RELATOR: Rodrigo Gambale</p> <p>PARECER: Pela aprovação</p> <p>Encaminhado à CCJC</p>
PL 2537/2019	<p>JUNINHO DO PNEU - Obriga o aviso sobre o reconhecimento facial em estabelecimentos comerciais.</p> <p>Aprovada em 03/09/25.</p> <p>RELATOR: Nilto Tatto</p> <p>PARECER: Pela aprovação, com substitutivo</p> <p>Encaminhado à CCJC</p>
PL 2547/2024	<p>RICARDO AYRES - Acrescenta novo art. 31-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o direito do consumidor de examinar o produto no momento da compra.</p> <p>Aprovada em 03/09/25.</p> <p>RELATOR: Aureo Ribeiro</p>

PARECER: Pela aprovação, com Emenda
Encaminhado à CCJC

PL 4925/2024

JONAS DONIZETTE - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a inclusão de membros do grupo familiar com incapacidade civil reconhecida como dependentes em planos de saúde.

Aprovada em 03/09/25.

RELATOR: Aureo Ribeiro
PARECER: Pela aprovação
Encaminhado à CSAUDE

PL 2241/2023

ANDRÉ FIGUEIREDO - Dispõe sobre a cobrança de tarifa aeroportuária pela permanência nas áreas de embarque e desembarque por período superior ao indicado, nos casos de exploração de aeródromo concedido.

Aprovada em 17/09/25.

RELATOR: Daniel Almeida
PARECER: Pela aprovação, com emenda
Encaminhado à CVT

PL 5479/2023

ROMERO RODRIGUES - Torna obrigatória aos estabelecimentos que comercializem veículos ciclomotores a comunicação ao consumidor sobre a necessidade de registro, licenciamento e autorização para a sua condução, bem como sobre as exigências legais e regulamentares para a sua circulação em vias públicas.

Aprovada em 17/09/25.

RELATOR: Aureo Ribeiro
PARECER: Pela aprovação
Encaminhado à CCJC

PL 4734/2024

ADRIANA VENTURA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre opção de cancelamento imediato em contratos de adesão com renovação automática.

Aprovada em 17/09/25.

RELATOR: Márcio Marinho

PARECER: Pela aprovação, com substitutivo

Encaminhado à CCJC

PL 593/2025

BACELAR - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a realização de cobrança automática após o período de teste ou de experimentação de produto ou serviço.

Aprovada em 17/09/25.

RELATOR: Marcio Marinho

PARECER: Pela aprovação, com substitutivo

Encaminhado à CCJC

PL 242/2024

JÚNIOR MANO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de comprovante de pagamento por empresas que disponibilizam plataformas de pagamento online, e dá outras providências.

Aprovada em 24/09/25.

RELATOR: Vinicius Carvalho

PARECER: Pela aprovação, com substitutivo

Encaminhado à CCJC

PL 1644/2022

ROSANA VALLE - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o tamanho da fonte utilizada nas comunicações escritas dirigidas ao idoso.

Aprovada em 08/10/25.

RELATOR: Ossésio Silva

PARECER: Pela aprovação, com substitutivo

Encaminhado à CIDOSO

PL 1930/2023

JÚNIOR MANO - Acrescenta parágrafo ao art. 52, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, com o objetivo de garantir ao consumidor idoso a opção de receber gratuitamente os

demonstrativos e faturas de cartão de crédito em formato físico e com antecedência mínima de dez dias do respectivo vencimento.

Aprovada em 08/10/25.

RELATOR: Ossésio Silva

PARECER: Pela aprovação, com substitutivo

Encaminhado à CCJC

PL 1310/2024

KIM KATAGUIRI - Altera a Lei nº 12.741, de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal, para atualizá-la de acordo com a Emenda à Constituição Federal nº 132, de 2023 e dá outras providências.

Aprovada em 08/10/25.

RELATOR: Junio Amaral

PARECER: Pela aprovação, na forma do substitutivo da CICS

Encaminhado à CASP

PROPOSIÇÕES REJEITADAS

PL 6456/2019	<p>EDNA HENRIQUE - Acrescenta o art. 5º-A à Lei nº 12.007, de 29 de julho de 2009, para obrigar o empresário administrador de imóveis a dar mensalmente quitação de débito adimplido a locadores, locatários e condôminos.</p> <p>Rejeitada em 07/05/25.</p> <p>RELATOR: Carlos Henrique Gaguim Encaminhado à CICS</p>
PL 5755/2023	<p>MARCOS TAVARES - Obriga a fixação em braile das informações contidas nas prateleiras e gôndolas de padarias, supermercados, farmácias, estabelecimentos comerciais e similares para atender pessoas com deficiência visual.</p> <p>Rejeitada em 07/05/25.</p> <p>RELATOR: Gilson Marques Encaminhado à CPD</p>
PL 808/2024	<p>ERIKA HILTON - Veda a interrupção dos serviços de energia dos usuários inadimplentes frente à ocorrência ou à iminência de eventos climáticos extremos.</p> <p>Rejeitada em 07/05/25.</p> <p>RELATOR: Gisela Simona Encaminhado à CME</p>
PLP 78/2022	<p>NEY LEPREVOST - Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, com objetivo de garantir que as reduções de ICMS cheguem ao preço final aos consumidores.</p> <p>Rejeitada em 07/05/25.</p> <p>RELATOR: Carlos Henrique Gaguim Encaminhado à CCJC</p>

PL 3782/2021	<p>IVAN VALENTE - Altera a Lei nº 14.034, de 05 de agosto de 2020 que “Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis nos 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999.” para assegurar o direito dos consumidores à aquisição de voo para o mesmo trecho cancelado.</p> <p>Rejeitada em 27/08/25.</p> <p>RELATOR: Gilson Marques Encaminhado ao Arquivo</p>
PL 108/2022	<p>JOSÉ MEDEIROS - Altera a Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19, para ampliar a data até a qual a desistência do voo enseja reembolso em condições extraordinárias.</p> <p>Rejeitada em 27/08/25.</p> <p>RELATOR: Gilson Marques Encaminhado ao Arquivo</p>
PL 267/2022	<p>JOSÉ GUIMARÃES - Altera a Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, para reestabelecer a validade das regras de cancelamento de bilhetes aéreos em condições especiais em resposta à pandemia de Covid-19.</p> <p>Rejeitada em 27/08/25.</p> <p>RELATOR: Gilson Marques Encaminhado ao Arquivo</p>
PL 275/2022	<p>ELCIONE BARBALHO - Altera a Lei nº 14.034, de 2020, para estender o período dentro do qual as compras de passagens aéreas podem ser canceladas em condições excepcionais</p> <p>Rejeitada em 27/08/25.</p> <p>RELATOR: Gilson Marques Encaminhado ao Arquivo</p>

PL 343/2022 TIAGO DIMAS - Altera a Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, para prorrogar até 31 de dezembro de 2022 o prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19.

Rejeitada em 27/08/25.

RELATOR: Gilson Marques
Encaminhado ao Arquivo

PL 472/2022 BOSCO COSTA - Altera a Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19, para que regras de remarcação de passagens vigorem até o fim da atual pandemia e durante eventuais novas emergências de saúde pública de importância internacional.

Rejeitada em 27/08/25.

RELATOR: Gilson Marques
Encaminhado ao Arquivo

PL 641/2022 IGOR TIMO - Obriga os postos revendedores de combustíveis automotivos a divulgarem informações sobre quantidade e preço de seus estoques, assim como a reajustarem seus preços de modo proporcional à variação dos valores repassados pelas refinarias.

Rejeitada em 27/08/25.

RELATOR: Daniel Almeida
Encaminhado ao Arquivo

EMS 2093/2003 => PL 2093/2003 SENADO FEDERAL - Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (PL nº 2.093, de 2003, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina".

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para tornar obrigatória a aposição de advertência nos alimentos, nas bebidas, nos produtos dietéticos e nos

medicamentos que contenham fenilalanina ou outras substâncias cujo consumo seja contraindicado aos portadores de deficiências do metabolismo ou de doenças específicas, na forma prevista em regulamento.

Rejeitada em 03/09/25.

RELATOR: Paulão

Encaminhado à CCJC

PL 477/2022

PAULO RAMOS - Assegura ao consumidor de energia incluído no Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) as mesmas condições de seu acesso original em caso de novas unidades participantes.

Rejeitada em 17/09/25.

RELATOR: Gilson Marques

Encaminhado à CME

PL 2442/2024

CLODOALDO MAGALHÃES - Obriga os estabelecimentos comerciais em aeroportos e áreas perimetrais a praticarem preços equivalentes aos de mercados fora dessas áreas, com base em preços médios de venda

Rejeitada em 17/09/25.

RELATOR: Carlos Henrique Gaguim

Encaminhado ao Arquivo

PL 2369/2020

PAULO RAMOS - Altera a Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, para incluir a possibilidade de postos multimarca de revenda de combustíveis.

Rejeitada em 08/10/25.

RELATOR: Gilson Marques

Encaminhado à CCJC

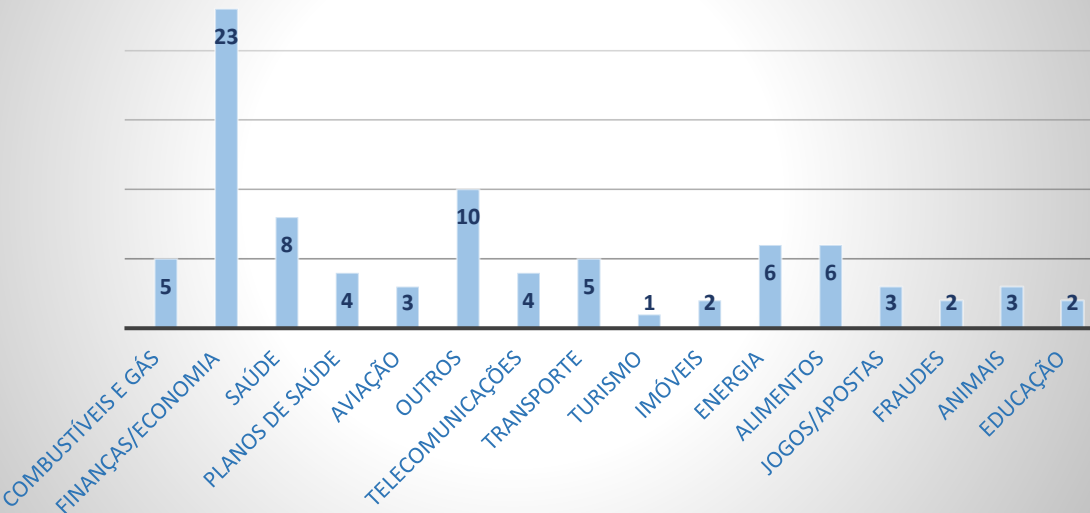
REQUERIMENTOS

Em 2025, a CDC recebeu 82 requerimentos. Destes, 65 foram apreciados pelo plenário da Comissão. Grande parte, 73 deles, visavam a realização de audiências públicas.

Entre os requerimentos aprovados, os temas mais recorrentes foram Finanças, Saúde, Planos de Saúde, Alimentos, Energia, Transporte, Combustíveis/ gás e



TEMAS RECORRENTES



REQUERIMENTOS DE 2024 ABORDADOS EM 2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
41/2024	Paulão	<i>Requer realização de audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 987, de 2022, que permite o enchimento fracionado de botijões de gás de cozinha no Brasil, quebra o oligopólio e a cartelização do setor e estabelece o livre mercado, que favorecerá a redução dos preços do gás de cozinha, favorecendo o povo brasileiro.</i>	18/06/2024 Apresentado 07/05/2025 Aprovado , com alteração para incluir o Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado, Sr. Rogério Saraiva Marinho.
45/2024	Roberto Monteiro	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater a obrigatoriedade do uso de mangueiras transparentes nas bombas de combustíveis.</i>	10/07/2024 Apresentado 07/05/2025 Aprovado , com alteração para incluir o Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado, Sr. Rogério Saraiva Marinho.
52/2024 Ver Req 52/2023	Celso Russomanno	<i>"Requer o aditamento ao Requerimento 52/2023 – CDC, de autoria do Deputado Gilson Marques, para inclusão de convidado na realização de audiência pública para debater o PL 494/2021, que acrescenta o inciso XV ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para vedar ao fornecedor de produtos ou serviços a adoção de ferramentas de precificação dinâmica,".</i>	23/08/2024 Apresentado 04/12/2024 Aprovado 21/10/2025 Realizada

Relatório anual - 2025

53/2024 Ver Req 52/2023	Gilson Marques	<i>"Requer o aditamento ao REQ nº 52/2023 – CDC, para a inclusão de convidado na realização de audiência pública".</i>	04/09/2024 Apresentado 04/12/2024 Aprovado 21/10/2025 Realizada
71/2024	Julia Zanatta	<i>Requer o aditamento do Req. 59/2024 para inclusão de convidado na audiência pública para instrução do PL nº 3341/2024, que trata da proibição da extinção do papel moeda em substituição à moeda digital.</i>	17/12/2024 Apresentado 26/03/2025 Aprovado , subscrito pelo Dep. Gilson Marques

REQUERIMENTOS DE 2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
1/2025	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de audiência pública para debater a possível configuração de abuso de poder econômico por parte da empresa Ambev.</i>	20/03/2025 Apresentado 26/03/2025 Aprovado , subscrito pelo Dep. Celso Russomanno , com alteração para incluir representante da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor – Senacon; da Coca Cola - Luciana Batista; e do Instituto Livre Mercado - Rodrigo Saraiva Marinho.
2/2025	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de audiência pública para debater as práticas de cobrança de taxas e a possível configuração de abuso de</i>	20/03/2025 Apresentado 26/03/2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
		<i>poder econômico por parte da empresa iFood, considerando seus impactos negativos sobre pequenos comerciantes e consumidores.</i>	Aprovado com alteração para incluir representante da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor - Senacon; do Idec; da Associação Brasileira de Benefícios ao Trabalhador - ABBT; da Câmara Brasileira de Benefícios do Trabalhador - CBBT; da Associação Brasileira de Supermercado - Abras; e do Instituto Livre Mercado - Rodrigo Saraiva Marinho. 23/04/2025 Realizada
3/2025 Ver 23/2025	Daniel Almeida	<i>Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Defesa do Consumidor para debater os custos dos alimentos da cesta básica e os sucessivos ajustes de preços.</i>	20/03/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado
4/2025	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de audiência pública para debater as acusações de que a instituição financeira XP Investimentos estaria praticando um esquema de pirâmide.</i>	20/03/2025 Apresentado
5/2025 Ver 39/2025	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de audiência pública para debater as suspeitas de combinação de preços de passagens aéreas pelas empresas Gol Linhas Aéreas e Latam Airlines Brasil,</i>	20/03/2025 Apresentado 09/04/2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
		<i>investigadas pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).</i>	Aprovado, com alteração para Incluir a Azul Linhas Aéreas 1º/7/2025 Cancelada 23/09/2025 Realizada
6/2025	Daniel Almeida	<i>Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Defesa do Consumidor para debater a universalização do acesso aos meios de comunicação.</i>	20/03/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado o Requerimento com inclusão do Instituto Livre Mercado
7/2025	Daniel Almeida	<i>Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Defesa do Consumidor para a política de juros do Brasil e os impactos na economia e na vida dos trabalhadores e consumidores.</i>	20/03/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado
8/2025 Ver 38/2025	Nilto Tatto	<i>Requer audiência pública conjunta a ser realizada na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e na Comissão de Defesa do Consumidor para que seja debatido o “Dossiê Danos dos Agrotóxicos na Saúde Reprodutiva: conhecer e agir em defesa da vida” produzido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva em 2024.</i>	20/03/2025 Apresentado 07/05/2025 Aprovado o Requerimento 22/05/2025 Realizada
9/2025	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir os impactos do uso em alimentos e medicamentos da Eritrosina (Corante Vermelho n.3) na saúde da população.</i>	21/03/2025 Apresentado 07/05/2025 Aprovado

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
10/2025 Ver 36/2025 43/2025	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de audiência pública para debater mudanças em regras de direitos dos consumidores, aprovadas em 2023, definidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).</i>	24/03/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado incluindo o Instituto para Gestão de Excelência Operacional em Cobrança – IGEOC 28/05/2025 Adiada 26/08/2025 Realizada
11/2025	Julia Zanatta	<i>"Solicita seja convidado o Diretor Geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre, senhor Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio, a fim de prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre as providências adotadas em relação às longas filas e tempo excessivo de espera nos pedágios administrados pelas concessionárias de rodovias federais no Estado de Santa Catarina".</i>	24/03/2025 Apresentado 26/03/2025 Aprovado , subscrito pelos Deputados Gilson Marques e Celso Russomanno.
12/2025	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor para debater a qualidade e abrangência do serviço de internet no País.</i>	24/03/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado com inclusão de Presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Internet e Telecomunicações - Abrint, Associação Brasileira dos Prestadores de Serviços de Telecomunicações

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
			Competitivas - Telcomp, Associação Neo e Instituto de Defesa dos Consumidores - Idec. Subscrito pelos Deputados Aureo Ribeiro, Gisela Simona, Duarte Jr. e Jorge Braz
13/2025	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de Audiência Pública para discutir práticas comerciais abusivas adotadas pela empresa Hurb (antigo Hotel Urbano) e avaliar impactos sobre os consumidores, bem como discutir eventuais medidas de aperfeiçoamento e regulação.</i>	24/03/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado
14/2025	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de audiência pública para debater as recorrentes reclamações dos consumidores de veículos da fabricante chinesa BYD.</i>	24/03/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado com alteração para realização conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
15/2025	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para discutir o papel da legislação sobre rotulagem de alimentos no comportamento de consumo e o impacto da obrigatoriedade de incluir, nas embalagens de produtos com adição de açúcar, a advertência de que seu consumo não é recomendado para crianças menores de 2 (dois) anos.</i>	24/03/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
16/2025	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de audiência pública para discutir a cobrança de imposto de renda daqueles que recebem aluguel de imóvel por meio de plataformas digitais, como Airbnb e Booking.com.</i>	25/03/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado , com a inclusão dos seguintes participantes por solicitação do Dep. Gilson Marques: Marcos Madureira, Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica; e Luiz Barata, Presidente da Frente Nacional de Consumidores de Energia Elétrica – FNCE.
17/2025	Duarte Jr.	<i>Requer a realização de audiência pública para analisar, em conjunto com os membros da Comissão de Defesa do Consumidor, a recorrente recusa dos planos de saúde em atender pessoas com deficiência, pois é necessário coibir essa prática, garantindo o cumprimento dos direitos dessas pessoas e assegurando um atendimento adequado e inclusivo por parte das operadoras de saúde.</i>	26/03/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado, com alteração para realização em conjunto com a Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência. 20/05/2025 Realizada em conjunto com a CPD.
18/2025 Ver 26/2025 44/2025	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir o descumprimento da Lei n. 14.300/2022, que instituiu o Marco Legal da Geração Distribuída no Brasil.</i>	31/03/2025 Apresentado 07/05/2025 Aprovado o Requerimento com

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
			inclusão de representantes do Instituto Livre Mercado e da Associação Brasileira de Geração Distribuída - ABDG, Sr. Carlo Evangelista. 13/08/2025 Realizada
19/2025 Ver 31/2025	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir irregularidades na concessão da patente PI 0610030-9, relativa ao composto farmacêutico Dolutegravir.</i>	31/03/2025 Apresentado 07/05/2025 Aprovado
20/2025	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de Audiência Pública para discutir medidas de controle de velocidade e segurança em aplicativos de transporte de passageiros.</i>	01/04/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado com inclusão dos seguintes participantes por solicitação do Dep. Gilson Marques: Rodrigo Saraiva Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado; Luis Fernando Villaça Meyer, Diretor de Operações do Instituto Cordial; e Wagner Lenhart, Diretor-Executivo do Millenium.

Relatório anual - 2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
21/2025	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para discutir os riscos à saúde e as providências regulatórias relacionadas à pasta de dente Colgate Total Clean Mint, cuja interdição da comercialização foi temporariamente suspensa pela Anvisa.</i>	01/04/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado
22/2025 Ver 25/2025 82/2025	Márcio Marinho	<i>Requer realização de audiência pública com o tema “Os potenciais impactos à ordem econômica e aos direitos dos consumidores decorrentes da aquisição, pelo Banco de Brasília (BRB), do controle acionário do Banco Master”.</i>	01/04/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado 09/12/2025 Realizada
23/2025 Ver 3/2025	Daniel Almeida	<i>Requer o aditamento ao requerimento nº 3/2025, de audiência pública para debater os custos dos alimentos da cesta básica e os sucessivos ajustes de preços, para inclusão de convidados.</i>	02/04/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado.
24/2025	Fausto Santos Jr.	<i>Requer a realização de Audiência Pública conjunta, para discutir a situação do serviço prestado pela Amazonas Energia S/A ao Estado do Amazonas.</i>	03/04/2025 Apresentado 07/05/2025 Aprovado
25/2025 Ver 22/2025 82/2025	Daniel Almeida	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir a aquisição de 58% do Banco Master pelo Banco de Brasília.</i>	04/04/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado 09/12/2025 Realizada
26/2025 Ver 18/2025 44/2025	Daniel Almeida	<i>Requer o aditamento ao requerimento nº 18/2025, de Audiência Pública para discutir o descumprimento da Lei 14.300/2022, que instituiu o Marco Legal da Geração Distribuída no Brasil.</i>	04/04/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado 13/08/2025 Realizada

Relatório anual - 2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
27/2025	Márcio Marinho	<i>Requer realização de audiência pública com o tema 'Direitos do Consumidor e Sustentabilidade na Produção e Comercialização do Cacau e do Chocolate no Brasil</i>	08/04/2025 Apresentado 09/04/2025 Aprovado, com inclusão Joabe Sena, representante da Agricultura Familiar 15/07/2025 Realizada
28/2025	Márcio Marinho	<i>Requer realização de audiência pública com o tema 'A Sustentabilidade na Produção e Comercialização do Cacau e do Chocolate no Brasil em benefício do consumidor.</i>	08/04/2025 Apresentado 14/04/2025 Arquivado
29/2025 Ver 46/2025	Daniel Almeida	<i>Requer o aditamento ao requerimento nº 18/2025, de Audiência Pública para discutir o descumprimento da Lei 14.300/2022, que instituiu o Marco Legal da Geração Distribuída no Brasil.</i>	08/04/2025 Apresentado 07/05/2025 Aprovado 13/08/2025 Realizada
30/2025	Márcio Marinho	<i>Requer a criação de uma Subcomissão no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor, com a finalidade de analisar e discutir “Os impactos dos jogos virtuais e apostas on-line, as Bets, nos consumidores e no orçamento das famílias brasileiras.</i>	22/04/2025 Apresentado 07/05/2025 Aprovado
31/2025 Ver 19/2025	Gisela Simona	<i>Requer o aditamento ao requerimento nº 19/2025, de Audiência Pública para discutir irregularidades na concessão da patente PI 0610030-9, relativa ao composto farmacêutico Dolutegravir.</i>	22/04/2025 Apresentado 07/05/2025 Aprovado
32/2025 Ver	Duarte Jr.	<i>Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Defesa do Consumidor na Câmara dos Deputados para debater sobre os empréstimos bancários concedidos por</i>	24/04/2025 Apresentado 07/05/2025 Aprovado

Relatório anual - 2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
Req 61/2025		<i>instituições financeiras e o superendividamento de servidores públicos.</i>	16/09/2025 Realizada
33/2025	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública para debater a qualidade e a fiscalização dos suplementos alimentares comercializados no Brasil.</i>	25/04/2025 Apresentado 07/05/2025 Aprovado, com alteração para incluir representante da Farmabras, Carolina Sommer Mazon 19/08/2025 Realizada
34/2025	Gisela Simona	<i>Requer, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com o objetivo de debater as providências adotadas pelos órgãos competentes em resposta às graves irregularidades identificadas na Operação “Sem Desconto”, deflagrada pela Polícia Federal.</i>	28/04/2025 Apresentado 07/05/2025 Aprovado
35/2025	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de audiência pública para debater o volume excessivo de chamadas de telemarketing e robocalls, as práticas abusivas associadas, os golpes aplicados por meio dessas ligações e a efetividade das medidas regulatórias e de fiscalização existentes.</i>	28/04/2025 Apresentado 07/05/2025 Aprovado
36/2025 Ver 10/2025 43/2025	Gisela Simona	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater as recentes alterações no Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações</i>	28/04/2025 Apresentado 07/05/2025 Aprovado, com alteração para incluir o Sr. Marcos Ferrari,

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
		<i>(RGC) – Resolução nº 765, de 6 de novembro de 2023.</i>	representante da Conexis Brasil Digital. 26/08/2025 Realizada
37/2025	Nilto Tatto	<i>Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com o objetivo de discutir os impactos ambientais e sobre a saúde humana provocados na cadeia produtiva e nos resíduos provocados por produtos nocivos à saúde, como tabaco, álcool e ultraprocessados.</i>	28/04/2025 Apresentado 07/05/2025 Aprovado 08/07/2025 Realizada
38/2025 Ver 8/2025	Gisela Simona	<i>Requer o aditamento ao requerimento nº 8/2025, de Audiência Pública para incluir como convidada da audiência pública a ser realizada conjuntamente pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e pela Comissão de Defesa do Consumidor</i>	29/04/2025 Apresentado 07/05/2025 Aprovado 22/05/2025 Realizada
39/2025 Ver 5/2025	Daniel Almeida	<i>Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Defesa do Consumidor para debater os impactos aos consumidores do codeshare entre as empresas aéreas Gol e Azul e as preocupações consumeristas decorrentes de uma possível fusão entre as empresas.</i>	05/05/2025 Apresentado 28/05/2025 Aprovado, subscrito pela Deputada Gisela Simona, com a inclusão do IPSConsumo. 23/09/2025 Realizada
40/2025	Daniel Almeida	<i>Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Defesa do Consumidor para debater os impactos e perspectivas da finalização do contrato da concessionária Via Bahia na vida dos</i>	07/05/2025 Apresentado 28/05/2025 Aprovado

Relatório anual - 2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
		<i>consumidores e o futuro das concessões das BRs 116 e 324, no Estado da Bahia..</i>	
41/2025	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater a plataforma “Consumidor.Gov”.</i>	08/05/2025 Apresentado 28/05/2025 Aprovado Subscrito pelo Dep. Marcelo Queiroz.
42/2025 Ver 49/2025	Gisela Simona	<i>Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor, para debater os possíveis impactos da fusão entre as empresas Petz e Cobasi na livre concorrência e na defesa dos direitos dos consumidores de produtos e serviços para animais de estimação.</i>	16/05/2025 Apresentado 28/05/2025 Aprovado, subscrito pelo Dep. Marcelo Queiroz. 12/08//2025 Realizada
43/2025 Ver 10/2025 36/2025	Márcio Marinho	<i>Requer, nos termos regimentais, o aditamento do REQ. nº 36/2025 - CDC, que “Requer a realização de Audiência Pública para debater as recentes alterações no Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC) – Resolução nº 765, de 6 de novembro de 2023”, para a inclusão de oradores.</i>	19/05/2025 Apresentado 28/05/2025 Aprovado 26/08/2025 Realizada
44/2025 Ver 18/2025 26/2025	Gisela Simona	<i>Requer o aditamento ao requerimento nº 18/2025, de Audiência Pública para discutir o descumprimento da lei n.14.300/2022, que instituiu o Marco Legal da Geração Distribuída no Brasil.</i>	26/05/2025 Apresentado 28/05/2025 Aprovado, subscrito pelo Dep. Marcelo Queiroz. 13/08/2025 Realizada

Relatório anual - 2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
45/2025	Márcio Marinho	<i>Requer alteração de disposições ao Requerimento nº 30/2025, para fixar a composição da Subcomissão Especial em sete membros titulares e sete suplentes, no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor.</i>	26/05/2025 Apresentado 28/05/2025 Aprovado
46/2025 Ver 29/2024	Cabo Gilberto Silva	<i>Requer a realização de audiência pública nesta Comissão para debater o PL 7733/2017 que "Acrescenta novos §§ 1º e 2º ao art. 9º da Lei nº 8.245/91, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, para fins de autorizar o locador a registrar o locatário inadimplente em cadastro de restrição de crédito.</i>	27/05/2025 Apresentado 28/05/2025 Aprovado 28/08/2025 Realizada
47/2025	Duarte Jr.	<i>Debater os impactos da revisão tarifária sobre os consumidores maranhenses</i>	28/05/2025 Apresentado 11/06/2025 Aprovado , subscrito pelo Dep. Celso Russomanno
48/2025 Ver 50/2025 56/2025 60/2025 69/2025	Vinicius Carvalho	<i>Requer a realização de audiência pública para debater a proteção do consumidor em face da tendência internacional da digitalização da prestação de serviços financeiros e seus impactos no fechamento de agências bancárias no Brasil.</i>	28/05/2025 Apresentado 11/06/2025 Aprovado subscrito pelo Dep. Celso Russomanno, com a inclusão do Sindicato dos Bancários da Bahia. 14/10/2025 Realizada
49/2025 Ver 42/2025	Gisela Simona	<i>Requer o aditamento ao Requerimento nº 42/2025, que requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de</i>	10/06/2025 Apresentado 02/07/2025

Relatório anual - 2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
		<i>Defesa do Consumidor, para debater os possíveis impactos da fusão entre as empresas Petz e Cobasi na livre concorrência e na defesa dos direitos dos consumidores de produtos e serviços para animais de estimação.</i>	Aprovado 12/08//2025 Realizada
50/2025 Ver 48/2025 56/2025 60/2025 69/2025	Gilson Marques	<i>Requer aditamento ao Requerimento 48/2025, do Sr. Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP), para que seja incluído convidado na audiência pública para debater a proteção do consumidor em face da tendência internacional da digitalização da prestação de serviços financeiros e seus impactos no fechamento de agências bancárias no Brasil.</i>	13/06/2025 Apresentado 02/07/2025 Aprovado 14/10/2025 Realizada
51/2025 Ver 57/2025 63/2025	Daniel Almeida	<i>Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Defesa do Consumidor para tratar da valorização das atividades públicas de acompanhamento e controle da qualidade dos combustíveis comercializados no mercado nacional.</i>	17/06/2025 Apresentado 02/07/2025 Aprovado 30/09/2025 Realizada
52/2025		<i>Requerimento procedimental tipificado de forma incorreta.</i>	Excluído
53/2025	Daniel Almeida	<i>Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Defesa do Consumidor para discutir sobre os planos de saúde dos aposentados do Banco Itaú, sobretudo, a isonomia entre aposentados e funcionários da ativa.</i>	17/06/2025 Apresentado 02/07/2025 Aprovado 19/08/2025 Realizada
54/2025	Nilton Tatto	<i>Requer a realização de Audiência para debater sobre o projeto de lei 1008/2025, que está em tramitação neste colegiado.</i>	24/06/2025 Apresentado 02/07/2025

Relatório anual - 2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
			Aprovado
55/2025	Daniel Almeida	<i>Requer a realização de evento com exposição comemorativa do Aniversário de 35 anos do Código de Defesa do Consumidor, com elaboração de material impresso e coquetel de lançamento.</i>	03/07/2025 Apresentado 09/07/2025 Aprovado , subscrito pela Deputada Gisela Simona 09/07/2025 Realizado
56/2025 Ver 48/2025 50/2025 60/2025 69/2025	Marcelo Queiroz	<i>Requer aditamento ao Requerimento nº 48/2025 aprovado nesta Comissão, que pretende audiência pública para debater a proteção do consumidor em face da tendência internacional da digitalização da prestação de serviços financeiros e seus impactos no fechamento de agências bancárias no Brasil.</i>	08/07/2025 Apresentado 20/08/2025 Aprovado 14/10/2025 Realizada
57/2025 Ver 51/2025 e 63/2025	Daniel Almeida	<i>Requer o aditamento ao requerimento nº 51/2025, de Audiência Pública desta Comissão de Defesa do Consumidor que irá tratar da valorização das atividades públicas de acompanhamento e controle da qualidade dos combustíveis comercializados no mercado nacional.</i>	09/07/2025 Apresentado 20/08/2025 Aprovado 30/09/2025 Realizada
58/2025	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir denúncias que apontam potenciais conflitos de interesse na gestão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).</i>	10/07/2025 Apresentado 21/07/2025 Recebimento do Ofício nº 17/2025/CVM/SRL 27/08/2025 Aprovado

Relatório anual - 2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
59/2025	Marcelo Queiroz	<i>Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor, em conjunto com a Comissão de Legislação Participativa, para debater Transparência, compromissos sustentáveis de bem-estar animal e combate ao humane washing.</i>	16/07/2025 Apresentado 20/08/2025 Aprovado, subscrito pelo Deputado Ossésio Silva 26/08/2025 Realizada
60/2025 Ver 48/2025 50/2025 56/2025 69/2025	Daniel Almeida	<i>Requer o aditamento ao requerimento nº 48/2025, de Audiência Pública desta Comissão de Defesa do Consumidor que irá debater a proteção do consumidor em face da tendência internacional da digitalização da prestação de serviços financeiros e seus impactos no fechamento de agências bancárias no Brasil.</i>	29/07/2025 Apresentado 20/08/2025 Aprovado 14/10/2025 Realizada
61/2025 Ver 32/2025	Daniel Almeida	<i>Requer o aditamento ao requerimento nº 32/2025, de Audiência Pública desta Comissão de Defesa do Consumidor para debater sobre os empréstimos bancários concedidos por instituições financeiras e o superendividamento de servidores públicos.</i>	30/07/2025 Apresentado 20/08/2025 Aprovado 16/09/2025 Realizada
62/2025	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública com o objetivo de promover um debate plural e qualificado sobre os impactos ao consumidor frente ao aumento das taxas impostas pelo Governo dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros.</i>	11/08/2025 Apresentado 20/08/2025 Aprovado , com alteração para incluir o Instituto Livre Mercado a pedido do Deputado Gilson Marques.
63/2025	Paulão	<i>Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Defesa do Consumidor - CDC a fim de discutir os preços dos combustíveis ao consumidor final.</i>	19/08/2025 Apresentado 20/08/2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
Ver 51/2025 59/2025			Aprovado , com alteração para incluir o Instituto Livre Mercado a pedido do Deputado Gilson Marques. 30/09/2025 Realizada
64/2025	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de audiência pública para debater sobre as legislações internacionais vigentes sobre Inteligência Artificial e as causas e consequências de suas respectivas aplicações.</i>	20/08/2025 Apresentado 27/08/2025 Aprovado
65/2025	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública para debater e aprimorar a proposta de legislação que visa aumentar a responsabilidade de fabricantes e a fiscalização de suplementos alimentares no Brasil.</i>	25/08/2025 Apresentado 27/08/2025 Aprovado, com as seguintes alterações: incluir o nome da senhora Carolina Sommer da FarmaBrasil no rol dos convidados, e suprimir os nomes dos convidados Dr. Julio Cesar Luchmann e Dr. Barakat. 18/09/2025 Realizada
66/2025	Zé Vitor	<i>Requer a realização de Audiência Pública para discutir a qualidade dos carros híbridos da CAO A Chery, comercializados no Brasil, bem como, os problemas apresentados na bateria.</i>	28/08/2025 Apresentado

Relatório anual - 2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
67/2025	Vinicius Carvalho	<i>Submete aos membros da Comissão de Defesa do Consumidor o presente requerimento para envio à Mesa de pedido para tramitação conjunta de proposições, nos termos que propõe.</i>	09/09/2025 Apresentado 17/09/2025 Aprovado , subscrito pelo Deputado Gilson Marques Enviado à Mesa Diretora REQ 4190/2025
68/2025 Ver 73/2025	Vinicius Carvalho	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública com o objetivo de promover um debate sobre a proteção dos direitos dos consumidores no uso do Pix tendo em vista as novas funcionalidades anunciadas pelo Banco Central do Brasil</i>	23/09/2025 Apresentado 08/10/2025 Aprovado 04/11/2025 Realizada
69/2025 Ver 48/2025 50/2025 56/2025 60/2025	Daniel Almeida	<i>Requer o aditamento ao requerimento nº 48/2025, de Audiência Pública desta Comissão de Defesa do Consumidor que irá debater a proteção do consumidor em face da tendência internacional da digitalização da prestação de serviços financeiros e seus impactos no fechamento de agências bancárias no Brasil.</i>	29/09/2025 Apresentado 08/10/2025 Aprovado 14/10/2025 Realizada
70/2025	Celso Russomanno	<i>Requer a criação de Subcomissão Especial, no âmbito desta Comissão de Defesa do Consumidor, para fiscalizar, avaliar e discutir os casos de morte e intoxicação por adulteração de bebidas com Metanol.</i>	30/09/2025 Apresentado 08/10/2025 Aprovado
71/2025 Ver 76/2025	Daniel Almeida	<i>Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater as problemáticas enfrentadas pelos estudantes vinculados ao Fundo de Financiamento</i>	01/10/2025 Apresentado 08/10/2025 Aprovado 16/12/2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
		<i>Estudantil (FIES), especialmente diante de aumentos abusivos e desregulados nas mensalidades de instituições de ensino superior privadas.</i>	Realizada
72/2025 Ver 77/2025	Daniel Almeida	<i>Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater, as proposições que tramitam nesta Comissão, dispendo sobre apostas de quota fixa e outras modalidades, em especial os PLs nº 2663/25, 4020/25 e 2269/25.</i>	01/10/2025 Apresentado 08/10/2025 Aprovado, incluindo Rodrigo Saraiva Marinho, do Instituto Livre Mercado – ILM; Plinio Lemos, Presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias – ANJL; Rafael Marcondes, Presidente da Associação de Bets e Fantasy Sport – ABFS; Regis Dudena, Secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda; e Giovanni Rocco Neto, Secretário Nacional de Apostas Esportivas e Desenvolvimento Econômico do Ministério do Esporte. 11/11/2025 Realizada
73/2025 Ver 68/2025	Daniel Almeida	<i>Requer o aditamento ao requerimento nº 68/2025 para realização de Audiência Pública com o objetivo de “promover um</i>	06/10/2025 Apresentado 08/10/2025 Aprovado

Relatório anual - 2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
		<i>debate sobre a proteção dos direitos dos consumidores no uso do Pix, tendo em vista as novas funcionalidades anunciadas pelo Banco Central do Brasil”.</i>	04/11/2025 Realizada
74/2025	Vinicius Carvalho	<i>Requer a realização de audiência pública para debater sobre o prazo de validade de alimentos perecíveis e não perecíveis.</i>	08/10/2025 Apresentado
75/2025	Julia Zanatta	<i>Requer a realização de audiência pública nesta Comissão para debater possíveis práticas abusivas na saúde suplementar e nos planos privados de assistência à saúde, com foco na proteção do consumidor e na preservação da autonomia médica.</i>	13/10/2025 Apresentado 15/10/2025 Aprovado , subscrito pelo Deputado Gilson Marques 02/12/2025 Realizada
76/2025 Ver 71/2025	Daniel Almeida	<i>Requer o aditamento ao REQ nº 71/2025 para a inclusão de convidado na audiência pública no âmbito desta Comissão de Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater as problemáticas enfrentadas pelos estudantes vinculados ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que pretende discutir a “Política Nacional de Proteção Digital”.</i>	14/10/2025 Apresentado 26/11/2025 Aprovado 16/12/2025 Realizada
77/2025 Ver 72/2025	Daniel Almeida	<i>Requer o aditamento ao requerimento nº 72/2025 para realização de Audiência Pública com o objetivo de as proposições que tramitam nesta Comissão, dispondo sobre apostas de quota fixa e outras modalidades, em especial os PLs nº 2663/25, 4020/25 e 2269/25”.</i>	16/10/2025 Apresentado 26/11/2025 Aprovado 11/11/2025 Realizada
78/2025	Vinicius Carvalho	<i>Requer a realização de audiência pública para debater sobre o prazo de validade de alimentos perecíveis e não perecíveis.</i>	17/10/2025 Apresentado

Relatório anual - 2025

REQ Nº	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
79/2025	Gisela Simona	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater as recentes mudanças nas regras de bagagem adotadas pelas companhias aéreas que operam no Brasil, e a atuação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) quanto à autorização e fiscalização dessas alterações”.</i>	17/10/2025 Apresentado
80/2025	Daniel Almeida	<i>"Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Defesa do Consumidor, para debater a importância da restrição de publicidade para todas as bebidas alcoólicas para a saúde e para a sociedade".</i>	18/11/2025 Apresentado
81/2025	Vinicius Carvalho	<i>Requer aditamento ao Req. 75/25, para incluir participante como convidado na Reunião de Audiência Pública para debater possíveis práticas abusivas na saúde suplementar e nos planos privados de assistência à saúde, com foco na proteção do consumidor e na preservação da autonomia médica.</i>	18/11/2025 Apresentado
82/2025 22/2025 25/2025	Daniel Almeida	<i>Requer o aditamento do Requerimento nº 25/25, de modo a incluir a discussão das consequências, para o consumidor, da liquidação do Banco Master decretada pelo Banco Central do Brasil.</i>	25/11/2025 Apresentado 26/11/2025 Aprovado 09/12/2025 Realizada

SESSÃO SOLENE

SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AOS 35 ANOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

A Sessão Solene foi realizada para celebrar o aniversário de 35 anos do Código de Defesa do Consumidor. Na data, houve ainda uma exposição interativa sobre as principais conquistas do consumidor nas últimas três décadas e meia, um coquetel comemorativo e o lançamento de uma edição especial do CDC.

Requerimento nº 55/25, do Deputado Daniel Almeida.

Data: 09/09/2025

Convidados:

Herman Benjamin

Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Paulo Henrique Pereira Secretário Nacional do Consumidor/MJ

Joaci Fonseca de Góes

Parlamentar constituinte e relator do Código de Defesa do Consumidor na Câmara dos Deputados

Juliana Pereira da Silva

Presidente do Instituto de Pesquisas e Estudos da Sociedade e Consumo – IPS Consumo

Jonas Sales Fernandes

Conselheiro do Conselho Diretor do Instituto de Defesa de Consumidores (Idec)

Walter José Faiad de Moura

Advogado

Luiz Orsatti

Fundação Procon São Paulo



Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:
<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/77279>

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados permite às comissões permanentes e temporárias realizar reuniões de audiências públicas com entidades da sociedade civil, para instruir matérias legislativas em tramitação e tratar de qualquer tema de interesse público relevante dentro de sua área temática.

Em 2025, a CDC ouviu mais de 180 autoridades, em 23 reuniões de audiência pública, possibilitando aprofundar o debate de temas de destaque para a sociedade brasileira e municiar os relatores de projetos de lei em discussão na CDC de subsídios, permitindo o aprimoramento de seus pareceres.

Entre os principais temas abordados nas audiências públicas em 2025 estão a Saúde, Instituições Financeiras, Economia, Alimentos e e Bem-Estar Animal.

IFOOD - COBRANÇA DE TAXAS E POSSÍVEL ABUSO DE PODER ECONÔMICO

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater as práticas de cobrança de taxas e a possível configuração de abuso de poder econômico por parte da empresa iFood, considerando seus impactos negativos sobre pequenos comerciantes e consumidores.

Requerimento nº 02/2025, do Deputado Aureo Ribeiro.

Data: 23/04/2025

Expositores:

Felipe Hagen Loureiro Araújo Crull

Diretor Sênior de Relações Institucionais do iFood

Rodrigo Saraiva Marinho

Instituto Livre Mercado

Paulo Solmucci Jr.

Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - Abrasel

André Porto

Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia - Amobitec

Bruno Drago

Advogado da Associação Brasileira de Benefícios ao Trabalhador - ABBT

Júlio Brito

Conselheiro do Conselho da Câmara Brasileira de Benefícios do Trabalhador - CBBT

Felipe de Paula

Advogado Consultor da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos – Abipag

Henrique Lian

Diretor de Relações Institucionais e Mídia da Proteste - Associação de Consumidores



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/75860>

RECUSA RECORRENTE DOS PLANOS DE SAÚDE EM ATENDER PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Audiência Pública Conjunta com a Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência o intuito de debater o a recorrente recusa dos planos de saúde em atender pessoas com deficiência.

Requerimento nº 17/2025 CDC , do deputado Duarte Jr.

Requerimento nº 22/2025 CPD, do deputado Duarte Jr.

Data: 20/05/2025

Expositores:

Ricardo Cruz

Chefe da Assessoria Jurídica

Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão - PROCON/ MA

Frederico Borges

Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira dos Planos de Saúde - Abramge

Rafael Pedreira Vinhas

Gerente-Geral de Regulação e Estrutura dos Produtos da DIPRO (Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos) e

Marcus Teixeira Braz

Diretor-Adjunto de Fiscalização da DIFIS (Diretoria de Fiscalização), ambos da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar;

Cesar Sergio Cardim Junior

Superintendente de Regulação da FenaSaúde - Federação Nacional de Saúde Suplementar



Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/75955>

DOSSIÊ DANOS DOS AGROTÓXICOS NA SAÚDE REPRODUTIVA

A Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi realizada com o intuito de debater o “Dossiê Danos dos Agrotóxicos na Saúde Reprodutiva: conhecer e agir em defesa da vida”, produzido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva em 2024.

Requerimentos nºs 08/2025 CDC e 08/2025 CMADS, do Deputado Nilto Tatto
Requerimento nº 38/2025 CDC, da Deputada Gisela Simona

Data: 22/05/2025

Expositores:

Vivian Libório de Almeida

Diretora de Inovação para a Produção Familiar e Transição Agroecológica do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA

Pedro Luiz Gonçalves Serafim da Silva

Sub-Procurador Regional do Trabalho - Ministério Público do Trabalho

Lia Giraldo da Silva Augusto

Médica Pesquisadora, Grupo Temático Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco; e Coordenadora Adjunta do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos para Tema Saúde Reprodutiva e Organizadora do Dossiê

Márcia Leopoldina Montanari Corrêa

Relatora do Dossiê e Membro do Grupo de Trabalho em Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco

Jakeline Pivato

Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida e representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST

Tamara Correia de Andrade

Especialista em Regulação do Instituto de Defesa dos Consumidores - Idec

Victor Torres Alves Da Costa

Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura e Pecuária – Mapa



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/76332>

DIREITOS DO CONSUMIDOR E SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO CACAU E DO CHOCOLATE NO BRASIL

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater Sustentabilidade na Produção e Comercialização do Cacau e do Chocolate.

Requerimento nº 27/2025, do Deputado Márcio Marinho.

Data: 15/07/2025

Expositores:

Paulo Marrocos

Coordenação Geral de Pesquisa e Inovação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - Ceplac/Mapa

Jaime Recena

Presidente de Abicab - Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas

Tuta Aquino

Presidente da Associação Bean to Bar

Guilherme Moura

Presidente da Câmara Setorial do Cacau e Vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia - Faeb

Joabe Sena

Representante da Agricultura Familiar

Isidoro Gesteira

Representante do Sindicato Rural de Ilhéus



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:
<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/76582>

IMPACTOS DA FUSÃO ENTRE AS EMPRESAS PETZ E COBASI

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater os impactos da fusão entre as empresas Petz e Cobasi.

Requerimentos nºs 42/2025 e 49/2025, da Deputada Gisela Simona.

Data: 12/08/2025

Expositores:

Vitor Hugo do Amaral Ferreira

Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon)

Juliana Pereira da Silva

Presidente do Instituto de Pesquisas e Estudos da Sociedade e Consumo - IPS Consumo

Talita Lacerda

CEO da empresa Petlove

Guilherme Davis

Presidente da Companhia da Terra

Márcia Moro

Presidente da Associação Brasileira de Procons – ProconsBrasil

Maria Lima Martins

Instituto Caramelo

Coordenador do Instituto de Defesa de Consumidores – IDEC



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:
<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68133>

DESCUMPRIMENTO DA LEI Nº 14.300, DE 2022, QUE INSTITUIU O MARCO LEGAL DA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA NO BRASIL

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de discutir o descumprimento da Lei nº 14.300, de 2022, que instituiu o Marco Legal da Geração Distribuída no Brasil.

Requerimento nº 18/2025, do Deputado Celso Russomanno;
Requerimentos nºs 26/2025 e 29/2025, do Deputado Daniel Almeida;
Requerimento nº 44/2025, da Deputada Gisela Simona.

Data: 13/08/2025

Expositores:

Giacomo Francisco Bassi Almeida

Superintendente de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel

Carlos Evangelista

Presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída - ABGD

Luiz Barata

Presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia - FNCE

Marcos Madureira

Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee

Guilherme Susteras

Coordenador do Grupo de Trabalho de Geração Distribuída da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - Absolar

Heber Galarce

Presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa – Inel



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:
<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/76576>

QUALIDADE E FISCALIZAÇÃO DOS SUPLEMENTOS ALIMENTARES COMERCIALIZADOS NO BRASIL

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater a qualidade e a fiscalização dos suplementos alimentares comercializados no Brasil.

Requerimento nº 33/2025, do Deputado Felipe Carreras.

Data: 19/08/2025

Expositores:

Renata de Araújo Ferreira

Coordenadora de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Patrícia Ferrari Andreotti

Gerente Geral da Gerência Geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Caio Victor Coutinho de Oliveira

Nutricionista do Conselho Federal de Nutrição – CFN

Euclesio Bragança da Silva

Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira dos Fabricantes de Suplementos Nutricionais e Alimentos para Fins Especiais - Brasnutri

Marcelo Bella

Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Produtos Nutricionais - Abenutri

Guilherme Roman

Diretor Jurídico da INP Indústria de Alimentos LTDA - Essential Nutrition

Alberto Jose Moretto

Socio da Supley Laboratório de Alimentos e Suplementos Nutricionais LTDA - Max Titanium

Eduardo Mondini

Diretor de Operações da ADS Laboratório Nutricional Ltda - Athletica Nutrition.

Carolina Sommer Mazzon

Membro do Conselho Diretor do Grupo FarmaBrasil



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:
<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/77402>

PLANO DE SAÚDE DOS(AS) APOSENTADOS(AS) DO BANCO ITAÚ UNIBANCO E FUNDAÇÃO SAÚDE ITAÚ

A Audiência Pública conjunta com a CDC foi realizada com o intuito de discutir o Plano de Saúde dos (as) aposentados (as) do Banco Itaú Unibanco e Fundação Saúde Itaú.

Requerimento: nº 7/2025, da Deputada Érika Kokay
Requerimento nº 52/2025, do Deputado Daniel Almeida

Data: 19/08/2025

Expositores:

Enfermeira Rejane

Deputada Federal PCdoB/RJ

Luiz Claudio Marcolino

Deputado Estadual - PT/SP

Wadih Damous

Secretário Nacional do Consumidor (Senacon)

Antônio Eduardo Dias Teixeira

Presidente da Associação dos Aposentados do Banco Itaú

Andreia Sabino Macedo

Presidente da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe

Milton Maluhy Filho

Diretor Presidente do Banco Itaú

Daniel Sposito Pastore

Diretor Presidente da Fundação Saúde Itaú

Eduardo Araújo de Souza

Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília

Rodrigo Lopes Britto

Presidente da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte - FETEC-CUT/CN.

Juvândia Moreira Leite

Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT - CONTRAF/CUT

Carlos Augusto Martins de Aguiar

Presidente da Comissão dos Aposentados do Rio de Janeiro

Octavio Carlos Machado

Presidente da Comissão dos Aposentados de São Paulo

Neiva Maria Ribeiro dos Santos

Presidenta do Sindicato dos

Bancários de São Paulo

Jair Alves dos Santos

Representante do SEEB/SP/
CONTRAF-CUT

Caroline Heider

Representante da ANAPAR

Katia Branco

Representante da SEEB/RJ

Elder Fontes Machado

Representante da Comissão dos
Aposentados de São Paulo

Louraci Moraes dos Santos

Representante do SEEB/DF



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/77540>

ALTERAÇÕES NO REGULAMENTO GERAL DE DIREITOS DO CONSUMIDOR (RGC) DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater mudanças em regras de direitos dos consumidores, aprovadas em 2023, definidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Requerimento nº 10/2025 e 53/2024, do Deputado Aureo Ribeiro;
Requerimento nº 36/2025, da Deputada Gisela Simona;
Requerimento nº 43/2025, do Deputado Márcio Marinho.

Data: 26/08/2025

Expositores:

Márcia Moro

Presidente da Associação Brasileira dos Procons - Procons Brasil

Cristiana Camarate

Conselheira Substituta da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel

Lucas Marcon

Advogado do Instituto de Defesa de Consumidores - Idec

Ivanez Angelo Perotoni

Diretor Regulatório da Vivo/Telefônica Brasil

Daphne de Carvalho Pereira Nunes

Gerente de Assuntos Regulatórios da Claro/América Móvil

Helton Posseti

Representante de Relações Institucional da Oi

Carlos Eduardo de Faria Franco

Diretor de Assuntos Regulatórios daTim

Fernando Soares

Diretor de Regulação e Inovação da Conexis Brasil Digital

Basílio Perez

Vice-Presidente da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações - Abrint

Marcel Gravio de Oliveira Lima

Advogado do Instituto para Gestão de Excelência Operacional em Cobrança - Igeoc

Luiz Henrique Barbosa Silva

Presidente Executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas - TelComp

Carina Minc

Assessora Chefe da Fundação Procon São Paulo



Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/77484>

REGISTRO DE LOCATÁRIO INADIMPLENTE EM CADASTRO DE RESTRIÇÃO DE CRÉDITO

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater o Projeto de Lei n. 7.733, de 2017, que "Acrescenta novos §§ 1o e 2o ao art. 9o da Lei no 8.245/91, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, para fins de autorizar o locador a registrar o locatário inadimplente em cadastro de restrição de crédito".

Requerimento nº 29/2024, do Deputado Aureo Ribeiro;
Requerimento nº 46/2025, do Deputado Cabo Gilberto Silva.

Data: 28/08/2025

Expositores:

Rubens Sardenberg

Diretor-executivo de Economia, Regulação Prudencial e Riscos da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)

Izabella Netto Galvão de Carvalho Advogada Contencioso Civil e Consultora jurídica da União Nacional das Entidades de Comércio e Serviços (UNECS)

Vivian Meira Ávila Moraes

Gerente Jurídica do Sistema da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL)

José Eduardo Rodrigues de Carvalho

Vice-Presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (FACESP)

Carlos Celso Orcesi da Costa

Superintendente Jurídico da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)



Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/78701>

SUPERENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater sobre os empréstimos bancários concedidos por instituições financeiras e o superendividamento de servidores públicos.

Requerimento nº 32/2025, do Deputado Duarte Jr.;
Requerimento nº 61/2025, do Deputado Daniel Almeida.

Data: 16/09/2025

Expositores:

Yan Valadares

Advogado especializados em Direito do Consumidor

Wellinton de Queiroz

Advogado especializado em Direito do Consumidor

Jose Rodrigues Costa Neto

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal - SindJus

Wagner Ferreira Araújo

Diretor do Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração direta - Sindireta

João Domingos

Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB

Rodrigo Cardoso dos Santos

Presidente do Sindicato dos Bancários de Ilhéus da Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB

Sergio Ricardo Antiqueira

Secretário Nacional de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores - CUT

Lineu Neves Mazano

Presidente da Federação dos Sindicatos dos Servidores Públicos no Estado de São Paulo - FESSP-ESP

Amaury Martins de Oliva

Diretor-executivo de Sustentabilidade, Cidadania Financeira, Relações com o Consumidor e Autorregulação da Federação Brasileira de Bancos - Febraban

Celso Malhani

Diretor da Pública Central do Servidor

Alison Aparecido Martins de Souza

Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União - Sindilegis



Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/78971>

APRIMORAMENTO DA PROPOSTA DE LEGISLAÇÃO SOBRE SUPLEMENTOS ALIMENTARES NO BRASIL

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater e aprimorar a proposta de legislação que visa aumentar a responsabilidade de fabricantes e a fiscalização de suplementos alimentares no Brasil.

Requerimento nº 65/2025, do Deputado Felipe Carreras.

Data: 18/09/2025

Expositores:

Andrey Lucas Macedo Corrêa

Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual da Senacon/MJSP

Daniel Meirelles Fernandes Pereira

Diretor da Segunda Diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Gislene Cardozo

Diretora Executiva da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD

Caio Victor Coutinho

Nutricionista e Conselheiro do Conselho Federal de Nutrição - CFN

Euclésio Bragança da Silva

Conselheiro da Associação Brasileira dos Fabricantes de Suplementos Nutricionais e Alimentos para Fins Especiais - Brasnutri

Marcelo Bella

Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Produtos Nutricionais - Abenutri

Carolina Sommer Mazzon

Membro do Conselho Diretor do Grupo FarmaBrasil



Renato Araújo / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:
<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/79081>

FUSÃO E COMBINAÇÃO DE PREÇOS DE PASSAGENS PELAS EMPRESAS AÉREAS LATAM, GOL E AZUL

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater as suspeitas de combinação de preços de passagens aéreas pelas empresas Gol Linhas Aéreas e Latam Airlines Brasil, investigadas pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Requerimento nº 05/2025, do Deputado Aureo Ribeiro;
Requerimento nº 39/2025, do Deputado Daniel Almeida.

Data: 23/09/2025

Expositores:

Clarissa Costa de Barros

Secretária Nacional de Aviação Civil Substituta do Ministério de Portos e Aeroportos - MPor

Lais Macedo Facó Alencar

Superintendente Substituta de Acompanhamento de Serviços Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac

Vitor Hugo do Amaral Ferreira

Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Do Consumidor (Dpdc) da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor – Senacon

Gustavo Augusto Freitas de Lima

Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade

Camilo Coelho

Gerente de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas Brasileiras

Alberto Fajerman

Assessor da Presidência da Companhia Gol Linhas Aéreas

Eduardo Leal Macedo

Diretor de Relações Institucionais da Latam Brasil

Juliana Oliveira Domingues

Presidente do Instituto Brasileiro de Concorrência e Inovação - IBCI



Pablo Valadares / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/78809>

QUALIDADE E PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS COMERCIALIZADOS NO BRASIL

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater a valorização das atividades públicas de acompanhamento e controle da qualidade dos combustíveis comercializados no mercado nacional.

Requerimentos nºs 51/2025 e 57/2025, do Deputado Daniel Almeida;
Requerimento nº 63/2025, do Deputado Paulão.

Data: 30/09/2025

Expositores:

Fabio da Silva Vinhado

Superintendente Adjunto de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos da Agência Nacional do Petróleo
- **ANP**

Luís Eduardo Esteves

Superintendente de Defesa da Concorrência da Agência Nacional do Petróleo - **ANP**

Francisco Neves

Diretor Executivo da Associação Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis - **ANDC**

Eusébio Luís Pinto Neto

Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Combustíveis e Derivados do Petróleo -

Fenepospetro

Abel Leitão

Presidente Executivo da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e
Biocombustíveis - **Brasilcom**

Professor Luiz Antonio D'Avila

Universidade Federal do Rio de Janeiro, **UFRJ Laboratório de Combustíveis**

Deyvid Bacelar

Coordenador-Geral da Federação Única dos Petroleiros - **FUP**

James Thorp Neto

Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes - **Fecombustíveis**

Rodrigo Marinho

Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado



Bruno Spada / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/79095>

DIGITALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E FECHAMENTO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater a proteção do consumidor em face da tendência internacional da digitalização da prestação de serviços financeiros e seus impactos no fechamento de agências bancárias no Brasil.

48/2025 CDC, do Deputado Vinícius Carvalho

50/2025 CDC, do Deputado Gilson Marques

56/2025 CDC, do Deputado Marcelo Queiroz

60/2025 CDC, do Deputado Daniel Almeida

69/2025 CDC, do Deputado Daniel Almeida

Data: 14/10/2025

Expositores:

Luciano Timm

Presidente da Associação Brasileira de Liberdade Econômica (Able) e Professor do IDP

Osny da Silva Filho

Diretor do Departamento Nacional de Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon/MJ

Adauto Duarte

Diretor-executivo de Relações Institucionais, Trabalhistas e Sindicais da Federação Brasileira de Bancos - Febraban

Diego Perez

Presidente da Associação Brasileira de Fintechs (Abfintechs)

Fabiano Jantalia

Doutor em Direito e Coordenador Acadêmico do Grupo de Estudos em Direito e Regulação Financeira da Universidade de Brasília -GEFIN/UnB

Rodrigo Saraiva Marinho

Diretor do Instituto Livre Mercado

Rodolfo Luís Cutrim Costa

Coodenador-Geral do Sindicato dos Bancários do Maranhão - SEEB-MA.

Hermelino Neto

Secretário-Geral da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe - FEEBASE

Jerônimo da Silva Junior

Diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia - SBBA



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/79015>

PRECIFICAÇÃO DINÂMICA

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater o PL nº 494/2021, que acrescenta o inciso XV ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para vedar ao fornecedor de produtos ou serviços a adoção de ferramentas de precificação dinâmica.

Requerimentos nºs 52/2023 e 53/2024, do Deputado Gilson Marques;
Requerimento nº 52/2024, do Deputado Celso Russomanno.

Data: 21/10/2025

Expositores:

Fernanda Garcia Machado

Diretora de Programa da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda - MF

Osny da Silva Filho

Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça - Senacon/MJ

Ariel Uarian

Diretor de políticas públicas do Movimento Inovação Digital

Arthur Rollo

Presidente do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor - Inadec

Rodrigo Saraiva Marinho

Diretor Executivo do Instituto Livre Mercado

Marcelo Guarany

Advogado, economista, especialista em Direito Econômico e das Empresas e Mestre em Direito Público

Eliseu Paulino

Diretor Presidente da Urbano Norte

André Porto

Diretor Executivo da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia - Amobitec

Carlos Schmiedel

Mestre em Ciência da Informação e Precificação Ética com Inteligência Artificial e Consultor Independente da Neogrid



Bruno Spada / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/79582>

PROTEÇÃO DE CONSUMIDORES NO USO DO PIX

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de promover um debate sobre a proteção dos direitos dos consumidores no uso do Pix, tendo em vista as novas funcionalidades anunciadas pelo Banco Central do Brasil.

Requerimento nº 68/2025, do Deputado Vinicius Carvalho
Requerimento nº 73/2025, do Deputado Daniel Almeida
Data: 04/11/2025

Expositores:

Fabio Macorin

Subsecretário de Monitoramento e
Fiscalização do Ministério da Fazenda

Osny Filho

Diretor do Departamento de
Proteção e Defesa do Consumidor da
Secretaria Nacional do Consumidor -
Senacon/MJSP

Viviane Fernandes

Pesquisadora do Instituto Brasileiro
de Defesa do Consumidor - Idec

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Presidente da Associação Brasileira
de Direito e Economia - ABDE



Pablo Valadares / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/79877>

BETS E APOSTAS ESPORTIVAS

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater as proposições que tramitam nesta Comissão, dispondo sobre apostas de quota fixa e outras modalidades, em especial os PLs nºs 2663/25, 4020/25 e 2269/25.

Requerimento nº 72/2025, do Deputado Daniel Almeida.

Data: 11/11/2025

Expositores:

Marina Giocondo Cardoso Pita

Diretora do Departamento de Promoção da Liberdade de Expressão da Secretaria de Políticas Digitais, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR)

Osny da Silva Filho

Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon

Giovanni Rocco Neto

Secretário da Secretaria Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte, do Ministério do Esporte

Andiara Maria Braga Maranhão

Coordenadora-Geral de Monitoramento do Jogo Responsável da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda

Bernardo Freire

Advogado da Associação Nacional de Jogos e Loterias - ANJL

Rodrigo Marinho

Diretor-Executivo Do Instituto Livre Mercado

Marcelo Pagotti João

Diretor da Fiscalização do Procon/SP da Secretaria da Justiça e Cidadania do Governo do Estado de São Paulo

Walter Moura

Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB



Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/80041>

PRÁTICAS ABUSIVAS NA SAÚDE SUPLEMENTAR E NOS PLANOS DE SAÚDE

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater possíveis práticas abusivas na saúde suplementar e nos planos privados de assistência à saúde, com foco na proteção do consumidor e na preservação da autonomia médica.

Requerimento nº 75/2025, da Deputada Julia Zanatta, subscrito pelo Deputado Gilson Marques;
Requerimento nº 81/2025, do Deputado Vinicius Carvalho.

Data: 02/12/2025

Expositores:

Francisco Eduardo Cardoso Alves

Vice-Corregedor do Conselho Federal de Medicina - CFM

José Ramalho Neto

Presidente da Aliança Nacional pela Defesa Ética na Saúde Suplementar - Andess

Cássio Ide Alves

Diretor Médico da Associação Brasileira de Planos de Saúde - Abramge

Waldeny Santana

Coordenador do Procon Saúde de Campina Grande

Vinicius Benites

Médico Neurocirurgião

Marcus Teixeira Braz

Diretor-Adjunto da Diretoria de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

Francineide Marinho Santos

Advogada do Programa de Saúde do Instituto de Defesa dos Consumidores - Idec

Cesar Sergio Cardim Junior

Superintendente de Regulação da Federação Nacional de Saúde Suplementar - FenaSaúde



Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/80394>

CONSEQUÊNCIAS DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO BANCO MASTER

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater as consequências aos consumidores da liquidação extrajudicial do Banco Master

Requerimento nº 22/2025, do Deputado Márcio Marinho
Requerimentos nº 25/2025 e 82/2025, do Deputado Daniel Almeida

Data: 09/12/2025

Expositores:

Hugo Vitor Vecchiato

Assessor do Conselho
Administrativo de Defesa
Econômica (Cade)

**Ivan Amarante de
Albuquerque**

Diretor do Ramo Financeiro
do Sindicato dos Bancários de
Brasília.



Bruno Spada / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/80468>

DIFICULDADES DOS ESTUDANTES JUNTO AO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater as problemáticas enfrentadas pelos estudantes vinculados ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), especialmente diante de aumentos abusivos e desregulados nas mensalidades de instituições de ensino superior privadas.

Requerimentos nºs 71/2025 e 76/2025, do Deputado Daniel Almeida.

Data: 16/12/2025

Expositores:

Adilson Santana de Carvalho

Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação

Lucas Sachsida Junqueira Carneiro

Coordenador da Comissão Permanente de Educação do Grupo Nacional de Direitos Humanos
Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE)

Bruno Coimbra

Diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)

Elizabeth Guedes

Presidente do conselho da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP)

João Monteiro

Presidente do Movimento Fies Sem Teto

Letícia Holanda

Diretora de Relações Institucionais da União Nacional de Estudantes

Maria Mendes

Coordenadora da Coordenação Geral de Políticas de Educação Superior do Ministério da Educação - MEC



Renato Araújo / Câmara dos Deputados

Acesse para mais informações:
<https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/79894>

CDC NA IMPRENSA

Comissão aprova projeto sobre transparência em tarifa de energia

Congresso em Foco - 09/05/25

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que determina a publicação de relatórios periódicos, em linguagem acessível à população, sobre as variações nas tarifas de energia elétrica. O Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) serão os responsáveis por esses relatórios.

Dois relatórios distintos serão produzidos. O primeiro, a ser divulgado no site da Aneel após a publicação do ato de reajuste, detalhará as justificativas para cada alteração tarifária (reajuste ou revisão) implementada por cada distribuidora de energia.

O segundo relatório, de caráter anual, também publicado no site da Aneel, analisará as diferenças entre as tarifas e os reajustes aplicados pelas distribuidoras, acompanhado de informações sobre medidas para redução dos valores cobrados.

O relator, deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), defendeu a aprovação do projeto de lei 4.366/2021, de autoria da ex-deputada Ângela Amin (SC), argumentando que a proposta reforça o direito à informação garantido aos consumidores pela legislação vigente.

"A proposta concretiza, de modo funcional e eficaz, as exigências de transparência para a busca de um mercado de consumo responsável e justo no segmento de energia elétrica", afirmou.

Uma emenda apresentada por Ribeiro incluiu o Ministério de Minas e Energia na obrigação de prestar esclarecimentos ao consumidor, uma vez que o texto original previa apenas a Aneel. "A política de preços não é responsabilidade da agência, e sim do órgão a que está vinculada, o ministério", justificou.

A proposta seguirá para análise conclusiva nas comissões de Minas e Energia e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Para se tornar lei, o projeto precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Comissão da Câmara aprova projeto que libera venda de álcool 70% líquido

CNN Brasil - 31/05/25

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que permite novamente a venda de álcool etílico 70% na forma líquida. A comercialização desse tipo de álcool tinha sido proibida pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em 2024, após o fim da pandemia de Covid-19. O deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), relator do projeto, defendeu a proposta e disse que o álcool 70% é uma das opções mais baratas e eficientes para limpar ambientes e manter a higiene pessoal.

O autor do projeto, deputado Marcos Soares (União-RJ), lembrou que, durante a pandemia, o álcool líquido foi liberado de forma temporária para ajudar na prevenção contra o coronavírus. Segundo ele, as pessoas se acostumaram a usá-lo no dia a dia para desinfetar objetos e superfícies em casa. A Anvisa proíbe a venda do álcool líquido 70% desde 2002, por causa do alto risco de acidentes com queimaduras. No entanto, ele continua sendo vendido em outras formas, como gel, lenços umedecidos e sprays. O projeto ainda será analisado por outras comissões da Câmara: a de Saúde e a de Constituição e Justiça.

Comissão aprova competência estadual sobre venda de bebidas em estádios

CNN Brasil - 31/08/25

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados aprovou uma proposta que estabelece que estados terão autonomia para decidir sobre a venda e o consumo de bebidas alcoólicas em estádios e outros locais de eventos esportivos. A mudança altera a Lei Geral do Esporte, que já prevê competências estaduais, como a organização de centros regionais de treinamento e programas de aperfeiçoamento esportivo.

O substitutivo aprovado foi apresentado pela relatora, deputada Julia Zanatta (PL-SC), e unifica três projetos distintos sobre o tema (PLs 4272/19, 1918/23 e 3793/23). Para Zanatta, experiências regionais indicam que regras específicas podem ser eficazes, permitindo a comercialização de bebidas sob critérios definidos.

"Essa abordagem equilibrada demonstra que estados e municípios podem criar políticas adaptadas às suas necessidades, garantindo segurança sem restringir a liberdade de venda e consumo", afirmou. A deputada ainda ressaltou que a proposta mantém a flexibilidade para autorizar ou proibir a venda de acordo com as particularidades de cada local, preservando ao mesmo tempo a proteção ao consumidor e a iniciativa

privada. O projeto segue para análise conclusiva da CCI (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) e, posteriormente, precisa ser aprovado pela Câmara e pelo Senado para se tornar lei.

Câmara promove audiência para debater qualidade e preço de combustível

Congresso em Foco - 28/09/25

Na próxima terça-feira (30), a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara realizará uma audiência pública para examinar a qualidade e os preços dos combustíveis disponíveis no mercado brasileiro. O debate foi proposto pelos deputados Daniel Almeida (PCdoB-BA) e Paulão (PT-AL).

Paulão argumentou que o valor do produto, expresso no gás de cozinha, na gasolina e no diesel, exerce influência significativa no cotidiano da população e na economia nacional. "Essa audiência, portanto, é uma importante oportunidade para discutirmos com os principais atores do mercado interno de combustíveis.", afirmou o parlamentar.

A análise também se norteará pela atuação do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC), responsável pela coleta e análise laboratorial do combustível por todos o país. Este trabalho, como define Almeida, é essencial para a proteção dos consumidores e para orientar a atuação dos órgãos de fiscalização, mas acaba prejudicado pela falta de recursos à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que gere o programa.

"Há informações de que essas importantes atividades do PMQC foram suspensas por um período, ou reduzidas por insuficiência de recursos financeiros, permanecendo em situação de vulnerabilidade, com risco recorrente de paralisação por ausência de financiamento regular", afirmou.

Em meio a fusão Petz-Cobasi, Cade fará audiência sobre setor

Folha de São Paulo – 01/10/25

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) convocou uma audiência pública para discutir o mercado de pets no Brasil. A iniciativa inédita ocorre no momento em que o conselho se prepara para julgar a fusão entre as redes Petz e Cobasi, líderes do setor.

A operação foi aprovada em junho, sem restrições, mas o caso foi reaberto pelo conselho e hoje está sob a relatoria de José Levi Mello do Amaral Júnior. A sessão, marcada para 17 de outubro na sede do Cade, foi um pedido da deputada federal Gisela Simona (União Brasil-MT) a Levi. A parlamentar defende a ampliação

da participação social no debate, abrindo espaço para que especialistas, acadêmicos, organizações da sociedade civil e agentes econômicos contribuam para a análise.

Nos bastidores, conselheiros do Cade falam em "ineditismo". Para alguns, será a primeira vez que, em meio a um processo de análise de fusão e após aprovação da superintendência, o órgão promove um encontro desse tipo para analisar concentração de mercado em um segmento alvo. O encontro será presencial, no Cade, em Brasília, com transmissão ao vivo pelo canal oficial do órgão no YouTube.

A operação, que prevê a criação do maior grupo no mercado de pets brasileiro, já foi discutida pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados no mês passado. A concorrente Petlove é a que mais milita contrariamente ao negócio por considerar o risco de elevada concentração. Para a companhia, isso restringirá a expansão da concorrência.

Em audiência pública, MJSP discute concorrência no mercado pet

Veja – 02/10/25

Em agosto deste ano, a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados promoveu, a pedido da parlamentar Gisela Simona (União-MT), uma audiência pública para tratar dos possíveis impactos gerados a partir da fusão entre as empresas Petz e Cobasi – as maiores do setor. A união das companhias acendeu um alerta para um possível monopólio na área. No próximo dia 17, o embate ganhará um novo capítulo: o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), por meio do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), convocou nova audiência para discutir com a sociedade aspectos concorrenciais relacionados aos mercados de Pet.

O tema tem preocupado instituições, que alertam para possíveis riscos de concentração de mercado e aumento nos preços de produtos e serviços para animais, caso a fusão se concretize. Presente na primeira audiência, o Instituto Caramelo, organização brasileira sem fins lucrativos que atua no resgate de animais, recuperação e adoção, representado pela responsável técnica Marília Lima, alertou sobre as possíveis consequências.

Anvisa revela que 65% dos suplementos alimentares analisados em 2025 foram considerados impróprios para uso.

Metrópoles - 17/10/25

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), 65% dos suplementos alimentares analisados em 2025 foram considerados impróprios para uso. A maioria das irregularidades está na composição do produto, incluindo o uso de ingredientes não permitidos e substâncias com níveis além do autorizado. Também foram detectadas falhas na comprovação de validade. Cerca de 63% dos processos investigativos da agência entre 2020 e 2025 estão ligados a suplementos, sendo a maioria deles associados à propaganda enganosa. Os dados foram divulgados durante audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados em 19 de agosto.

De acordo com a presidente do Instituto de Pesquisas e Estudos da Sociedade e Consumo (IPSConsumo), Juliana Pereira, se o produto não apresentar lista de ingredientes, porção, informação nutricional e todas as advertências necessárias, há indício de irregularidade. “Sempre desconfie de promessas, como alegações de ‘queima de gordura’, ‘cura’ ou efeitos terapêuticos. Essas afirmações não são permitidas para suplementos, salvo quando expressamente autorizadas pela regulação”, alerta a especialista.

Juliana também aponta outras medidas que são simples, mas essenciais para não cair em falsas promessas, como checar o rótulo completo do produto, pesquisar sobre a reputação da marca antes de comprar, adquirir suplementos em canais confiáveis e desconfiar de preços muito abaixo dos praticados. “É importante que o consumidor saiba que toda a informação de benefício de suplemento alimentar tem que ser aprovada pela Anvisa. E, para que isso seja aprovado, é necessário que sejam apresentados à agência estudos clínicos que possibilitem avaliação”, ressalta a mandatária do IPSConsumo.

Em agosto, a Anvisa anunciou a extensão até 1º de setembro de 2026 para que empresas de suplementos e vitaminas coloquem em prática as normas impostas pela entidade em 2018. O prazo anterior se esgotava ainda neste ano. A medida vai de encontro à quantidade de irregularidades identificadas no setor. De acordo com a vice-presidente executiva do Grupo FarmaBrasil, Adriana Diaféria, o setor farmacêutico reconhece que a agência cumpre um papel importante na regulamentação dos suplementos, mas vê com temor a decisão. A entidade representa as principais empresas da indústria farmacêutica brasileira.

“Há preocupação a respeito da circulação de produtos que ainda não cumprem integralmente os requisitos sanitários estabelecidos desde 2018. Vale destacar que essas exigências não são difíceis de serem cumpridas e poderiam ter sido providenciadas nos últimos sete anos com tranquilidade por todas as empresas do mercado”, afirma Adriana.

O consumo de suplementos alimentares irregulares representa um importante risco para a saúde. Substâncias tóxicas, adulteradas ou doses acima do limite seguro podem provocar efeitos indesejáveis, incluindo sobrecarga hepática, problemas no coração e distúrbios gastrointestinais.

“Suplementos irregulares também podem mascarar substâncias proibidas, como esteroides anabólicos androgênicos, medicamentos alopáticos para inibição do apetite ou estimulantes”, alerta o nutricionista Caio Victor Coutinho, membro do Conselho Federal de Nutrição (CFN).

Produtos adulterados também podem ter quantidades abaixo das informadas no rótulo, prejudicando o objetivo buscado pelo consumidor. “Se uma pessoa deficiente de vitamina A basear sua suplementação de acordo com o declarado no rótulo do produto e ele não tiver a dosagem informada, pode levar ao indivíduo manter aquela condição de deficiência nutricional”, exemplifica a nutricionista Georgia Castro, diretora do instituto de pesquisas Viva Nutrição, em São Paulo.

Em caso de sintomas adversos, procure ajuda médica imediatamente. Indícios de irregularidades devem ser denunciados ao Procon. Caso comprovado, fornecedores e fabricantes podem responder por danos através do Código de Defesa do Consumidor.

Com reclamações em alta, ANS e planos de saúde culpam “ansiedade” de consumidores

Metrópoles - 05/12/25

As reclamações contra planos de saúde tiveram aumento de 275% nos últimos anos, e, em audiência na Câmara dos Deputados nesta semana, representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e da Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fenasaúde) atribuíram a alta a falhas de comunicação entre operadoras e consumidores e até à ansiedade dos beneficiários diante dos prazos de autorização.

Após relatar dificuldades para fiscalizar o setor por falta de pessoal e tecnologias defasadas, o diretor-adjunto da Diretoria de Fiscalização da ANS, Marcus Teixeira, informou que o número de Notificações de Intermediação Preliminar (NIPs) – referentes a conflitos entre beneficiários e planos – passou de 100 mil, em 2018, para 375 mil no ano passado.

“O que a gente viu muito nas NIPs, quando a gente estudou, é que existia um grande problema de comunicação entre o consumidor e as operadoras. A comunicação não era clara e suficiente”, afirmou Teixeira. A fala ocorreu logo após a Aliança Nacional em Defesa da Ética na Saúde Suplementar (Andess) apresentar relatos de pacientes que tiveram tratamentos negados, num modelo de “automatização de negativas” por parte das operadoras.

A Fenasaúde, por sua vez, destacou que parte da pressão contra os planos vem da própria expectativa dos beneficiários. “O beneficiário tem 21 dias úteis para realizar a cirurgia, isso equivale a quase um mês corrido. Mas, com cinco dias que ele dá entrada no pedido, ele já começa a ficar ansioso. Com uma semana, duas semanas, quer saber: ‘E aí? Foi autorizado? Como está o processo? Em que estágio está esse pedido?’”, disse o Superintendente de Regulação da entidade, César Cardim.

A audiência foi realizada na Comissão de Defesa do Consumidor e discutiu “Práticas abusivas na saúde suplementar e nos planos de saúde”.

Comissão da Câmara avalia isenção de bandeiras tarifárias de energia

Poder 360 – 10/12/2025

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados avalia nesta 4ª feira (10.dez.2025) o PL (Projeto de Lei) 3.759/2023, que muda a forma de cobrança das bandeiras tarifárias de energia elétrica. O texto proíbe que unidades consumidoras localizadas em Estados que produzem mais energia renovável do que consomem paguem valores extras quando houver acionamento de usinas térmicas. Hoje, quando a bandeira muda para amarela ou vermelha, todo o Brasil paga a cobrança. O projeto, de autoria do deputado Dorinaldo Malafaia (PDT-AP), determina que Estados superavitários em energia verde fiquem isentos.

Depois da análise na Comissão de Defesa do Consumidor, o projeto seguirá para as comissões de Minas e Energia, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça. A tramitação é conclusiva, o que significa que o texto pode ser aprovado sem passar pelo plenário da Câmara.

Apesar do argumento de justiça federativa, agentes do mercado e do âmbito regulatório avaliam risco de efeito contrário. Segundo eles, a mudança pode elevar as tarifas justamente nos Estados que seriam isentados das bandeiras. Se a cobrança extra não puder ser feita por este mecanismo, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) terá de incluir nos reajustes uma espécie de reserva anual para cobrir custos imprevisíveis. Ou seja: a isenção proposta pelo projeto não eliminaria o custo do despacho térmico, só mudaria a forma de repasse. Como não seria mais possível cobrar o valor adicional por meio das bandeiras, a agência teria de embutir nos reajustes anuais uma previsão fixa destinada a cobrir esse tipo de despesa, que é altamente imprevisível.

RELATORIAS

PROPOSIÇÕES DESIGNADAS

Relator: André Ferreira

PL 4728/2023 JONAS DONIZETTE - Dispõe sobre o encerramento de conta de depósitos em instituição financeira.
Data de designação: 19/05/2025

Relator: Aureo Ribeiro

PL 4547/2024 ROSANA VALLE - Determina às delegatárias de serviços de telecomunicações o fornecimento de fatura detalhada, desconto automático sobre o valor mensal em caso de interrupção na prestação do serviço e notificações sobre interrupção temporária do serviço.
Data de designação: 15/04/2025

PL 4925/2024 JONAS DONIZETTE - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a inclusão de membros do grupo familiar com incapacidade civil reconhecida como dependentes em planos de saúde.
Data de designação: 15/04/2025

PL 150/2025	<p>MAX LEMOS - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para estabelecer medidas que aumentem a proteção do consumidor em casos de reembolso e negativa de cobertura, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 15/04/2025</p>
PL 2017/2025	<p>PASTOR GIL - Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que “Dispõe sobre a oferta e as formas de afiação de preços de produtos e serviços para o consumidor”, para dispor sobre a divulgação de informações sobre preços em anúncios publicitários veiculados no comércio eletrônico.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 2036/2025	<p>JOÃO DANIEL - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a obrigatoriedade de inclusão da opção “outras opções” e do atendimento humano nos menus eletrônicos de atendimento telefônico ao consumidor.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 2049/2025	<p>ALUISIO MENDES - Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a obrigatoriedade de disponibilização de canais acessíveis e eficazes para congelamento e cancelamento de contratos de prestação de serviços.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 2647/2025	<p>MURILLO GOUVEA - Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de cardápios físicos em formato acessível, nos bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos similares, em conjunto com os cardápios digitais acessíveis por meio de QR Code, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>

Relatório anual - 2025

PL 2912/2025	<p>ROBERTO MONTEIRO PAI - Dispõe sobre a implementação, pelas instituições financeiras, de mecanismos e procedimentos de segurança eficazes visando impedir a abertura e a gestão fraudulenta de contas bancárias, incluindo transações, pagamentos e transferências indevidas de numerário, quando realizados de forma remota.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 3112/2025	<p>CAROLINE DE TONI - Revoga dispositivos da Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, oriundos do Projeto de Lei nº 576, de 2021, que inserem obrigações de contratação compulsória de fontes energéticas específicas, por serem estranhos ao objeto original da proposição, e que geram impactos negativos à modicidade tarifária, à livre iniciativa, à liberdade econômica e à sustentabilidade do setor elétrico.</p> <p>Data de designação: 01/10/2025</p>
PDL 612/2025	<p>KIM KATAGUIRI - Susta os efeitos da decisão do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel que revoga a obrigatoriedade do uso do prefixo 0303 em chamadas de telemarketing ativo.</p> <p>Data de designação: 10/10/2025</p>
PL 4152/2024	<p>MARANGONI - Regulamenta o transporte aéreo de animais domésticos em território nacional e altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos Crimes Ambientais).</p> <p>Data de designação: 15/04/2025</p>
PL 4197/2024	<p>MEIRE SERAFIM - Altera a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, para dispor acerca da competência da ANS de criar e operar um Sistema Nacional de Coleta de Dados em Saúde Suplementar e um Programa de Avaliação Pública da Qualidade dos Planos de Saúde.</p> <p>Data de designação: 15/04/2025</p>
PL 5559/2020	<p>NICOLETTI - Dispõe sobre o agendamento online para marcação de atendimento pessoal nas agências bancárias em todo o país.</p>

Relatório anual - 2025

Data de designação: 19/05/2025

PL 5101/2023

ROSANA VALLE - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre as informações acerca da data da última calibração e o prazo de sua validade, inseridas nos equipamentos de radioterapia.

Data de designação: 19/05/2025

PL 2222/2024

ROMERO RODRIGUES - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer compensação ao consumidor de energia elétrica na prestação deficiente do serviço pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Data de designação: 01/10/2025

PL 1933/2025

FÁBIO TERUEL - Proíbe a realização de ligações telefônicas automatizadas em massa ("robocalls") no território nacional, reforça a proteção contra spam telefônico e estabelece penalidades.

Data de designação: 01/10/2025

PL 1669/2020

LUIS TIBÉ - Altera o Decreto-lei nº 73, de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, para proibir a exoneração da responsabilidade das Seguradoras em caso de epidemia.

Data de designação: 19/09/2025

PL 19/2025

RENATA ABREU - Altera a redação do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para incluir critérios mínimos de inclusão e acessibilidade aos consumidores mais vulneráveis.

Data de designação: 26/11/2025

PL 345/2022 OTONI DE PAULA - Obriga a manutenção, reinscrição ou disponibilização das informações originalmente inscritas pelos fabricantes de pneus que tenham servido de carcaça para a produção de pneus remoldados.
Data de designação: 03/09/2025

PL 5128/2013 DIMAS FABIANO - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando que as ligações telefônicas locais e interurbanas sejam cobradas por chamada.
Data de designação: 19/05/2025

Relator: Cabo Gilberto Silva

PL 3268/2025 CAPITÃO ALBERTO NETO - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para garantir a oferta de contratação remota de serviços e a habilitação digital de eSIMs pelas prestadoras de serviços de telecomunicações.
Data de designação: 03/09/2025

PL 3700/2025 COBALCHINI - Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços em bares, restaurantes, bistrôs e estabelecimentos similares indicarem, de forma clara e destacada, o percentual cobrado a título de taxa de serviço e informarem que o pagamento é facultativo.
Data de designação: 10/10/2025

PL 3702/2025 COBALCHINI - Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção da data de validade e do número do lote nas embalagens individuais de chás, cafés e similares acondicionados em sachês e/ou capsulas.
Data de designação: 10/10/2025

PL 5421/2025 JULIA ZANATTA - Dispõe sobre a rotulagem, comercialização e exposição de produtos de efeito brilhante ou “glitter” destinados a uso alimentício, cosmético ou decorativo.
Data de designação: 17/12/2025

PL 2764/2021 TITO - Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para obrigar que os aparelhos televisores comercializados no país contenham antena digital acoplada e demais componentes necessários para recepção de sinais de radiodifusão de sons e imagens.
Data de designação: 19/09/2025

Relator: Carlos Henrique Gaguim

PL 4561/2024 GILVAN MAXIMO - Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, para prever a utilização de linguagem simples e de fácil entendimento nos receituários de medicamentos.
Data de designação: 19/05/2025

PL 1743/2025 MAURICIO NEVES - Estabelece regras gerais de proteção do consumidor contra a receptação de produtos furtados e ou roubados colocados à venda em estabelecimentos comerciais em todo o território nacional, e dá outras providências.
Data de designação: 19/09/2025

PL 4791/2025 FELIPE CARRERAS - Dispõe sobre a obrigatoriedade de observância de normas técnicas de segurança e manutenção de brinquedos e parques infantis instalados em áreas de uso coletivo, públicas ou privadas, e dá outras providências.
Data de designação: 05/11/2025

PL 3436/2024 RICARDO AYRES - Acrescenta parágrafo ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com o objetivo de coibir, durante o prazo de reflexão, a incidência de taxa de administração, de multa compensatória ou moratória, de arras, sinal ou de qualquer cobrança decorrente de cláusula penal que implique perda ou redução do montante a ser devolvido ao consumidor que exercer o direito de arrependimento nas contratações ocorridas fora do estabelecimento comercial.

Data de designação: 03/09/2025

PL 6457/2019 EDNA HENRIQUE - Obriga a disponibilização gratuita de lupas de aumento para utilização pelos consumidores nos estabelecimentos comerciais que especifica.

Data de designação: 05/11/2025

Relator: Carlos Sampaio

PL 2609/2024 AUREO RIBEIRO - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para exigir que medicamentos aerossóis disponham de informações ou artifícios para informar as doses disponíveis.

Data de designação: 02/04/2025

PL 2880/2024 CÉLIO STUDART - Altera a Lei nº 8.078, de 1990, para vedar a fidelidade e suas decorrentes cobranças em contratos de prestação de serviço.

Data de designação: 19/05/2025

PL 3436/2024 RICARDO AYRES - Acrescenta parágrafo ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com o objetivo de coibir, durante o prazo de reflexão, a incidência de taxa de administração, de multa compensatória ou moratória, de arras, sinal ou de qualquer cobrança decorrente de cláusula penal que implique perda ou redução do montante a ser devolvido ao consumidor que exercer o direito de arrependimento nas contratações ocorridas fora do estabelecimento comercial.

Relatório anual - 2025

Data de designação: 19/05/2025

PL 1737/2022

FELIPE CARRERAS - Assegura aos candidatos aprovados em concursos públicos, o direito à realização de exames laboratoriais e complementares previstos no edital do certame, através do plano de saúde ou de seguro-saúde do qual é usuário, sem a necessidade de apresentação prévia de requisição médica, nos termos que indica.

Data de designação: 15/04/25

PL 1950/2020

ALEXANDRE FROTA - Altera a Lei 13.786 de 27 de dezembro de 2018, para inserir o § 3º ao artigo 35-A para dar maior segurança aos adquirentes de unidades autônomas de incorporação imobiliária.

Data de designação: 19/09/2025

PL 345/2022

OTONI DE PAULA - Obriga a manutenção, reinscrição ou disponibilização das informações originalmente inscritas pelos fabricantes de pneus que tenham servido de carcaça para a produção de pneus remoldados.

Data de designação: 15/04/2025

Relator: Celso Russomanno

PL 5023/2024

PASTOR GIL - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor, para incluir a obrigação de fornecedores e comerciantes estabelecerem prazos claros e inequívocos para entrega de produtos e serviços, bem como para efetuar a respectiva montagem, se for o caso.

Data de designação: 19/05/2025

PL 128/2025

DUDA RAMOS - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir o direito de o consumidor de telecomunicações cancelar o contrato de prestação de serviço,

vedando-se às operadoras o condicionamento ao adimplemento de débitos preexistentes.

Data de designação: 15/04/2025

PL 395/2025

DANIELA DO WAGUINHO - Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a fim de incluir no rol de direitos básicos do consumidor a comunicação direta com o fornecedor por meio dos canais de atendimento disponibilizados, inclusive telefônico, sem custos para o consumidor, para fins de informação, reclamação, contestação, suspensão, cancelamento ou devolução de produtos e serviços.

Data de designação: 27/03/2025

PL 748/2025

ALBERTO FRAGA - Acrescenta o art. 43-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer como abusiva a restrição de acesso ao crédito com base em banco de dados de caráter meramente informativo ou que não atenda ao contido no art. 43 deste código, e dá outras providências.

Data de designação: 19/05/2025

PL 969/2025

GUSTAVO GAYER - Acrescenta novos parágrafos ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para fins de assegurar ao consumidor o cancelamento imediato de serviços contratados.

Data de designação: 19/05/2025

PL 1219/2025

BETO RICHA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para tornar obrigatória a exibição, nos demonstrativos, extratos e faturas de cartões de crédito, débito e instrumentos de pagamento similares, do nome fantasia e do número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do titular do estabelecimento comercial em que realizada a compra pelo consumidor.

Data de designação: 03/09/2025

PL 1450/2025	<p>JONAS DONIZETTE - Altera o art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para incluir como práticas abusivas o atraso na entrega do produto e o cancelamento da compra após a confirmação de pagamento.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 1651/2025	<p>ALCEU MOREIRA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o procedimento de rescisão ou cancelamento quando a contratação de serviços e produtos ocorre à distância.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 4122/2025	<p>DUDA RAMOS - Dispõe sobre a portabilidade automática e gratuita de operações de crédito, financiamento ou empréstimo, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, sempre que houver proposta mais vantajosa ao consumidor, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 10/10/2025</p>
PL 4203/2025	<p>ROMERO RODRIGUES - Altera o art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para incluir no rol de práticas abusivas condicionar a abertura de conta bancária, corrente ou poupança, à realização de depósito inicial.</p> <p>Data de designação: 10/10/2025</p>
PL 4506/2025	<p>JONAS DONIZETTE - Altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), para incluir dispositivo que considere prática abusiva a acusação indevida de furto por agentes de segurança de estabelecimentos comerciais.</p> <p>Data de designação: 05/11/2025</p>
PL 5051/2025	<p>DIEGO GARCIA - Acrescenta os arts. 69-A a 69-E à Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, que “Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários; altera a Lei nº 6.385,</p>

de 7 de dezembro de 1976, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, a Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, o Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, e a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001; revoga o Decreto-Lei nº 448, de 3 de fevereiro de 1969, e dispositivos da Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências”, para fins de permitir aos cidadãos o acesso seguro e integrado a suas informações financeiras e bancárias contidas no sistema Registrato, mantido e gerenciado pelo Banco Central do Brasil.

Data de designação: 26/11/2025

PL 436/2021

BOCA ABERTA - Dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndolas específica para a exposição à venda de matérias perfuro cortantes para fins em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimento similares.

Data de designação: 19/09/2025

Relator: Daniel Almeida

PL 4866/2024

NELSON BARBUDO - Dispõe sobre a regulamentação de mecanismos de proteção aos usuários do Sistema de Pagamentos Instantâneos – PIX, estabelecendo medidas para prevenir fraudes e assegurar a devolução de valores transferidos equivocadamente.

Data de designação: 10/10/2025

PL 4916/2024

ROMERO RODRIGUES - Acrescenta art. 4º-B à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, com a finalidade de vedar

a cobrança de multa e a incidência de qualquer outra cláusula penal, por parte de creches e demais instituições de ensino privadas, em caso de desfazimento de contrato de prestação de serviços educacionais motivado pelo afastamento do aluno para tratamento de saúde própria.

Data de designação: 19/05/2025

PL 169/2025

JONAS DONIZETTE - Insere o artigo 17-A ao Código de Defesa do Consumidor, para estabelecer que o período mínimo de registro histórico dos procedimentos de Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC).

Data de designação: 15/04/2025

PL 628/2025

VICENTINHO - Dispõe sobre o chamamento de consumidores pelo fornecedor para saneamento de vícios de produtos originados de sua fabricação.

Data de designação: 15/04/2025

PL 683/2025

CAPITÃO ALDEN - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para tipificar o crime de concessão de crédito consignado sem a manifestação inequívoca da vontade do consumidor.

Data de designação: 15/04/2025

PLP 59/2025

FILIPPE BARROS - Dispõe sobre a proibição de restrições a serviços bancários e financeiros por critérios administrativos ou fiscais e estabelece garantias ao direito fundamental de acesso ao sistema financeiro nacional.

Data de designação: 08/05/2025

PL 866/2025

JONAS DONIZETTE - Altera o Código de Defesa do Consumidor para que os créditos reconhecidos em ação coletiva possam ser pagos individualmente.

Data de designação: 19/05/2025

Relatório anual - 2025

PL 1050/2025	<p>ROMERO RODRIGUES - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, com o objetivo de vedar a exigência de autenticação biométrica facial ou de registro fotográfico facial como único método para identificação e assinatura na celebração de contratos de consumo.</p> <p>Data de designação: 19/05/2025</p>
PL 1261/2025	<p>ANTONIO CARLOS RODRIGUES - Dispõe sobre a autenticação multifator em transações no âmbito do arranjo de pagamentos Pix.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 1678/2025	<p>DAGOBERTO NOGUEIRA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para ampliar, para dez anos, o prazo máximo do plano de pagamento do consumidor superendividado.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 1780/2025	<p>RODRIGO VALADARES - Revoga a Lei Federal nº 9.956, de 12 de janeiro de 2000 e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 03/09/2025</p>
PL 1888/2025	<p>ROMERO RODRIGUES - Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre a obrigatoriedade de campanhas de conscientização no contexto da modalidade apostas de quota fixa.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 1897/2025	<p>CÉLIO STUDART - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para tipificar o crime de concessão de crédito consignado sem a manifestação inequívoca da vontade do consumidor, estabelecendo majorantes se cometido em desfavor de funcionários públicos, consumidores idosos, aposentados e/ou pensionistas e os alimentandos, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>

Relatório anual - 2025

PL 2050/2025	DENISE PESSÔA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para regular a oferta e a contratação de operações de crédito de qualquer natureza a pessoa idosa por meio telefônico ou digital. Data de designação: 19/09/2025
PL 2269/2025	DUDA SALABERT - Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa, para tratar sobre publicidade e propaganda comercial de apostas, de produtos, serviços ou arranjos a eles assemelhados. Data de designação: 19/09/2025
PL 2450/2025	JONAS DONIZETTE - Dispõe sobre a prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias e similares pelas instituições financeiras. Data de designação: 19/09/2025
PL 2663/2025	RICARDO SALLES - Revoga a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023 e os artigos 29, 30, 31, 32 e 33 da Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a exploração da modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa. Data de designação: 19/09/2025
PL 3523/2025	AMOM MANDEL - Institui a obrigatoriedade de registro de CPF por aposta, pagamento automático via PIX, registro público em blockchain (timechain), e veda valor mínimo de aposta em plataformas eletrônicas, visando transparência, segurança e proteção do consumidor. Data de designação: 10/10/2025
PL 4020/2025	TABATA AMARAL - Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre a disponibilidade dos prêmios mantidos em carteira virtual para novas apostas.

Data de designação: 19/09/2025

PL 4387/2025

NIKOLAS FERREIRA - Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para dispor sobre a competência do Banco Central do Brasil em relação ao sistema de pagamentos instantâneos denominado Pix, assegurar a gratuidade de sua utilização para pessoas naturais, garantir a proteção da privacidade dos usuários e estabelecer medidas de segurança contra fraudes.

Data de designação: 05/11/2025

PL 4651/2025

LEO PRATES - Estabelece à obrigatoriedade de venda de lugares exclusivamente sentados em voos, proibindo a venda para viagens em pé em aviões de carreira no Brasil.

Data de designação: 05/11/2025

PL 4924/2025

MARCOS TAVARES - Dispõe sobre regras de transparência, limites à publicidade e à oferta de crédito consignado, com foco na proteção de consumidores vulneráveis, e altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que trata da autorização para desconto de prestações em folha de pagamento.

Data de designação: 26/11/2025

PL 5395/2025

RIBAMAR SILVA - Dispõe sobre a proibição da oferta, contratação ou liberação de empréstimos financeiros, inclusive consignados, por meio eletrônico, telefônico ou digital a aposentados e pensionistas; estabelece a caracterização como “amostra grátis” dos empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito concedidos sem solicitação expressa do consumidor; proíbe a cobrança de quaisquer encargos nessas hipóteses e dispõe sobre sanções administrativas e civis.

Data de designação: 26/11/2025

Relatório anual - 2025

PL 5453/2025	<p>EROS BIONDINI - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a obrigatoriedade de aviso prévio qualificado e o direito de arrependimento em contratos de adesão com renovação automática.</p> <p>Data de designação: 17/12/2025</p>
PL 5502/2025	<p>SIDNEY LEITE - Dispõe sobre a adoção de medidas preventivas e corretivas relativas à qualidade do biodiesel adicionado ao óleo diesel, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 17/12/2025</p>
PL 3953/2019	<p>SENADO FEDERAL - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011 (Lei do Cadastro Positivo), para assegurar ao cadastrado acesso às informações sobre seus dados inseridos em cadastro positivo de crédito.</p> <p>Data de designação: 19/05/2025</p>
PLP 137/2025	<p>ALBERTO FRAGA - Dispõe sobre a instituição do estatuto das fintechs, estabelecendo princípios, diretrizes e obrigações para as empresas de tecnologia financeira, visando à inovação, inclusão financeira, proteção do consumidor e estímulo à concorrência no setor financeiro, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 16/10/2025</p>
PL 9/2025	<p>DUARTE JR. - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para tornar abusiva a cobrança de taxas ou valores adicionais sobre pagamentos realizados por meio de Pix, e para obrigar a fixação de cartazes informativos nos estabelecimentos comerciais e de serviços.</p> <p>Data de designação: 02/04/2025</p>
PL 1769/2019	<p>SENADO FEDERAL - Dispõe sobre as definições e características dos produtos derivados de cacau, o percentual mínimo de cacau nos chocolates e a informação do percentual</p>

total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados em todo o território nacional.

Data de designação: 19/05/2025

PL 2241/2023

ANDRÉ FIGUEIREDO - Dispõe sobre a cobrança de tarifa aeroportuária pela permanência nas áreas de embarque e desembarque por período superior ao indicado, nos casos de exploração de aeródromo concedido.

Data de designação: 02/04/2025

PL 167/2024

JONAS DONIZETTE - Altera o art. 16 do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, para dispor sobre o pagamento automático de prêmios de loterias federais a apostadores que efetuarem aposta por meio de aplicações da internet.

Data de designação: 02/04/2025

PL 298/2024

MARX BELTRÃO - Altera o art. 103 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre segurança cibernética de veículos, e dá outras providências.

Data de designação: 02/04/2025

PL 641/2022

IGOR TIMO - Obriga os postos revendedores de combustíveis automotivos a divulgarem informações sobre quantidade e preço de seus estoques, assim como a reajustarem seus preços de modo proporcional à variação dos valores repassados pelas refinarias.

Data de designação: 02/04/2025

PL 2092/2025

LUIZ CARLOS BUSATO - Proíbe a veiculação de propaganda de plataformas de apostas esportivas ("bets") em todos os meios de comunicação social e na rede mundial de computadores, inclusive nas redes sociais, e dá outras providências.

Data de designação: 17/12/2025

Relatório anual - 2025

PL 3685/2024	<p>FRED LINHARES - Acresce dispositivo à Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, que Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada Apostas de Quota Fixa, para vedar a pré-instalação de aplicativos de apostas em aparelhos novos, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 10/10/2025</p>
PL 2476/2025	<p>ZÉ HAROLDO CATHEDRAL - Dispõe sobre a limitação de gastos com jogos e apostas online por meio de plataformas digitais acessadas por dispositivos móveis, vinculando o controle ao CPF do usuário e ao número de telefone utilizado, com vistas à proteção contra o endividamento compulsivo e a ludopatia.</p> <p>Data de designação: 17/12/2025</p>
PL 2568/2025	<p>COBALCHINI - Dispõe sobre a obrigatoriedade de veiculação de alertas sobre os riscos de vício em apostas esportivas nas placas de publicidade dos estádios de futebol e arenas esportivas em todo o território nacional.</p> <p>Data de designação: 05/11/2025</p>
PL 987/2022	<p>PASTOR EURICO - Permite o enchimento fracionado de botijões de gás de cozinha no Brasil, quebra o oligopólio e a cartelização do setor e estabelece o livre mercado, que favorecerá a redução dos preços do gás de cozinha, favorecendo o povo brasileiro.</p> <p>Data de designação: 27/08/2025</p>
PL 5124/2023	<p>FRED COSTA - Dispõe sobre a proibição de reuso e o correto descarte de embalagens de tintas imobiliárias e produtos correlatos em todo o território nacional afim de proteger a saúde humana e animal.</p> <p>Data de designação: 25/08/2025</p>
PL 3161/2024	<p>MARCOS TAVARES - Institui a Lei de Proteção contra Publicidade Infantil em Mídias Digitais, regulamentando e restringindo a exposição de crianças a publicidade digital, especialmente em plataformas de redes sociais e jogos online, com o objetivo de proteger os menores de práticas de marketing agressivas e invasivas.</p>

Data de designação: 05/11/2025

PL 2276/2011

HUGO LEAL - Acrescenta inciso ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, "que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências" para configurar como abusiva a cláusula que autorize a resolução unilateral dos contratos de seguro sobre a vida ou a renovação em condições desfavoráveis ao consumidor.

Data de designação: 02/04/2025

Relator: Dimas Fabiano

PDL 488/2023

MENDONÇA FILHO - Sustenta a Resolução MME/CGIEE nº 2, de 23 de novembro de 2023, publicada em 8 de dezembro de 2023, que "aprova o Programa de Metas para Refrigeradores e Congeladores".

Data de designação: 19/09/2025

Relator: Duarte Jr.

PL 759/2025

CORONEL ULYSSES - Altera e acrescenta artigo na Lei N.º 12.741, de 8 de dezembro de 2012, para "tornar obrigatória a exibição expressa do valor sem tributação e com tributação, nos estabelecimentos e nas propagandas destinadas à comercialização de mercadorias e serviços" e "tornar obrigatória a divulgação da propaganda oficial do governo federal, a difusão de informações sobre a incidência tributária, por ocasião da venda ao consumidor de mercadorias e serviços".

Data de designação: 19/05/2025

PL 1581/2025

MARCELO CRIVELLA - Altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 9.029, de 13 de abril de 1995, para vedar a prática de discriminação na contratação laboral ou na

investidura em cargo público por razões de inadimplência financeira e penaliza a inserção indevida do nome de consumidor em cadastros de serviços de proteção ao crédito, nas hipóteses que especifica.

Data de designação: 19/09/2025

PL 2035/2025

JOÃO DANIEL - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para assegurar o direito ao acesso a manuais de instrução em formatos inclusivos, especialmente por meio audiovisual e digital gratuito.

Data de designação: 19/09/2025

PL 2186/2025

DUDA RAMOS - Acrescenta novo art. 4º-A à Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, que “Dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários; altera a Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, a Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, o Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, e a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001; revoga o Decreto-Lei nº 448, de 3 de fevereiro de 1969, e dispositivos da Lei nº 9.447, de 14 de março de 1997, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências”, para fins de dispor sobre os deveres das instituições financeiras e de pagamento relativos à implementação de mecanismos e procedimentos de segurança eficazes destinadas a impedir a realização de transferências eletrônicas de valores mediante fraude ou coação.

Data de designação: 03/09/2025

PL 2948/2025

JADYEL ALENCAR - Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para instituir o Sistema Nacional de Autoexclusão de Apostadores (Sinaap), estabelecer a

autoexclusão como direito básico do apostador e reforçar as medidas de proteção à saúde pública.

Data de designação: 19/09/2025

PL 4009/2025

MARCOS TAVARES - Estabelece critérios obrigatórios para a formação de preço do seguro de automóveis, fixando o preço-base como percentual sobre o valor do veículo na Tabela FIPE, define fatores técnicos padronizados e limites de variação, assegura transparência ao consumidor, disciplina fiscalização e sanções, e dá outras providências.

Data de designação: 10/10/2025

PL 4153/2025

MARCELO QUEIROZ - Institui a obrigatoriedade da realização de exames de rastreamento e detecção precoce do câncer colorretal, incluindo a pesquisa de sangue oculto nas fezes (PSOF) e a colonoscopia, pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelas operadoras de planos de saúde privados, e dá outras providências. Denomina-se esta norma como 'Lei Preta Gil'.

Data de designação: 10/10/2025

PL 4852/2025

JONAS DONIZETTE - Dispõe sobre a responsabilidade do fornecedor em auxiliar o consumidor na substituição ou encaminhamento para assistência técnica de produtos com defeito.

Data de designação: 05/11/2025

PL 151/2025

GUILHERME BOULOS - Altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951 (Lei sobre crimes contra a economia popular), para incluir o inciso XI e o parágrafo único em seu art. 3º.

Data de designação: 08/05/2025

PL 440/2025

PASTOR GIL - Altera os arts. 37 e 60 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para estabelecer

novas penalidades a quem faz, promove ou divulga publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva.

Data de designação: 08/05/2025

PL 2837/2025

RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Determina a obrigatoriedade de cobertura de exames em planos de saúde das modalidades odontológica, ambulatorial, hospitalar e hospitalar com obstetrícia, quando solicitados por cirurgiões dentistas.

Data de designação: 19/09/2025

PL 4383/2025

JONAS DONIZETTE - Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para suprimir a expressão “anuência da incorporadora” constante do §º9º do art.º67 A.

Data de designação: 05/11/2025

PL 4914/2024

GILBERTO ABRAMO - Altera a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº 10.098, de 2000, para dispor sobre a participação das pessoas com deficiência, por meio de suas entidades representativas, no desenvolvimento de tecnologias assistivas.

Data de designação: 19/05/2025

PL 2423/2025

DUDA RAMOS - Dispõe sobre o direito do consumidor à recusa do recebimento de imóveis com inconformidades, estabelece medidas para responsabilização da incorporadora ou construtora, inclusive em sede liminar, e dá outras providências.

Data de designação: 03/09/2025

PL 3699/2024

SOCORRO NERI - Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para fins de tornar direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre a origem dos produtos e serviços ofertados pelos fornecedores em sítios eletrônicos ou demais meios eletrônicos.

Data de designação: 19/05/2025

Relatório anual - 2025

PL 2447/2024 CLODOALDO MAGALHÃES - Dispõe sobre a conversão em crédito das passagens aéreas adquiridas e não utilizadas, permitindo sua remarcação e portabilidade entre companhias aéreas nacionais, e dá outras providências.

Data de designação: 02/04/2025

PL 1635/2021 DRA. SORAYA MANATO - Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre a obrigação das instituições de pagamento de informar, nas faturas dos instrumentos de pagamento por elas emitidas, os dados que especifica para a identificação do recebedor do pagamento.

Data de designação: 19/05/2025

Relator: Fábio Teruel

PL 1937/2025 SILAS CÂMARA - Estabelece limite de dívida permitido para lavratura de protesto ou inscrição em cadastros de inadimplentes de pessoas físicas.

Data de designação: 19/09/2025

PL 2316/2024 DANIELA DO WAGUINHO - Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para dispor sobre o tamanho das letras utilizadas nos rótulos e embalagens de alimentos.

Data de designação: 19/05/2025

PL 3535/2024 JOSÉ MEDEIROS - Altera a Lei nº 8.078, de 1990, para tratar de contratos de compra e venda de imóveis situados em empreendimentos imobiliários com vagas de garagem.

Data de designação: 17/12/2025

Relator: Fausto Jr.

PL 3412/2025	MERLONG SOLANO - Proíbe a realização de chamadas de telemarketing em localidades que estejam em situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida pelo poder legislativo. Data de designação: 10/10/2025
PL 3644/2025	FÁBIO TERUEL - Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão impressa do comprovante fiscal em drogarias, farmácias e estabelecimentos similares, e dá outras providências. Data de designação: 10/10/2025
PLP 171/2020	RUBENS BUENO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação aos beneficiários de informações constantes das apólices de seguro de vida, de acidentes pessoais e das operações de capitalização, cria um registro central para controle de tais informações, e dá outras providências. Data de designação: 19/05/2025

Relator: Felipe Carreras

PL 1777/2025	BETO RICHA - Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão de selos informativos sobre a ausência de glúten e lactose na parte frontal das embalagens de alimentos industrializados. Data de designação: 03/09/2025
PL 2370/2025	DRA. ALESSANDRA HABER - Veda a cobrança de taxa de entrega ou de retirada na comercialização de ingresso para espetáculos culturais, de entretenimento e eventos

desportivos, quando o bilhete for impresso pelo próprio consumidor ou for disponibilizado, exclusivamente, em formato eletrônico.

Data de designação: 19/09/2025

PL 2924/2025

DELEGADA ADRIANA ACCORSI - dispõe sobre a obrigatoriedade de advertências ilustradas nas embalagens de alimentos ultraprocessados, bebidas gaseificadas e sucos industrializados, e dá outras providências.

Data de designação: 19/09/2025

PL 3897/2025

CAPITÃO ALDEN - Dispõe sobre a exigência de divulgação das regras de vestimenta em estabelecimentos de uso coletivo, inclusive restaurantes, e dá outras providências.

Data de designação: 10/10/2025

PFC 9/2025

DANIEL ALMEIDA - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle a fim de apurar o valor efetivo das renúncias de receita tributária decorrentes da aplicação do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – PERSE, com especial atenção à forma como grandes conglomerados vêm se apropriando do benefício, à regularidade dos processos de habilitação e ao impacto dessa política sobre o consumidor final.

Data de designação: 14/05/2025

PL 2766/2025

FLÁVIO NOGUEIRA - Aplica dispositivos legais à comercialização, uso, troca, mineração e armazenamento de criptomoedas, baseando-se nos princípios de livre mercado e de livre concorrência, e dá outras providências.

Data de designação: 03/09/2025

PFC 9/2025

DANIEL ALMEIDA - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle a fim de apurar o

valor efetivo das renúncias de receita tributária decorrentes da aplicação do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – PERSE, com especial atenção à forma como grandes conglomerados vêm se apropriando do benefício, à regularidade dos processos de habilitação e ao impacto dessa política sobre o consumidor final.

Data de designação: 03/09/2025

PL 3340/2024

ALLAN GARCÊS - Altera a Lei 9.656 de 3 de Junho de 1998 para dispor sobre a obrigatoriedade de disponibilização de alternativa física para identificação dos usuários de planos de saúde.

Data de designação: 01/10/2025

PL 5361/2020

JUNINHO DO PNEU - Dispõe sobre a distância mínima, nas salas de projeção cinematográfica, entre a tela de projeção e a primeira fileira de poltronas.

Data de designação: 19/05/2025

PL 3759/2020

PAULO BENGTON - Dispõe sobre o transporte de animal de assistência emocional e animal de serviço nas cabines das aeronaves das companhias aéreas brasileiras.

Data de designação: 05/11/2025

Relator: Gilson Marques

PL 1516/2025

VITOR LIPPI - Proíbe a prática e a exploração comercial de apostas relativas a eventos reais ou virtuais em que é definido, no momento de sua efetivação, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico (apostas de quota fixa, denominadas bets) no Brasil e dá outras providências.

Data de designação: 03/09/2025

Relatório anual - 2025

PL 1517/2025	<p>CAPITÃO ALBERTO NETO - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar o cancelamento de contratos de prestação de serviços celebrados por meio eletrônico.</p> <p>Data de designação: 03/09/2025</p>
PL 1631/2025	<p>PASTOR GIL - Dispõe a obrigatoriedade de o estabelecimento comercial disponibilizar ao consumidor duas balanças para as vendas realizadas a peso, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 1766/2025	<p>CABO GILBERTO SILVA - Altera a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, para proibir o leilão de veículos objeto de alienação fiduciária com mais de 50% do financiamento quitado, sem esgotamento das tentativas de renegociação e conciliação judicial.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 1841/2025	<p>HELIO LOPES - Dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de mecanismos de resfriamento compulsório e de alerta sobre riscos psicológicos em plataformas de apostas e jogos de azar online.</p> <p>Data de designação: 03/09/2025</p>
PL 1911/2025	<p>CAPITÃO ALBERTO NETO - Estabelece o marco legal para prevenção e combate à fraude bancária, com especial atenção às práticas realizadas em ambiente digital.</p> <p>Data de designação: 03/09/2025</p>
PL 2320/2025	<p>DR. ZACHARIAS CALIL - Dispõe sobre a aplicação de sanção administrativa a quem utilizar boneca do tipo “bebê reborn” ou artifício similar para obter benefícios destinados a crianças de colo e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>

Relatório anual - 2025

PL 2499/2025	<p>DUDA RAMOS - Dispõe sobre a obrigatoriedade da conferência da etiqueta de identificação da bagagem com a nota de despacho correspondente no ato do desembarque de passageiros em aeroportos brasileiros.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 2922/2025	<p>DELEGADA ADRIANA ACCORSI - dispõe sobre a proibição da utilização de corantes artificiais sintéticos derivados de petróleo em alimentos, suplementos, bebidas, medicamentos e demais produtos destinados ao consumo humano, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 03/09/2025</p>
PL 4272/2025	<p>AUREO RIBEIRO - Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para vedar a cobrança de taxas por concessionárias em parques públicos para a realização de atividades de cunho social, cultural, esportivo ou recreativo em áreas de uso comum.</p> <p>Data de designação: 10/10/2025</p>
PL 4412/2025	<p>DELEGADO ÉDER MAURO - proíbe que postos de combustíveis exponham ao consumidor valores promocionais vinculados a programas de fidelidade em maior escala ou tamanho superior ao dos valores reais ofertados, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 05/11/2025</p>
PL 4548/2025	<p>MÁRCIO MARINHO - Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para condicionar a inclusão de dados no Cadastro Positivo ao consentimento prévio, expresso e informado do consumidor.</p> <p>Data de designação: 05/11/2025</p>
PL 5450/2025	<p>BRUNO GANEM - Dispõe sobre a proibição de concessão de limite de cheque especial por instituições financeiras, sem autorização expressa do cliente.</p> <p>Data de designação: 17/12/2025</p>

Relatório anual - 2025

PL 2008/2025	JONAS DONIZETTE - Veda a inclusão de devedores em plataformas como “SERASA” por dívidas já prescritas Data de designação: 03/09/2025
PL 4131/2024	JULIO LOPES - Disciplina a oferta e comercialização de produtos e serviços por meio de plataformas de comércio eletrônico, estabelecendo medidas básicas de segurança e transparência voltadas à proteção dos direitos dos seus usuários. Data de designação: 25/03/2025
PL 3001/2024	JÚNIOR MANO - Estabelece a responsabilidade solidária de plataformas de comércio eletrônico pela alienação de produtos falsificados e dá outras providências. Data de designação: 25/03/2025
PL 2984/2024	LEONARDO GADELHA - Estabelece condição para a oferta de crédito nas hipóteses que determina. Data de designação: 25/03/2025
PL 5755/2023	MARCOS TAVARES - Obriga a fixação em braile das informações contidas nas prateleiras e gôndolas de padarias, supermercados, farmácias, estabelecimentos comerciais e similares para atender pessoas com deficiência visual. Data de designação: 25/03/2025
PL 4119/2021	NEREU CRISPIM - Dispõe sobre procedimentos para autorização de débitos em conta de depósitos e em conta-salário. Data de designação: 10/10/2025
PL 4467/2024	MARCELO QUEIROZ - Altera o art. 23 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para dispor sobre o período de duração das diárias em meios de hospedagem. Data de designação: 10/10/2025

PL 477/2022	<p>PAULO RAMOS - Assegura ao consumidor de energia incluído no Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) as mesmas condições de seu acesso original em caso de novas unidades participantes.</p> <p>Data de designação: 25/03/2025</p>
PL 2984/2023	<p>JONES MOURA - Dispõe sobre a obrigação das empresas distribuidoras de energia elétrica ofertarem planos de consumo controlado aos clientes domiciliares.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 5204/2023	<p>DELEGADO PAULO BILYNSKYJ - Estabelece a isenção de multas e taxas de alteração para candidatos em concursos públicos, cujas datas de provas tenham sido alteradas e altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica, nos termos em que especifica.</p> <p>Data de designação: 25/03/2025</p>
PL 3451/2025	<p>AMOM MANDEL - Dispõe sobre medidas de segurança e transparência para sites de comércio eletrônico, com o objetivo de prevenir fraudes e golpes por meio de páginas falsas de vendas online, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 17/12/2025</p>
PL 3782/2021	<p>IVAN VALENTE - Altera a Lei nº 14.034, de 05 de agosto de 2020 que “Dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19; e altera as Leis n os 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 6.009, de 26 de dezembro de 1973, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 13.319, de 25 de julho de 2016, 13.499, de 26 de outubro de 2017, e 9.825, de 23 de agosto de 1999.” para assegurar o direito dos consumidores à aquisição de voo para o mesmo trecho cancelado.</p> <p>Data de designação: 25/03/2025</p>

Relatório anual - 2025

PL 871/2022	<p>MÁRCIO LABRE - Dá nova redação ao art. 22 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.</p> <p>Data de designação: 25/03/2025</p>
PL 2891/2021	<p>BIBO NUNES - Dispõe sobre a certificação do grau de facilidade de higienização de equipamentos e eletrodomésticos destinados ao preparo de alimentos.</p> <p>Data de designação: 15/04/2025</p>
PL 2369/2020	<p>PAULO RAMOS - Altera a Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, para incluir a possibilidade de postos multimarca de revenda de combustíveis.</p> <p>Data de designação: 02/04/2025</p>
PL 2843/2023	<p>RICARDO AYRES - Dispõe sobre o limite do valor anual despendido para apostas esportivas.</p> <p>Data de designação: 08/05/2025</p>
PL 4191/2020	<p>OSSESIO SILVA - Dispõe a obrigação da exposição do preço de custo de produtos essenciais ao consumidor, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 25/03/2025</p>
PL 134/2022	<p>PEDRO LUPION - Dispõe sobre o Sistema de Informação da Qualidade do Diesel B ao Consumidor Final e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 25/03/2025</p>
PL 5633/2020	<p>JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO - Altera a Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), proibindo hotéis, pousadas e outros estabelecimentos de dormitório a cobrar antecipado valor das diárias e taxas de hospedagem.</p> <p>Data de designação: 10/10/2025</p>

PL 3500/2019 ALTINEU CÔRTEZ - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a cobrança de juros e demais encargos em dívidas inscritas em Sistemas de Proteção ao Crédito.
Data de designação: 25/03/2025

PL 7875/2017 MARIANA CARVALHO - Adiciona inciso ao art. 39 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a obsolescência programada.
Data de designação: 03/09/2025

Relator: Gisela Simona

PL 5925/2025 LUCAS ABRAHAO - Tipifica como crime e infração administrativa o aumento artificial de preços para simular posterior desconto ou vantagem ao consumidor, e dá outras providências.
Data de designação: 26/11/2025

PL 649/2025 ROSANGELA MORO - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, para estabelecer a obrigatoriedade de atendimento dos casos de urgência, decorrentes de processo gestacional, nos planos de segmentação hospitalar sem obstetrícia.
Data de designação: 15/04/2025

PL 853/2025 DOMINGOS NETO - Dispõe sobre a responsabilidade objetiva das plataformas de intermediação de hospedagem por falhas na prestação de serviço e estabelece prazos para solução de problemas reportados pelos consumidores.
Data de designação: 19/05/2025

PL 1131/2025	<p>NILTO TATTO - Dispõe sobre a identificação dos produtos nacionais colocados à venda em mercados, supermercados, hipermercados e estabelecimentos comerciais similares, e em plataformas digitais de vendas ao consumidor.</p> <p>Data de designação: 19/05/2025</p>
PL 1203/2025	<p>MARX BELTRÃO - Dispõe sobre a delegação aos Municípios da atividade complementar de fiscalização dos serviços de fornecimento de energia elétrica no âmbito dos respectivos territórios municipais, e estabelece medidas para o endurecimento das fiscalizações e aplicação de sanções às concessionárias de energia elétrica em todo o país.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 1537/2025	<p>IVAN JUNIOR - Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos e demais beneficiários, para combater práticas abusivas que desvirtuam o propósito do benefício.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 1758/2025	<p>DR. ZACHARIAS CALIL - Estabelece a obrigatoriedade de diferenciação visual nas embalagens de produtos similares ou com composições distintas, visando à proteção do consumidor contra práticas enganosas.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 2166/2025	<p>PROF. REGINALDO VERAS - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a prática de divergência de preços em estabelecimentos comerciais.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PDL 179/2025	<p>CORONEL MEIRA - Susta os efeitos da Resolução nº 163, de 13 de março de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe</p>

sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente.

Data de designação: 10/10/2025

PL 4193/2025

MÁRCIO MARINHO - Institui o Marco Nacional de Atendimento ao Consumidor e estabelece normas gerais para o funcionamento dos Serviços de Atendimento ao Consumidor (SACs) no Brasil, com fundamento no art. 24, §1º, da Constituição Federal, e na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

Data de designação: 10/10/2025

PDL 179/2025

CORONEL MEIRA - Susta os efeitos da Resolução nº 163, de 13 de março de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente.

Data de designação: 19/11/2025

PL 3623/2024

DUDA RAMOS - Estabelece o limite de dez por cento do valor da hospedagem do tutor como taxa máxima a ser cobrada pela hospedagem de animais de estimação.

Data de designação: 19/09/2025

PL 3867/2024

JONAS DONIZETTE - Altera o art. 43, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, e o § 4º do art. 782, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), com a finalidade de aprimorar a disciplina dos bancos de dados e cadastros de consumidores.

Data de designação: 19/09/2025

PL 649/2025

ROSANGELA MORO - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, para estabelecer a obrigatoriedade de atendimento dos casos de urgência, decorrentes de processo gestacional, nos planos de segmentação hospitalar sem obstetria.

Data de designação: 19/09/2025

PL 853/2025

DOMINGOS NETO - Dispõe sobre a responsabilidade objetiva das plataformas de intermediação de hospedagem por falhas na prestação de serviço e estabelece prazos para solução de problemas reportados pelos consumidores.

Data de designação: 19/09/2025

PL 1203/2025

MARX BELTRÃO - Dispõe sobre a delegação aos Municípios da atividade complementar de fiscalização dos serviços de fornecimento de energia elétrica no âmbito dos respectivos territórios municipais, e estabelece medidas para o endurecimento das fiscalizações e aplicação de sanções às concessionárias de energia elétrica em todo o país.

Data de designação: 19/11/2025

PL 1537/2025

IVAN JUNIOR - Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos e demais beneficiários, para combater práticas abusivas que desvirtuam o propósito do benefício.

Data de designação: 19/11/2025

PL 2166/2025

PROF. REGINALDO VERAS - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para disciplinar a prática de divergência de preços em estabelecimentos comerciais.

Data de designação: 19/11/2025

PL 4193/2025

MÁRCIO MARINHO - Institui o Marco Nacional de Atendimento ao Consumidor e estabelece normas gerais para o funcionamento dos Serviços de Atendimento ao Consumidor (SACs) no Brasil, com fundamento no art. 24, §1º, da Constituição Federal, e na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

Data de designação: 19/11/2025

PL 2196/2024	<p>CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para estabelecer sistema de rotulagem de alimentos com duas datas de validade no Brasil.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 1131/2025	<p>NILTO TATTO - Dispõe sobre a identificação dos produtos nacionais colocados à venda em mercados, supermercados, hipermercados e estabelecimentos comerciais similares, e em plataformas digitais de vendas ao consumidor.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 1758/2025	<p>DR. ZACHARIAS CALIL - Estabelece a obrigatoriedade de diferenciação visual nas embalagens de produtos similares ou com composições distintas, visando à proteção do consumidor contra práticas enganosas.</p> <p>Data de designação: 19/11/2025</p>
PL 1393/2024	<p>JONAS DONIZETTE - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor acerca da cobertura de medicamentos para uso off-label ou para tratamento em caráter experimental.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 2241/2024	<p>CHICO ALENCAR - Dispõe sobre a obrigatoriedade de priorização do atendimento por ser humano nos serviços de atendimento remoto ao consumidor.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 2514/2024	<p>FÁBIO TERUEL - Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação pública das informações relativas ao recolhimento de produtos alimentícios pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) por motivo de inconformidade com as normas de vigilância sanitária e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>

PL 2865/2024	FRED LINHARES - Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista Data de designação: 19/09/2025
PL 3623/2024	DUDA RAMOS - Estabelece o limite de dez por cento do valor da hospedagem do tutor como taxa máxima a ser cobrada pela hospedagem de animais de estimação. Data de designação: 19/11/2025
PL 3867/2024	JONAS DONIZETTE - Altera o art. 43, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, e o § 4º do art. 782, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), com a finalidade de aprimorar a disciplina dos bancos de dados e cadastros de consumidores. Data de designação: 19/11/2025
PL 649/2025	ROSANGELA MORO - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, para estabelecer a obrigatoriedade de atendimento dos casos de urgência, decorrentes de processo gestacional, nos planos de segmentação hospitalar sem obstetrícia. Data de designação: 19/11/2025
PL 853/2025	DOMINGOS NETO - Dispõe sobre a responsabilidade objetiva das plataformas de intermediação de hospedagem por falhas na prestação de serviço e estabelece prazos para solução de problemas reportados pelos consumidores. Data de designação: 19/11/2025
PL 534/2024	JULIA ZANATTA - Institui o marco legal dos serviços autônomos por aplicativos, altera a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, altera a Lei n. 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e estabelece outras providências.

Relatório anual - 2025

Data de designação: 19/09/2025

PL 2196/2024

CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para estabelecer sistema de rotulagem de alimentos com duas datas de validade no Brasil.

Data de designação: 19/11/2025

PL 3924/2024

DAVID SOARES - Altera a Lei nº 14.790, 29 de dezembro de 2023, a fim de vedar subvenção, benefício ou incentivo de entes públicos ou governamentais a agentes operadores de apostas; impedir novas apostas em caso de indícios de manipulação de eventos ou resultados por parte de apostador; limitar as formas de aporte e retirada de recursos financeiros pelos apostadores, bem como de pagamento de prêmios pelos agentes operadores; e vedar que pessoas em situação de atestado comprometimento da capacidade financeira e de pagamento participe na condição de apostador.

Data de designação: 19/09/2025

PL 5272/2023

HELDER SALOMÃO - Veda a utilização de moeda física em negócios jurídicos que especifica.

Data de designação: 19/09/2025

PL 1393/2024

JONAS DONIZETTE - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor acerca da cobertura de medicamentos para uso off-label ou para tratamento em caráter experimental.

Data de designação: 19/11/2025

PL 2241/2024

CHICO ALENCAR - Dispõe sobre a obrigatoriedade de priorização do atendimento por ser humano nos serviços de atendimento remoto ao consumidor.

Data de designação: 19/11/2025

Relatório anual - 2025

PL 2514/2024	<p>FÁBIO TERUEL - Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação pública das informações relativas ao recolhimento de produtos alimentícios pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) por motivo de inconformidade com as normas de vigilância sanitária e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 19/11/2025</p>
PL 2865/2024	<p>FRED LINHARES - Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista</p> <p>Data de designação: 19/11/2025</p>
PL 534/2024	<p>JULIA ZANATTA - Institui o marco legal dos serviços autônomos por aplicativos, altera a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, altera a Lei n. 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e estabelece outras providências.</p> <p>Data de designação: 19/11/2025</p>
PL 3924/2024	<p>DAVID SOARES - Altera a Lei nº 14.790, 29 de dezembro de 2023, a fim de vedar subvenção, benefício ou incentivo de entes públicos ou governamentais a agentes operadores de apostas; impedir novas apostas em caso de indícios de manipulação de eventos ou resultados por parte de apostador; limitar as formas de aporte e retirada de recursos financeiros pelos apostadores, bem como de pagamento de prêmios pelos agentes operadores; e vedar que pessoas em situação de atestado comprometimento da capacidade financeira e de pagamento participe na condição de apostador.</p> <p>Data de designação: 19/11/2025</p>
PL 5272/2023	<p>HELDER SALOMÃO - Veda a utilização de moeda física em negócios jurídicos que especifica.</p> <p>Data de designação: 19/11/2025</p>

Relatório anual - 2025

PL 444/2024	HUGO LEAL - Dispõe sobre os indicadores e metas para avaliação da qualidade da prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. Data de designação: 19/09/2025
PL 1131/2025	NILTO TATTO - Dispõe sobre a identificação dos produtos nacionais colocados à venda em mercados, supermercados, hipermercados e estabelecimentos comerciais similares, e em plataformas digitais de vendas ao consumidor. Data de designação: 19/11/2025
PL 444/2024	HUGO LEAL - Dispõe sobre os indicadores e metas para avaliação da qualidade da prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. Data de designação: 19/11/2025
PL 583/2024	TARCÍSIO MOTTA - Assegura que os entregadores de aplicativo não são obrigados a subir até a porta das unidades habitacionais ou comerciais dos consumidores e dá outras providências Data de designação: 19/09/2025
PL 6160/2023	MENDONÇA FILHO - Altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que “Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências”. Data de designação: 19/09/2025
PL 583/2024	TARCÍSIO MOTTA - Assegura que os entregadores de aplicativo não são obrigados a subir até a porta das unidades habitacionais ou comerciais dos consumidores e dá outras providências Data de designação: 19/11/2025

Relatório anual - 2025

PL 6160/2023	<p>MENDONÇA FILHO - Altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que “Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências”.</p> <p>Data de designação: 19/11/2025</p>
PL 4463/2023	<p>MÁRCIO CORREA - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para dispor acerca da obrigação das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica de providenciar o reparo de equipamentos que sofrerem danos elétricos em razão de falhas no fornecimento em baixa tensão.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 2246/2021	<p>LÉO MORAES - Altera o art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer equiparação nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos para clientes com a mesma categoria de crédito.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 3489/2024	<p>JÚNIOR MANO - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre publicidade direcionada a menores de idade.</p> <p>Data de designação: 10/10/2025</p>
PL 4463/2023	<p>MÁRCIO CORREA - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para dispor acerca da obrigação das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica de providenciar o reparo de equipamentos que sofrerem danos elétricos em razão de falhas no fornecimento em baixa tensão.</p> <p>Data de designação: 19/11/2025</p>
PL 585/2025	<p>DUDA RAMOS - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para determinar que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publique relatórios, em linguagem acessível à população, com vistas a garantir transparência das tarifas de energia elétrica.</p>

Relatório anual - 2025

Data de designação: 01/10/2025

PL 3118/2025

GUSTAVO GAYER - Altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, para dispor sobre o fornecimento de informações tributárias ao consumidor na exposição à venda de produtos e serviços.

Data de designação: 05/11/2025

PL 2246/2021

LÉO MORAES - Altera o art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer equiparação nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos para clientes com a mesma categoria de crédito.

Data de designação: 19/11/2025

PL 260/2021

ROBERTO DE LUCENA - Dispõe sobre normas para a comercialização de Pão Integral, e fixa outras providências.

Data de designação: 19/09/2025

PL 3641/2021

ALEXANDRE FROTA - Estabelece medidas de proteção a crianças e adolescentes para a aquisição de livros e artigos literários.

Data de designação: 19/09/2025

PL 1628/2024

POMPEO DE MATTOS - Suspende novas inscrições nos cadastros de análise de crédito para consumidores em caso de reconhecimento de calamidade pública.

Data de designação: 19/09/2025

PL 3489/2024

JÚNIOR MANO - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre publicidade direcionada a menores de idade.

Data de designação: 19/11/2025

Relatório anual - 2025

PL 3118/2025	<p>GUSTAVO GAYER - Altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, para dispor sobre o fornecimento de informações tributárias ao consumidor na exposição à venda de produtos e serviços.</p> <p>Data de designação: 19/11/2025</p>
PL 260/2021	<p>ROBERTO DE LUCENA - Dispõe sobre normas para a comercialização de Pão Integral, e fixa outras providências.</p> <p>Data de designação: 19/11/2025</p>
PL 3641/2021	<p>ALEXANDRE FROTA - Estabelece medidas de proteção a crianças e adolescentes para a aquisição de livros e artigos literários.</p> <p>Data de designação: 19/11/2025</p>
PL 1628/2024	<p>POMPEO DE MATTOS - Suspende novas inscrições nos cadastros de análise de crédito para consumidores em caso de reconhecimento de calamidade pública.</p> <p>Data de designação: 19/11/2025</p>
PL 585/2025	<p>DUDA RAMOS - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para determinar que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publique relatórios, em linguagem acessível à população, com vistas a garantir transparência das tarifas de energia elétrica.</p> <p>Data de designação: 19/11/2025</p>
PL 1087/2019	<p>AMARO NETO - Obriga os estabelecimentos comerciais que utilizem caixa registradora com monitor a dispor a tela de forma que o cômputo das compras seja visível ao consumidor.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 3315/2023	<p>LUIZ CARLOS MOTTA - Acrescenta-se o §6º, ao disposto no art. 55, da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência</p>

(Estatuto da Pessoa com Deficiência), tornando obrigatória a verticalização dos produtos do mesmo tipo e marca, expostos para a venda, nas prateleiras de supermercados, hipermercados e atacadistas.

Data de designação: 19/09/2025

PL 1087/2019

AMARO NETO - Obriga os estabelecimentos comerciais que utilizem caixa registradora com monitor a dispor a tela de forma que o cômputo das compras seja visível ao consumidor.

Data de designação: 19/11/2025

PL 3315/2023

LUIZ CARLOS MOTTA - Acrescenta-se o §6º, ao disposto no art. 55, da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), tornando obrigatória a verticalização dos produtos do mesmo tipo e marca, expostos para a venda, nas prateleiras de supermercados, hipermercados e atacadistas.

Data de designação: 19/11/2025

PL 1358/2022

CELSO SABINO - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer diretriz para o estabelecimento da tarifa de uso do sistema de transmissão.

Data de designação: 19/09/2025

PL 1358/2022

CELSO SABINO - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer diretriz para o estabelecimento da tarifa de uso do sistema de transmissão.

Data de designação: 19/11/2025

PL 10919/2018

CÉLIO SILVEIRA - Acrescenta parágrafo ao art. 36, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para obrigar a identificação publicitária na exibição e na divulgação patrocinadas de produtos e serviços, independentemente da forma ou meio de veiculação.

Data de designação: 19/09/2025

PL 10919/2018 CÉLIO SILVEIRA - Acrescenta parágrafo ao art. 36, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para obrigar a identificação publicitária na exibição e na divulgação patrocinadas de produtos e serviços, independentemente da forma ou meio de veiculação.

Data de designação: 19/11/2025

Relator: João Cury

PL 4444/2024 VICENTINHO JÚNIOR - Estabelece que operadoras de planos de saúde devem assegurar a internação em unidades externas, públicas ou privadas, em casos de indisponibilidade de leitos próprios ou conveniados, garantindo o atendimento imediato em situações de urgência e emergência.

Data de designação: 27/03/2025

PL 4848/2024 DUARTE JR. - Dispõe sobre o prazo mínimo de reajuste de plano telefônico, contratado por consumidores.

Data de designação: 19/05/2025

PL 4914/2024 GILBERTO ABRAMO - Altera a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o Código de Defesa do Consumidor e a Lei nº 10.098, de 2000, para dispor sobre a participação das pessoas com deficiência, por meio de suas entidades representativas, no desenvolvimento de tecnologias assistivas.

Data de designação: 27/03/2025

PL 2931/2024 MARCOS TAVARES - Estabelece o direito dos consumidores com deficiência visual de solicitar contratos em braille, sem custo extra, visando garantir a acessibilidade e a inclusão nas relações de consumo.

Data de designação: 27/03/2025

PL 697/2021

CARLOS BEZERRA - Altera a Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para estabelecer que, caso seja mais favorável ao adquirente, será devida pela incorporadora a mesma cláusula penal aplicável ao adquirente na hipótese de entrega do imóvel em prazo superior ao estipulado contratualmente.

Data de designação: 19/05/2025

PL 2600/2019

CAPITÃO ALBERTO NETO - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar prática abusiva o não fornecimento do troco devido ao consumidor.

Data de designação: 17/12/2025

Relator: Jorge Braz

PL 1639/2025

MARCELO CRIVELLA - Estabelece regras gerais sobre a cobrança de diária em meios de hospedagem.

Data de designação: 03/09/2025

PL 4427/2025

RAIMUNDO SANTOS - Acrescenta o artigo 49-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, com a finalidade de garantir ao consumidor o direito à substituição voluntária de produto nas aquisições realizadas em estabelecimentos comerciais físicos.

Data de designação: 05/11/2025

PL 1992/2025

PEDRO AIHARA - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para incluir a responsabilidade civil de pessoas que divulgarem produtos ou serviços que não forem entregues aos consumidores, com o intuito de coibir práticas fraudulentas por influenciadores digitais.

Data de designação: 19/09/2025

PL 1094/2025

MARCOS TAVARES - Dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais concederem descontos progressivos para produtos alimentícios, farmacêuticos e de higiene pessoal próximos do vencimento, vendidos por supermercados, farmácias, mercearias e demais estabelecimentos comerciais que comercializem tais itens no território nacional.

Data de designação: 19/09/2025

Relator: Julia Zanatta

PL 3430/2025

AMOM MANDEL - Altera o art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para incluir no rol de práticas abusivas a negativa de fornecimento de comanda individual destinada ao controle do consumo em bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos comerciais similares, quando solicitado pelo consumidor.

Data de designação: 10/10/2025

PL 3569/2025

DUDA RAMOS - Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação, por meio da internet, da lista de material escolar pelas instituições de ensino da educação básica.

Data de designação: 10/10/2025

Relator: Junio Amaral

PL 4281/2024

MARCOS SOARES - Dispõe sobre a rotulagem e transparência na produção de sorvetes e similares e dá outras providências.

Data de designação: 08/05/2025

PL 4541/2025	<p>ALBERTO FRAGA - Acrescenta inciso e parágrafo ao art. 35 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, e o art. 39 A à Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para vedar o uso da palavra “banco” por empresas mercantis nos casos que especifica, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 05/11/2025</p>
PL 3062/2025	<p>CHRIS TONIETTO - Dispõe sobre a oferta e apresentação de produtos em aplicativos e plataformas digitais de entrega, a fim de a eles estender a obrigação de prestar as informações elencadas no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 3202/2025	<p>FÁBIO TERUEL - Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do termo "tipo" nas embalagens de produtos alimentícios que não seguem integralmente a fórmula, receita, ingredientes ou método tradicional, como complemento à legislação vigente sobre rotulagem.</p> <p>Data de designação: 01/10/2025</p>
PL 5393/2023	<p>JOSIMAR MARANHÃOZINHO - Dispõe sobre o acesso de clientes às cozinhas de estabelecimentos que comercializam alimentos preparados para consumo e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 10/10/2025</p>
PL 6100/2023	<p>PEZENTI - Altera a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte, para dispor sobre a aplicabilidade das relações de consumo nos eventos esportivos.</p> <p>Data de designação: 19/05/2025</p>

PL 1310/2024 KIM KATAGUIRI - Altera a Lei nº 12.741, de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal, para atualizá-la de acordo com a Emenda à Constituição Federal nº 132, de 2023 e dá outras providências
Data de designação: 03/09/2025

Relator: Lucas Abrahao

PL 3759/2023 DORINALDO MALAFAIA - Dispõe sobre a vedação da cobrança de bandeiras tarifárias em unidade da federação superavitárias em energia elétrica de fontes renováveis.
Data de designação: 14/11/2025

PL 2299/2024 JONAS DONIZETTE - Dispõe sobre normas gerais de segurança para o funcionamento de pistas de kart, para fins de recreação e lazer, com o objetivo de proteger o consumidor.
Data de designação: 26/11/2025

Relator: Marcelo Queiroz

PL 3545/2024 KIKO CELEGUIM - Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, cria mecanismos para o combate de fraudes bancárias, amplia a proteção ao consumidor bancário e dá outras providências.
Data de designação: 15/04/2025

PL 6226/2023 PEDRO PAULO - Acrescenta inciso ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Data de designação: 08/05/2025

PL 5124/2023

FRED COSTA - Dispõe sobre a proibição de reuso e o correto descarte de embalagens de tintas imobiliárias e produtos correlatos em todo o território nacional afim de proteger a saúde humana e animal.

Data de designação: 15/04/2025

PL 2764/2021

TITO - Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para obrigar que os aparelhos televisores comercializados no país contenham antena digital acoplada e demais componentes necessários para recepção de sinais de radiodifusão de sons e imagens.

Data de designação: 19/05/2025

PL 3759/2020

PAULO BENGTON - Dispõe sobre o transporte de animal de assistência emocional e animal de serviço nas cabines das aeronaves das companhias aéreas brasileiras.

Data de designação: 19/05/2025

Relator: Márcio Marinho

PL 4169/2024

TIÃO MEDEIROS - Disciplina a cobrança de quilometragem excedente nas locações de veículos por assinatura

Data de designação: 08/05/2025

PL 4520/2024

CABO GILBERTO SILVA - Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para permitir o acesso gratuito ao Cadastro Positivo para o consumidor e garantir maior transparência nas relações de consumo.

Data de designação: 10/10/2025

PL 5009/2024	ALEX SANTANA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a cessão de créditos por instituições financeiras e entidades equiparadas. Data de designação: 08/05/2025
PL 1223/2025	MARCOS TAVARES - Dispõe sobre a proibição da produção, importação, comercialização e distribuição de bebidas isotônicas e energéticas ou similares que contenham em sua composição bromato de potássio ou qualquer outra substância classificada como cancerígena, mutagênica ou tóxica à saúde humana por órgãos técnicos nacionais ou internacionais de referência. Data de designação: 03/09/2025
PL 1921/2025	MAX LEMOS - Modifica o Código Penal Brasileiro e o Código de Defesa do Consumidor criando artigo específico sobre a prática de chamadas telefônicas indesejadas e o uso não autorizado de dados de contato, com penalidades agravadas. Data de designação: 03/09/2025
PL 1953/2025	BETO RICHA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre a informação acerca dos preços dos produtos por unidade de medida e estabelecer sanção específica em caso de descumprimento. Data de designação: 19/09/2025
PL 3091/2025	FABIO SCHIOCHET - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para vedar, no âmbito das relações de consumo, o uso de conteúdos gerados por inteligência artificial que simulem, de forma realista, profissionais da saúde, autoridades públicas ou especialistas, com o objetivo de influenciar decisões de compra, adesão ou consumo. Data de designação: 01/10/2025

Relatório anual - 2025

PL 3661/2025	<p>MERSINHO LUCENA - Dispõe sobre a portabilidade de dados financeiros, a transparência nos serviços bancários e a proteção dos direitos dos consumidores no setor financeiro, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 10/10/2025</p>
PL 4558/2025	<p>MAURÍCIO CARVALHO - Aprimora o arcabouço de prevenção e combate aos crimes de fraude eletrônica.</p> <p>Data de designação: 05/11/2025</p>
PL 4680/2025	<p>RIBAMAR SILVA - Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação em sistema braile nas embalagens de bebidas, enlatados e recipientes similares, como medida de promoção da acessibilidade, da inclusão social e da autonomia das pessoas com deficiência visual, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 05/11/2025</p>
PL 4734/2024	<p>ADRIANA VENTURA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre opção de cancelamento imediato em contratos de adesão com renovação automática.</p> <p>Data de designação: 15/04/2025</p>
PL 2880/2024	<p>CÉLIO STUDART - Altera a Lei nº 8.078, de 1990, para vedar a fidelidade e suas decorrentes cobranças em contratos de prestação de serviço.</p> <p>Data de designação: 03/09/2025</p>
PL 112/2024	<p>EDUARDO DA FONTE - Dispõe sobre obrigatoriedade às instituições financeiras de informarem aos clientes ou seus parentes, em caso de falecimento do titular, sobre saldos em contas bancárias inativas há mais de doze meses.</p> <p>Data de designação: 15/04/2025</p>

PL 3630/2024	DUDA RAMOS - Institui obrigação de ressarcimento ao usuário proporcional ao tempo de interrupção no fornecimento dos serviços de telecomunicações ao consumidor. Data de designação: 03/09/2025
PL 3096/2023	BACELAR - Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para obrigar a interveniência pessoal na comercialização de bebidas alcóolicas em sistema de autoatendimento. Data de designação: 15/04/2025
PL 3592/2020	WOLNEY QUEIROZ - Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para estabelecer a obrigatoriedade de os postos revendedores de combustíveis automotivos informarem as especificações técnicas da gasolina comercializada e dá outras providências. Data de designação: 15/04/2025
PL 1461/2021	LEONARDO GADELHA - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre o direito ao restabelecimento de serviço de telecomunicações suspenso. Data de designação: 10/10/2025

Relator: Nilto Tatto

PL 538/2025	MURILO GALDINO - Dispensa que o pequeno e médio produtor de ovos vendidos a granel identifique individualmente a data de validade dos produtos destinados ao consumo e determina que seja informado ao consumidor a data da postura e o estabelecimento produtor. Data de designação: 19/05/2025
--------------------	---

Relatório anual - 2025

PL 1724/2025	<p>TARCÍSIO MOTTA - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre o uso de tecnologias assistivas que viabilizem o acesso, pelas pessoas com deficiência visual, às informações sobre os medicamentos.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 2207/2025	<p>VERMELHO - Altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, que “dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica”, a fim de vedar reajustes da tarifa de energia elétrica que utilize índices relacionados a eventos climáticos.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 2280/2025	<p>TABATA AMARAL - Dispõe sobre a destinação de percentual dos recursos depositados em plataformas digitais de operação financeira para contas de poupança de titularidade do usuário, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 3302/2025	<p>DANIEL ALMEIDA - Determina a impressão de mensagens de cunho informativo sobre a prevenção à proliferação do inseto Aedes aegypti nas caixas d’água comercializadas no Brasil.</p> <p>Data de designação: 01/10/2025</p>
PL 4084/2025	<p>FABIO SCHIOCHET - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a obrigatoriedade de autorização expressa e de verificação da autenticidade em débitos automáticos, bem como sobre a responsabilidade solidária das instituições financeiras em caso de descumprimento.</p> <p>Data de designação: 10/10/2025</p>
PL 4090/2025	<p>GIOVANI CHERINI - Acrescenta o §4º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre a inserção de mensagens nas bulas dos medicamentos antimicrobianos acerca da importância do descarte correto.</p>

Relatório anual - 2025

Data de designação: 10/10/2025

PL 1868/2025

AUREO RIBEIRO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de discriminação detalhada dos valores que compõem o preço final cobrado do consumidor por plataformas digitais de intermediação de entrega de produtos e serviços, e dá outras providências.

Data de designação: 03/09/2025

PL 4351/2025

CÉLIO STUDART - Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega, e dá outras providências.

Data de designação: 05/11/2025

PL 1008/2025

TALÍRIA PETRONE - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para incluir expressamente, no conceito de propaganda enganosa, a publicidade ou comunicação sobre práticas e/ou ações ambientais positivas do produto ou serviço sem a devida comprovação.

Data de designação: 19/05/2025

PL 613/2024

ROSÂNGELA REIS - Dispõe sobre a disponibilização de informações sobre pressão sonora máxima a que está exposto o público em eventos esportivos, artísticos e culturais.

Data de designação: 15/04/2025

PL 2844/2024

BRUNO GANEM - Proíbe, em todo território nacional, a fabricação e a importação de papéis térmicos que contenham em sua composição Bisfenol A (BPA) e Bisfenol S (BPS) com concentração igual ou superior a 0,02% de seu peso.

Data de designação: 02/04/2025

PL 4848/2024

DUARTE JR. - Dispõe sobre o prazo mínimo de reajuste de plano telefônico, contratado por consumidores.

Relatório anual - 2025

Data de designação: 03/09/2025

PL 2257/2022

NEY LEPREVOST - Veda a utilização de dióxido de titânio na fabricação de alimentos, bem como a importação de alimentos que contenham dióxido de titânio.

Data de designação: 19/05/2025

PL 3545/2024

KIKO CELEGUIM - Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, cria mecanismos para o combate de fraudes bancárias, amplia a proteção ao consumidor bancário e dá outras providências.

Data de designação: 10/10/2025

PL 3729/2025

MARCELO QUEIROZ - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer diretrizes relativas à comercialização de ovos in natura produzidos em território nacional, com o objetivo de informar, proteger e garantir aos consumidores o acesso a informações adequadas e a segurança no consumo, em conformidade com as boas práticas da avicultura de postura, bem como assegurar condições apropriadas aos animais envolvidos no processo produtivo.

Data de designação: 05/11/2025

PL 6263/2019

FELIPE CARRERAS - Altera a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências", para disciplinar a rotulagem de produtos orgânicos e integrais.

Data de designação: 19/05/2025

PL 1293/2025

IZA ARRUDA - Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para dispor sobre selo identificador dos alimentos isentos de glúten produzidos pela agricultura familiar.

Data de designação: 19/09/2025

PL 2556/2025

HENDERSON PINTO - Altera a Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023, para adequação terminológica.

Relatório anual - 2025

Data de designação: 26/11/2025

PL 4309/2024

GISELA SIMONA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir a Seção VI ao Capítulo IV, composta pelo artigo 28-A e seus §§1º e 2º, bem como o inciso XX ao artigo 39.

Data de designação: 10/10/2025

PL 356/2025

PADOVANI - Dispõe sobre a autorização para produção e comercialização de produtos e serviços HALAL no território nacional e dá outras providências.

Data de designação: 13/08/2025

PL 2480/2024

AUREO RIBEIRO - Altera a Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003, para dispor sobre a prioridade ao idoso em Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC por telefone, no âmbito dos fornecedores de serviços regulados pelo Poder Público federal.

Data de designação: 02/04/2025

PL 554/2024

ALEX MANENTE - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a obrigatoriedade do consentimento expresso do consumidor para emissão de boleto digital.

Data de designação: 25/09/2025

PL 3701/2021

FLÁVIO NOGUEIRA - Dispõe sobre a rotulagem das emissões de dióxido de carbono dos produtos comercializados no território nacional.

Data de designação: 10/10/2025

PL 2537/2019

JUNINHO DO PNEU - Obriga o aviso sobre o reconhecimento facial em estabelecimentos comerciais.

Data de designação: 02/04/2025

PL 10556/2018 TEREZA CRISTINA - Dispõe sobre a utilização da palavra "leite" nas embalagens e rótulos de alimentos.
Data de designação: 26/11/2025

Relator: Ossesio Silva

PL 2156/2025 DELEGADO ÉDER MAURO - dispõe sobre a proibição da cobrança pelas instituições educacionais de taxas de emissão de registro de diplomas e outros documentos comprobatórios acadêmicos e escolares.
Data de designação: 19/09/2025

PL 2232/2025 DUARTE JR. - Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) em local visível e de fácil acesso ao público nos estabelecimentos que menciona, e dá outras providências.
Data de designação: 19/09/2025

PL 2464/2025 CLEBER VERDE - Dispõe sobre a regulamentação e limitação de depósitos a usuários de casas e plataformas de apostas online e dá outras providências.
Data de designação: 03/09/2025

PL 2501/2025 GILSON MARQUES - Dispõe sobre a vedação à restrição do uso de meios de pagamento em razão de pendências tributárias ou cadastrais do contribuinte junto a entes federativos, e dá outras providências.
Data de designação: 03/09/2025

PL 3704/2025 ROMERO RODRIGUES - Dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação visível e em destaque em simulacros realistas de seres humanos.

Relatório anual - 2025

Data de designação: 16/10/2025

PL 3813/2025

ROGÉRIA SANTOS - Altera a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer a obrigatoriedade da inclusão de mensagens de conscientização sobre a violência contra a mulher nos rótulos de bebidas alcoólicas comercializadas em locais de grande concentração de público.

Data de designação: 01/10/2025

PL 4495/2025

GILBERTO ABRAMO - Dispõe sobre a limitação da cobrança de seguros diários em contratos de locação de veículos e dá outras providências.

Data de designação: 05/11/2025

PL 4608/2025

JONAS DONIZETTE - Acrescenta o art. 25-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para equiparar a consumidor toda pessoa exposta aos danos oriundos de vícios do produto ou do serviço.

Data de designação: 05/11/2025

PL 4643/2025

RAIMUNDO SANTOS - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre a responsabilização do fornecedor em caso de descumprimento do prazo de entrega de produtos.

Data de designação: 05/11/2025

PL 4935/2025

MURILO GALDINO - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações, para dispor sobre a obrigatoriedade de mecanismos de autenticação na habilitação, recuperação e portabilidade de linhas de telefonia móvel.

Data de designação: 26/11/2025

PL 5345/2025

ALEXANDRE GUIMARÃES - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para qualificar como prática abusiva a publicidade de

abrangência nacional que exclua macrorregiões, unidades da Federação ou faixas territoriais ou conjunto amplo de Municípios.

Data de designação: 26/11/2025

PL 5529/2025

MARCOS TAVARES - Dispõe sobre a obrigatoriedade de locação, pela administração pública direta e indireta, apenas de imóveis que atendam às normas de acessibilidade ou que possam ser adaptados no prazo estabelecido, e dá outras providências.

Data de designação: 17/12/2025

PL 3854/2024

LÊDA BORGES - Dispõe sobre as restrições impostas aos serviços impermeabilização de estofados que utilizam produtos químicos inflamáveis.

Data de designação: 19/05/2025

PL 2156/2025

DELEGADO ÉDER MAURO - DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA COBRANÇA PELAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DE TAXAS DE EMISSÃO DE REGISTRO DE DIPLOMAS E OUTROS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS ACADÊMICOS E ESCOLARES

Data de designação: 16/10/2025

PL 2232/2025

DUARTE JR. - Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) em local visível e de fácil acesso ao público nos estabelecimentos que menciona, e dá outras providências.

Data de designação: 16/10/2025

PL 3813/2025

ROGÉRIA SANTOS - Altera a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer a obrigatoriedade da inclusão de mensagens de conscientização sobre a violência contra a mulher nos rótulos de bebidas alcoólicas comercializadas em locais de grande concentração de público.

Data de designação: 16/10/2025

PL 3030/2023	<p>JONAS DONIZETTE - Dá nova redação ao art. 51 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que “Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes”, para possibilitar que o prazo do contrato a ser renovado seja livremente pactuado pelas partes.</p> <p>Data de designação: 15/04/2025</p>
PL 2501/2025	<p>GILSON MARQUES - Dispõe sobre a vedação à restrição do uso de meios de pagamento em razão de pendências tributárias ou cadastrais do contribuinte junto a entes federativos, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 16/10/2025</p>
PL 2464/2025	<p>CLEBER VERDE - Dispõe sobre a regulamentação e limitação de depósitos a usuários de casas e plataformas de apostas online e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 16/10/2025</p>
PL 1737/2022	<p>FELIPE CARRERAS - Assegura aos candidatos aprovados em concursos públicos, o direito à realização de exames laboratoriais e complementares previstos no edital do certame, através do plano de saúde ou de seguro-saúde do qual é usuário, sem a necessidade de apresentação prévia de requisição médica, nos termos que indica.</p> <p>Data de designação: 03/09/2025</p>
PL 3030/2023	<p>JONAS DONIZETTE - Dá nova redação ao art. 51 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que “Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes”, para possibilitar que o prazo do contrato a ser renovado seja livremente pactuado pelas partes.</p> <p>Data de designação: 16/10/2025</p>
PL 1737/2022	<p>FELIPE CARRERAS - Assegura aos candidatos aprovados em concursos públicos, o direito à realização de exames laboratoriais e complementares previstos no edital do</p>

Relatório anual - 2025

certame, através do plano de saúde ou de seguro-saúde do qual é usuário, sem a necessidade de apresentação prévia de requisição médica, nos termos que indica.

Data de designação: 16/10/2025

PL 1285/2023

LUIZ ANTONIO CORRÊA - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre a inserção da data de validade, de modo visível, nos rótulos dos medicamentos.

Data de designação: 19/05/2025

PL 711/2024

MARX BELTRÃO - Institui canal de atendimento via telefone preferencial para idosos e dá outras providências.

Data de designação: 17/12/2025

PL 3037/2024

FÁBIO TERUEL - Dispõe sobre a certificação obrigatória para a comercialização de produtos eletrônicos recondicionados no País.

Data de designação: 19/09/2025

PL 3854/2024

LÊDA BORGES - Dispõe sobre as restrições impostas aos serviços impermeabilização de estofados que utilizam produtos químicos inflamáveis.

Data de designação: 16/10/2025

PL 2813/2025

ROMERO RODRIGUES - Altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a assistência material devida ao passageiro nos casos de cancelamento, atraso e interrupção do transporte.

Data de designação: 17/12/2025

PL 3053/2025

JOÃO DANIEL - Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana), para dispor sobre a obrigatoriedade de disponibilização de canais diretos, eficazes e acessíveis de atendimento ao consumidor por parte de operadoras de plataformas digitais de transporte individual remunerado de passageiros, em

Relatório anual - 2025

conformidade com as diretrizes do Código de Defesa do Consumidor e do Decreto nº 11.034, de 5 de abril de 2022.

Data de designação: 17/12/2025

PL 3037/2024

FÁBIO TERUEL - Dispõe sobre a certificação obrigatória para a comercialização de produtos eletrônicos recondicionados no País.

Data de designação: 16/10/2025

PL 4539/2024

GERALDO RESENDE - Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de energia elétrica informarem ao consumidor a ocorrência de consumo atípico.

Data de designação: 16/10/2025

PL 3689/2024

JORGE GOETTEN - Dispõe sobre a atividade de influenciador digital.

Data de designação: 16/10/2025

PL 1930/2023

JÚNIOR MANO - Acrescenta parágrafo ao art. 52, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, com o objetivo de garantir ao consumidor idoso a opção de receber gratuitamente os demonstrativos e faturas de cartão de crédito em formato físico e com antecedência mínima de dez dias do respectivo vencimento.

Data de designação: 02/04/2025

PL 1644/2022

ROSANA VALLE - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para dispor sobre o tamanho da fonte utilizada nas comunicações escritas dirigidas ao idoso.

Data de designação: 15/04/2025

PL 6377/2019

PEDRO AUGUSTO BEZERRA - Dispõe sobre o direito do consumidor ao controle e pagamento individual de seu consumo nos bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos comerciais similares e dá outras providências.

Data de designação: 16/10/2025

Relator: Paulão

PL 4350/2024	<p>DUARTE JR. - Estabelece a Garantia Expandida para Produtos Eletrônicos Essenciais e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 19/05/2025</p>
PLP 6/2025	<p>LUCAS REDECKER - Estabelece regras para evitar a ocorrência de fraudes de pagamento autorizadas.</p> <p>Data de designação: 19/05/2025</p>
PL 175/2025	<p>GILSON DANIEL - Altera as leis tais para dispor sobre a assistência farmacêutica no âmbito da telessaúde.</p> <p>Data de designação: 15/04/2025</p>
PL 1429/2025	<p>FÁBIO TERUEL - Altera a Lei nº 6.538, de 22 de julho de 1978, para dispor sobre a redução da tarifa de postagem para áreas não atendidas pelo serviço de entrega domiciliar da Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 3010/2025	<p>JOÃO DANIEL - Dispõe sobre a obrigatoriedade de neutralidade e fundamentação técnico-normativa na comunicação institucional de empresas em ambientes regulados ou sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor, com vistas à proteção do consumidor contra indução ideológica ou erro interpretativo, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>

PL 3103/2025	<p>PADRE JOÃO - Acrescenta novo art. 42-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para fins de proibir ligações telefônicas realizadas por meio de operadoras de telefonia, com ou sem utilização de internet, originadas de instituições financeiras e similares, bem como de outros fornecedores de produtos e serviços, com a finalidade de ofertar serviços ou efetuar cobranças, e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 03/09/2025</p>
PL 4788/2025	<p>GUILHERME BOULOS - Altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, para dispor sobre a obrigatoriedade de discriminar a composição do preço dos combustíveis automotivos e do gás liquefeito de petróleo (GLP) no documento fiscal emitido ao consumidor.</p> <p>Data de designação: 05/11/2025</p>
PL 2839/2025	<p>RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Regula o limite de distância para oferecimento de profissional credenciado e o direito ao reembolso em caso de insuficiência de rede.</p> <p>Data de designação: 19/09/2025</p>
PL 1968/2025	<p>DANIEL ALMEIDA - Altera a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, para dispor sobre a emissão de alertas informativos aos apostadores no âmbito da modalidade apostas de quota fixa.</p> <p>Data de designação: 01/10/2025</p>
PL 365/2025	<p>JOSÉ GUIMARÃES - Dispõe sobre medidas para ampliar e garantir a efetividade do sigilo e a não incidência de preço superior, valor ou encargo adicional sobre os pagamentos realizados por meio de arranjo de Pagamentos Instantâneos – Pix, instituído pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>Data de designação: 26/03/2025</p>

PDL 383/2022	<p>RODRIGO DE CASTRO - Sustar o § 3º do art. 2º do Decreto nº 10.798, de 17 de setembro de 2021, que regulamentou o disposto no art. 23 da Lei 14.182, de 2021, e estabeleceu que: “A apuração dos benefícios tarifários deverá considerar a redução dos custos totais para os consumidores em relação a não prorrogação dos contratos”.</p> <p>Data de designação: 01/10/2025</p>
PDL 395/2024	<p>REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL - Aprova o texto do Acordo sobre Comércio Eletrônico do MERCOSUL, firmado em Montevideu, em 29 de abril de 2021.</p> <p>Data de designação: 06/05/2025</p>
PL 502/2025	<p>GUILHERME BOULOS - Altera a Lei nº 14.016, de 2020, para vedar o descarte de alimentos, criminalizar a prática, especialmente no contexto das empresas que se desfazem de alimentos em razão da redução de preços, e incentiva o estímulo a doação de alimentos para iniciativas de segurança alimentar e combate à fome.</p> <p>Data de designação: 05/11/2025</p>
PL 3529/2024	<p>REIMONT - obriga as empresas do setor têxtil a identificarem as peças de vestuário produzidas com etiquetas em braile ou outro meio acessível que atenda as pessoas com deficiência visual, bem como a disponibilizarem informações adicionais sobre o produto por meio de QR code em todo território nacional e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 10/10/2025</p>
PL 5806/2023	<p>ALFREDINHO - Dispõe sobre medidas de proteção e prevenção contra fraudes em operações de crédito consignado envolvendo aposentados e pensionistas e dá outras providências.</p> <p>Data de designação: 03/09/2025</p>

PL 1889/2023 HELIO LOPES - Garante aos idosos e analfabetos que pelo menos 10% (dez por cento) do total de atendimentos à distância seja realizado no formato presencial, em estabelecimentos públicos e privados.

Data de designação: 02/04/2025

PL 715/2024 JANDIRA FEGHALI - Altera a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, para revogar o § 5º do art. 3º.

Data de designação: 26/03/2025

Relator: Paulo Pimenta

PL 348/2025 ROMERO RODRIGUES - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com o objetivo de assegurar o cumprimento das condições da oferta na entrega de produtos e na execução de serviços, nas contratações efetuadas no comércio eletrônico.

Data de designação: 19/05/2025

PL 488/2025 CARLOS CHIODINI - Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), para dispor sobre a publicidade digital em aplicações de internet.

Data de designação: 19/05/2025

PL 1865/2025 DELEGADA ADRIANA ACCORSI - Altera a lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (código de defesa do consumidor), para dispor sobre a obrigatoriedade de transparência na nomenclatura de produtos alimentícios com composição alterada e para vedar o uso de termos que possam induzir o consumidor a erro.

Data de designação: 19/09/2025

PL 2261/2025 ALBERTO FRAGA - Acrescenta inciso ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para estabelecer como abusiva a exigência de garantia que implique suspensão

de serviços prestados por outrem, especialmente de telecomunicações, e dá outras providências.

Data de designação: 19/09/2025

PL 1786/2025

MARCOS TAVARES - Proíbe a venda de cigarros, dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs) e demais produtos fumígenos derivados do tabaco em bares, lanchonetes, postos de combustíveis, bancas de jornais, clubes recreativos e academias de ginástica, e dá outras providências.

Data de designação: 03/09/2025

PL 4244/2024

DELEGADO MARCELO FREITAS - Altera a Lei nº 14.790, 29 de dezembro de 2023, a fim de restringir a realização de apostas por pessoas isentas do pagamento de imposto de renda em razão do seu nível de renda.

Data de designação: 10/10/2025

PL 1788/2025

MARCOS TAVARES - Proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas e de produtos fumígenos derivados do tabaco, tais como cigarros, cigarrilhas, charutos, tabaco para enrolar, narguilés e dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), em farmácias e drogarias, inclusive as de natureza hospitalar, pública ou privada.

Data de designação: 03/09/2025

PL 997/2023

SENADO FEDERAL - Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagem de advertência em peças publicitárias destinadas à comercialização de produtos ou serviços que contenham imagem digitalmente modificada para alterar as características físicas de pessoa retratada.

Data de designação: 19/05/2025

PL 351/2024

DANDARA - Altera a Lei nº 13.301/2016 para dispor sobre medidas de enfrentamento às consequências sociais da emergência de saúde pública causada pelo vírus da Dengue.

Data de designação: 15/04/2025

PL 4357/2024 DUARTE JR. - Institui o Programa Nacional de Proteção de Dados dos Consumidores e dá outras providências.

Data de designação: 10/10/2025

PL 4843/2019 JOSÉ MEDEIROS - Dispõe sobre simplificação e facilitação do acesso a serviços públicos e sobre a sistemática recursal administrativa.

Data de designação: 10/10/2025

PL 3660/2024 PASTOR HENRIQUE VIEIRA - Proíbe a veiculação de propaganda de serviços de prostituição e outros serviços sexuais em competições desportivas.

Data de designação: 03/09/2025

PL 3216/2019 EDNA HENRIQUE - Acrescenta o art. 129-A à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para facultar ao assinante do Serviço Móvel Pessoal o cancelamento do contrato firmado com a empresa prestadora em caso de roubo, furto ou extravio do aparelho, nos termos em que especifica.

Data de designação: 19/05/2025

Relator: Ribamar Silva

PL 447/2025 NITINHO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão do teor de álcool na rotulagem de alimentos que contenham álcool em sua composição.

Data de designação: 15/04/2025

PL 4344/2019 PAULO BENGTON - Dispõe sobre a informação acerca de danos potenciais associados a iluminação domiciliar e industrial.

Data de designação: 17/12/2025

Relator: Roberto Monteiro Pai

PL 6457/2019 EDNA HENRIQUE - Obriga a disponibilização gratuita de lupas de aumento para utilização pelos consumidores nos estabelecimentos comerciais que especifica.
Data de designação: 10/10/2025 10:13:00

PL 100/2022 FLÁVIO NOGUEIRA - Obriga toda publicidade que promova a venda de veículos automotivos a incorporar texto visível ou gravação sonora que indique a necessidade de se obedecer aos limites de velocidade vigentes no País.
Data de designação: 19/09/2025

Relator: Rodrigo Gambale

PL 4917/2024 ROMERO RODRIGUES - Acrescenta art. 48-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, com o objetivo de proibir os fornecedores de modificar, sem o prévio consentimento do consumidor, a data contratualmente pactuada para o vencimento das faturas de serviços de prestação continuada.
Data de designação: 19/05/2025

PL 4969/2024 POMPEO DE MATTOS - Altera o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB), a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil – CPC), para permitir a homologação e a produção de efeitos, no Brasil, de ações civis públicas estrangeiras e decisões relacionadas a

direitos dos consumidores, com o objetivo de assegurar proteção isonômica aos consumidores brasileiros no contexto das relações globais de consumo.

Data de designação: 19/05/2025

PL 3382/2025

ROGÉRIA SANTOS - Dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação imediata, por meio eletrônico, aos titulares de contas bancárias, acerca de movimentações financeiras suspeitas ou confirmadas, e dá outras providências.

Data de designação: 10/10/2025

PL 3862/2025

ANDREIA SIQUEIRA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para classificar como prática abusiva a cobrança de valores pela emissão de segunda via de documentos de cobrança, salvo se limitada ao custo operacional efetivo.

Data de designação: 10/10/2025

PL 4827/2025

DR. ZACHARIAS CALIL - Estabelece normas gerais, princípios, diretrizes e garantias sobre os serviços de radiodifusão de sons e imagens e seus ancilares com vistas à proteção do consumidor, à inclusão digital e à preservação do acesso gratuito à televisão aberta no território nacional, e altera as Leis nos 8.078, de 11 de setembro de 1990, 11.652, de 7 de abril de 2008, 9.998, de 17 de agosto de 2000 e 13.116, de 20 de abril de 2015.

Data de designação: 05/11/2025

PL 619/2019

LUIZ NISHIMORI - Dispõe sobre a instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação do sistema de água residencial ou comercial.

Data de designação: 19/09/2025

Relator: Tiago Dimas

Relatório anual - 2025

PL 2012/2025	JONAS DONIZETTE - Impõe aos fornecedores a obrigação de indicar a vida útil estimada de seus produtos duráveis, visando combater a obsolescência programada Data de designação: 03/09/2025
PL 1567/2025	MARCELO CRIVELLA - Acrescenta art. 781-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para fixar parâmetros para a majoração do valor básico do prêmio do seguro de veículo automotor. Data de designação: 14/08/2025
PL 3644/2025	FÁBIO TERUEL - Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão impressa do comprovante fiscal em drogarias, farmácias e estabelecimentos similares, e dá outras providências. Data de designação: 05/11/2025
PL 1937/2025	SILAS CÂMARA - Estabelece limite de dívida permitido para lavratura de protesto ou inscrição em cadastros de inadimplentes de pessoas físicas. Data de designação: 10/10/2025
PL 6226/2023	PEDRO PAULO - Acrescenta inciso ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Data de designação: 10/10/2025
PL 3598/2021	CARLOS BEZERRA - Altera a Lei nº 11.649, de 4 de abril de 2008, para vedar a cobrança de prestações de arrendamento mercantil após furto ou roubo do veículo automotivo que esteja garantido por contrato de seguro. Data de designação: 10/10/2025
PL 100/2022	FLÁVIO NOGUEIRA - Obriga toda publicidade que promova a venda de veículos automotivos a incorporar texto visível ou gravação sonora que indique a necessidade de se obedecer aos limites de velocidade vigentes no País.

Data de designação: 01/10/2025

Relator: Vinicius Carvalho

PL 4159/2024 FÁBIO HENRIQUE - Acrescenta à Lei nº 10.406, de 2002, Código Civil, o artigo 757-A, extinguindo a cobrança de franquia nos contratos de seguro de veículos automotores.
Data de designação: 27/03/2025

PL 4167/2024 DRA. ALESSANDRA HABER - Acrescenta parágrafo ao art. 39, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para caracterizar como recusa de pronto pagamento a não aceitação de dinheiro, cartão de crédito, cartão de débito e PIX por estabelecimento de estacionamento privado.
Data de designação: 15/04/2025

PL 3726/2025 DUDA RAMOS - Dispõe sobre a proibição da cobrança de anuidade de cartões de crédito nos meses em que o cartão não for utilizado e dá outras providências.
Data de designação: 10/10/2025

PL 4719/2025 JONAS DONIZETTE - Estabelece o prazo decenal para restituição da comissão de corretagem em caso de rescisão de contrato por atraso na entrega de imóvel e dá outras providências.
Data de designação: 05/11/2025

PL 755/2024 JONAS DONIZETTE - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fins de considerar abusiva cláusula inserida em contrato de adesão de cartão de crédito, que autoriza o débito na conta corrente do titular do valor equivalente à parcela de pagamento mínimo ou ao valor total da respectiva fatura.
Data de designação: 08/05/2025

PL 2102/2024	MEIRE SERAFIM - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor (CDC), para suspender a transação financeira pelas instituições financeiras, quando solicitada pelo titular do cartão de crédito. Data de designação: 08/05/2025
PL 2393/2024	RICARDO AYRES - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, “que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para incluir, como causa obstativa da decadência, a formalização de reclamação junto a órgão de defesa do consumidor. Data de designação: 31/03/2025
PL 242/2024	JÚNIOR MANO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de comprovante de pagamento por empresas que disponibilizam plataformas de pagamento online, e dá outras providências. Data de designação: 08/05/2025
PL 2622/2022	DOMINGOS NETO - Dispõe sobre a segurança de aplicativos bancários para dispositivos móveis. Data de designação: 25/03/2025
PL 1954/2022	CARLOS VERAS - Dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor. Data de designação: 25/03/2025

EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS

EMENDAS À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Emenda de Apropriação nº 1/2025

Ementa: Fortalecimento da Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Âmbito: Nacional

Valor: R\$ 40.000.000

JUSTIFICAÇÃO

Os serviços de ouvidoria constituem importante instrumento de interlocução com os consumidores e a sociedade em geral, representando direta ou indiretamente, o passo inicial para o planejamento das ações de fiscalização, e um retorno da sociedade quanto à qualidade da regulação. Para o atendimento desse serviço, é disponibilizado uma Central de Teleatendimento para registro das solicitações (informações, reclamações, denúncias, elogios e críticas) dos consumidores de energia elétrica, cujo objetivo é garantir o equilíbrio nas relações entre os agentes do setor elétrico e os consumidores. Além desses serviços, está também prevista para 2026 a realização de convênios de descentralização com Agências Estaduais. Caso o valor aqui pleiteado não seja disponibilizado, o consumidor e a sociedade em geral restarão prejudicados, pois sofrerão impactos na qualidade dos serviços prestados e no atendimento de suas demandas. Outro impacto relevante será a inviabilidade da produção de relatórios de monitoramento, como os de análise de mídias sociais, que subsidiam ações preventivas e corretivas junto às ouvidorias das distribuidoras. A ausência desses instrumentos reduzirá a eficiência regulatória da Agência, dificultando intervenções tempestivas e enfraquecendo a proteção dos direitos dos consumidores. Adicionalmente, a insuficiência de recursos inviabilizará a contratação do serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), essencial para assegurar atendimento acessível a consumidores surdos ou com deficiência auditiva. A ausência desse serviço compromete o cumprimento de dispositivos legais, como a Lei Federal nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão) e o Decreto nº 5.296/2004, que garantem o direito à comunicação por meio de profissionais capacitados em Libras nos serviços públicos. Vale ressaltar que os serviços prestados pela Central de Atendimento influenciam diretamente a percepção da imagem institucional e da credibilidade da ANEEL.

A continuidade das limitações operacionais tende a afetar negativamente a confiança do consumidor na atuação da Agência.

Emenda de Apropriação nº 2/2025

Ementa: Fortalecimento dos Procons

Âmbito: Nacional

Valor: R\$ 28.350.000

JUSTIFICAÇÃO

O programa visa propiciar os meios para a manutenção de ações, projetos e atividades que promovam a garantia e a proteção social, igualdade de oportunidades, o acesso e a disponibilidade de serviços de atuação do Estado para os consumidores. Essas ações formam a base das políticas de acesso à justiça e à promoção e proteção de direitos da cidadania, que possibilitarão a coesão social exigida para o desenvolvimento do País e a consolidação do Estado Democrático de Direito. A partir da aquisição de veículos, impressoras, notebooks e computadores, esse programa dará aos Procons uma ampla capacidade de deslocamento, conferindo agilidade na resolução de demandas de consumidores em comarcas ou logradouros não dotados de unidades fixas de atendimento.

Emenda de Apropriação nº 3/2025

Ementa: Melhoria no Consumidor.Gov.br

Âmbito: Nacional

Valor: R\$ 50.000.000

JUSTIFICAÇÃO

Com esta emenda, a Comissão de Defesa do Consumidor viabiliza maior digitalização e estruturação dos serviços de proteção e defesa do consumidor, notadamente a partir da implementação de melhorias no “Consumidor.gov.br” e no “Pró-consumidor”, conferindo maior estabilidade aos sistemas, melhoria no atendimento dos cidadãos, bem como melhoria na produção de dados e estatísticas relativas às reclamações, permitindo que possam ser implementadas políticas públicas baseadas em evidências.

Emenda de Apropriação nº 4/2025

Ementa: Aquisição de equipamentos para instalação de Núcleos de Atendimento aos Superendividados (NAS) e Curso de Capacitação (Kit NAS)

Âmbito: Nacional

Valor: R\$ 24.000.000

JUSTIFICAÇÃO

O programa visa proteger consumidores que não conseguem pagar suas dívidas e, portanto, estão em situação de superendividamento. Esse é um problema que se alastra por todas as regiões e estados do país. Essa política oferece mecanismos para prevenir e tratar essa situação, permitindo que o devedor, de boa-fé, renegocie suas dívidas de forma mais favorável. A emenda parlamentar proporcionará a aquisição de equipamentos para a implementação eficaz da política pública de prevenção e tratamento ao superendividamento, sendo fundamental para estruturar os núcleos de atendimento e capacitação, proporcionando um ambiente adequado para o suporte aos cidadãos em situação de superendividamento, possibilitando o desenvolvimento de ações educativas, consultas e renegociações de dívidas, com eficiência e conforto.

Emenda de Apropriação nº 5/2025

Ementa: Fortalecimento da ANPD como Agência Reguladora da Proteção de Dados e do ECA Digital

Âmbito: Nacional

Valor: R\$ 3.768.380

JUSTIFICAÇÃO

A ANPD, órgão integrante da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, foi transformada em agência reguladora autônoma por meio da Medida Provisória nº 1.317/2025, em conformidade com o disposto na Lei nº 13.848/2019, que estabelece o regime jurídico das agências reguladoras. A ANPD é responsável pela fiscalização, regulação e orientação sobre o tratamento de dados pessoais no Brasil, assegurando a efetividade da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018). Com a transformação institucional, a ANPD passa a exercer competências ampliadas e de caráter regulatório, técnico e sancionatório, exigindo o fortalecimento de sua estrutura administrativa, tecnológica e operacional. Além das atividades de regulação e fiscalização de agentes públicos e

privados que tratam dados pessoais, a Agência passa a atuar também em frentes emergentes de proteção de dados de crianças e adolescentes, no contexto da Política Nacional de Educação e Cidadania Digital, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA Digital).

Essa nova atribuição amplia significativamente o escopo de atuação da ANPD, exigindo investimentos em infraestrutura tecnológica, segurança da informação, capacitação de equipes especializadas e fortalecimento da capacidade de atendimento institucional. A presente proposta de emenda orçamentária visa, portanto, assegurar os recursos necessários à consolidação da ANPD enquanto agência reguladora plena, promovendo a modernização de seus processos, o aprimoramento dos mecanismos de fiscalização e a ampliação das ações educativas e preventivas em proteção de dados pessoais e cidadania digital. Destaca-se que a PLOA de 2026 foi elaborada e encaminhada anteriormente à transformação da ANPD em agência reguladora e à Lei que instituiu o ECA Digital, marcos normativos que redefiniram substancialmente o papel e as atribuições da instituição. Dessa forma, o orçamento originalmente proposto não contempla as novas competências legais, estruturais e operacionais decorrentes dessas mudanças, tampouco prevê os recursos necessários para garantir a plena execução das políticas públicas de proteção de dados pessoais e de promoção da cidadania digital infantojuvenil. Assim, a presente emenda busca adequar o orçamento da ANPD à sua nova realidade institucional e regulatória, assegurando meios compatíveis com as responsabilidades que lhe foram recentemente atribuídas pelo ordenamento jurídico.

A presente emenda tem por objetivo contribuir para a estruturação física e tecnológica da ANPD, por meio da aquisição de mobiliário (mesas, cadeiras, armários e outros), equipamentos de informática (computadores e notebooks) e recursos tecnológicos (switches) essenciais ao funcionamento da Agência. A medida visa atender à expansão do quadro de pessoal, decorrente da criação de novos cargos efetivos pela legislação recente e da autorização prévia para contratação de servidores temporários, indispensáveis à consolidação das atividades regulatórias e administrativas. Assim, os recursos permitirão adequar os espaços de trabalho e prover infraestrutura compatível com a nova dimensão institucional da ANPD, garantindo condições adequadas para a execução de suas competências legais e o fortalecimento de sua capacidade operacional.

CRÉDITOS

Nas imagens

Imagens

As imagens utilizadas neste relatório são do site da Câmara dos Deputados.

Conteúdo

Na redação deste relatório foram utilizadas matérias elaboradas pela Agência Câmara.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Defesa do Consumidor

Anexo II, Pavimento Superior Ala C, sala 152

CEP 70160-900 – Brasília/DF

Telefones: (61) 3216-6920/6924